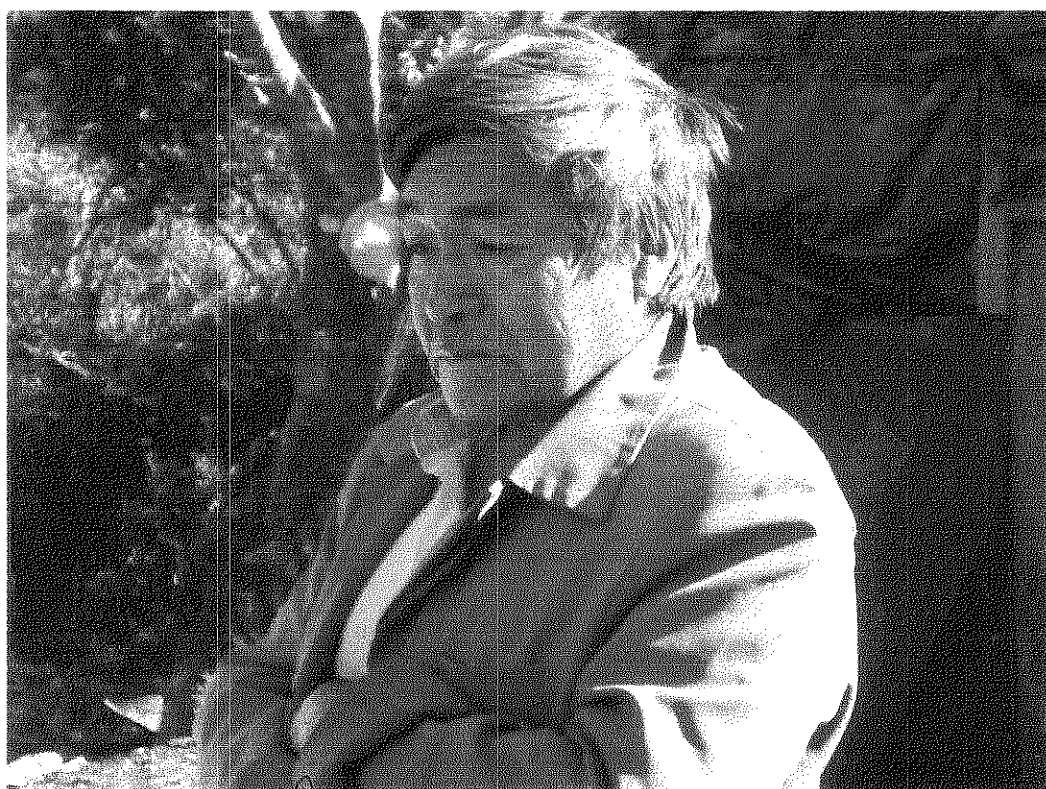


221/2003
Proc. nº
Fls. 556
Rubrica

221/03
Proc. nº
Fls. 552
Rubrica

Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação Terra Indígena Votouro/Kandóia - RS



Juracilda Veiga
Juracilda Veiga - Antropóloga Coordenadora
Portaria 226/PRRS/2007

Outubro 2009

Proc. nº 221/2003
Fls. 557
Rubrica

Proc. nº 221/03
Fls. 553
Rubrica

INDICE

INTRODUÇÃO

001

PRIMEIRA PARTE: Dados Gerais

003

I.	Dados Gerais sobre os Kaingang	004
I.a)	Estudos Lingüísticos	006
I.b)	Estudos Arqueológicos	007
I.c)	Referências históricas: território kaingang conflitos coloniais	008
I.d)	Política e território kaingang no século XIX	013
I.e)	Território, cosmovisão e sociabilidade	018

SEGUNDA PARTE: Habitação Permanente

022

II.a.	Votouro-Kandóia: uma unidade sócio-cultural	023
II.a.1.	A demarcação da T.I. Votouro	024
II.a.2.	Informações relevantes dos demarcadores	026
II.b.	As pressões sobre a T.I. Votouro	030
II.c.	Locais de ocupação tradicional	032
II.d.	O processo de recuperação das terras	035
II.e.	Terra Indígena Votouro a partir da memória indígena	037
II.e.1)	<i>Votouro Velho</i>	038
II.e.2)	<i>Barro Preto (Ore Xã)</i>	046
II.e.3)	<i>Passo Velho (Põri Mbãg)</i>	051
II.e.4)	<i>Passo dos Fortes</i>	054
II.e.5)	<i>Calha (Ngá Xã)</i>	055
II.e.6)	<i>Barra Seca (Peikãr Xin)</i>	057

III) TERCEIRA PARTE: Atividades Produtivas

065

III.a)	Acampamento Kandóia	066
III.b)	TI Votouro	068

VI. MEIO AMBIENTE

073

IV.1.	Características físicas da região	074
IV.1.a)	Características fitogeográfica	074
IV.1.b)	Clima	076
IV.1.c)	Solo	077
IV.2.	Manejo Kaingang: coleta, remediação, artesanato, agricultura	077
IV.2.1.	O Kujá e a prática curativa Kaingang	078
IV.2.2.	O artesanato Kaingang	079
IV.3.	Apanhado de conclusões antecipadas	084
IV.4.	Pontos de relevância histórico-simbólica	087
IV.5.	A UHE Monjolinho e a T.I. Votouro/Kandóia	089
IV.5.a)	As terras indígenas impactadas	090

V.	QUINTA PARTE: Reprodução Física e Cultural	094
V.1.	A população no acampamento Kandóia	095
V.1.a)	População	095
V.1.b)	Situação Atual	095
V.2.	População na T.I. Votouro	097
V.3.	Referências à cosmologia e história	100
V.3.a)	Patrilinearidade e nominação	101
V.3.b)	Residência do casal após o matrimônio	103
V.3.c)	Terminologia de parentesco	103
V.3.d)	Alimentação Kaingang	103
V.4.	Restrição Territorial, conflito de práticas assimilações da cultura não indígena	110
VI.	SEXTA PARTE: LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO	115
VI.1.	Histórico do trabalho do levantamento Fundiário	116
VI.2.	Identificação e censo dos eventuais ocupantes não-índios	118
VI.2.a)	Ocupantes no Município de Benjamin Constant do Sul	118
VI.2.b)	Ocupantes no Município de Faxinalzinho	119
VI.3.	Descrição das áreas ocupadas e benfeitorias	121
VI.4.	Quanto à localização das ocupações no interior da área proposta	121
VII	SÉTIMA PARTE: Conclusão e delimitação	123
VII.a)	Mapa	124
VII.b)	Memorial Descritivo de Delimitação	125
VIII	Bibliografia	128
IX	ANEXOS	132

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1.	Terras Indígenas Kaingang	005
MAPA 2.	Distribuição das línguas Macro-Jê	006
MAPA 3.	Localização provável dos grupos kaingang em contexto tradicional	015
Tabela 1.	Distribuição territorial de lideranças políticas kaingang no século XIX	016
Figura 1.	Diagrama de parentesco de lideranças kaingang no século XIX	017
MAPA 4.	Locais de realização do ritual do <i>kiki</i>	021
Tabela 3.	Relatórios da Séc. de Estado de Negócios e Obras Públicas	026

Proc. Nº 221/2003
Fls. 559
Rubrica

031 Proc. Nº 221/03
088 Fls. 555
054 Rubrica

MAPA 5. Reprodução Parcial de Mapa de 1931	
MAPA 5.a. Pontos importantes indicados pelos índios	
MAPA 6. Locais moradia indígena na Barra Seca /Lageado Grande	
MAPA . Situação das terras afetadas pela UHE Manjolinho	
MAPA 7. Pontos de ocupação indígena na T.I. Votouro/ Kandóia	
(autoria R.C. Fernandes e Agrimensor Sérgio de Campos)	057
Tabela 2. Lista das principais plantas de uso freqüente	082
Tabela. Plantas mais utilizadas pelos índios	087
Tabelas 7 e 9. Uso e cobertura do solo	092
MAPA 13. Delimitação da T.I. Votouro Kandóia	125
Memorial Descritivo da T.I. Votouro Kandóia	126

FOTOS

1. Professora indígena Nilce Cardoso e seus alunos	004
2. Rios Erechim e Guabiroba, Barra Seca	059
3. Lideranças T.I. Votouro	066
4. Balaies, acampamento Kandóia	067
5. Artesanato, acampamento Kandóia	068
6. Vegetação Região de Barra Seca	074
7. Colheita de erva por não-índios /Acampamento Kandóia	079
8. Escola Estadual Toldo Coroado – T.I. Votouro	099
9. Lideranças Acampamento Kandóia com milho indígena	104
10. Remanescentes de mata original e pinheiros/Votouro/Kandóia	114
11. Seqüência mostra a técnica tradicional de pinhão sapecado	107

Proc. nº

Fls.

Rubrica

221/2003
560

Proc. nº

Fls.

Rubrica

221/03
556

INDICE DOS ANEXOS

1. Relatório apresentado ao Dr. A.A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto. Secretaria de Estado de Negócios das Obras Públicas, em 13/08/1918
2. Relatório apresentado ao Dr. A.A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto. Secretaria de Estado de Negócios das Obras Públicas, em Agosto 1919
3. Ofício do Ajudante de Corda [na demarcação da área de Votouro], *Tadeu Monazewski*, ao Engenheiro Chefe da Comissão de Terras e Colonização da Colonia Erechim. Boa Vista 30 de Agosto de 1918.

Documentos recentes

4. Portarias relativas ao Processo Votouro/Kandóia
5. Ata da reunião de 2005
6. Ata do Acordo entre as Lideranças da T.I. Votouro e Acampamento Kandóia.
7. Ata Votouro/Kandóia e AER Passo Fundo/CGID/FUNAI
8. Ata da reunião de Brasília com lideranças de Votouro Kandóia e retificações.
9. Lista de famílias da T.I. Votouro e do acampamento Kandóia fornecidas pelo Chefe de Posto da T.I. Votouro
10. Relação dos ocupantes não-índios da **Gleba A** da T.I. Votouro/Kandóia (a planilha aparece com o título: *Relação de ocupantes não-índios da Terra Indígena Kandóia*) – GT Fundiário Port. Portaria 82/Pres/2008
11. Relação de ocupantes não-índios da **Gleba B** da T.I. Votouro/Kandóia (a planilha aparece com o título: *Relação de ocupantes não-índios da T.I. Kandóia – Gleba B – Barra Seca*) – GT Fundiário Portaria 815/Pres/2008
12. Registro de Imóveis de São Valentim em nome de Nelson Ayres Torres.

PROC. Nº 221/2003
Fls. 561
Rubrica

Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação
Terra Indígena Votouro/Kandóia – RS

PROC. Nº 221/03
Fls. 557
Rubrica

INTRODUÇÃO

O presente relatório é a conclusão do trabalho iniciado com a Portaria 773, de 11 de Agosto de 2003, do Presidente Substituto da FUNAI, Antônio Pereira Neto, que no seu art. 1º resolve:

Constituir Grupo Técnico com o objetivo de realizar os trabalhos de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Votouro/Kandóia/ Faxinalzinho, localizada no município de Benjamin Constant do Sul e Faxinalzinho, no Estado do Rio Grande do Sul.

Esse GT foi coordenado pela Antropóloga Maria Helena Amorim Pinheiro e teve que ser suspenso devido a desavenças internas entre a liderança do acampamento Kandóia e as lideranças da T.I. Votouro.

Para dar continuidade a esse trabalho foi instituído novo GT através da Portaria 961, de 20 de Julho de 2004, pelo Presidente Substituto da FUNAI, Roberto Aurélio Lustosa, que no seu art. 1º resolve:

Constituir Grupo Técnico com a finalidade de realizar estudos e levantamentos necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Kandóia, localizada no município de Faxinalzinho, no Estado do Rio Grande do Sul.

Este GT foi coordenado pelo antropólogo Ricardo Cid Fernandes que, por motivos pessoais, não pode concluir o trabalho.

Para finalizar o trabalho foi designado novo GT através da Portaria 1236 de 26 de setembro de 2006, pelo Presidente da FUNAI, Mércio Pereira Gomes, que resolve:

Constituir Grupo Técnico com a finalidade de realizar estudos complementares de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kandóia, localizada nos municípios Benjamin Constant do Sul e Faxinalzinho, no Estado do Rio Grande do Sul.

Esse último GT foi coordenado pela antropóloga Juracilda Veiga. No entanto, todo o trabalho anterior, feito pelos antropólogos que a antecederam, foram consultados e utilizados na confecção do presente trabalho. O relatório produzido por Fernandes foi tomado como base para o texto final desse relatório, acrescido de algumas retificações de datas e atualizações necessárias. As notas da presente coordenadora vão indicadas com JV, naqueles aspectos que são complementados. O capítulo sobre meio ambiente é parte do

Relatório Ambiental produzido pelo geógrafo Sandoval Amparo, da CGART/FUNAI (cf. Portaria 494, de 4 de Abril de 2005).

Ao longo dos anos de trabalho da CGID/DAF/ FUNAI, para concluir o presente relatório, foram realizadas muitas reuniões, tanto com os índios quanto com os não-índios, de forma a tornar o processo o mais claro possível, para todos os envolvidos. Ricardo Cid Fernandes realizou diferentes propostas de delimitação e as apresentou à comunidade, conforme registra:

As diferentes propostas de delimitação registradas ao longo do trabalho de campo expressam o debate indígena em torno de suas noções culturalmente específicas de territorialidade. Ciente de que os indígenas consideram diferentes propostas de delimitação, a coordenação deste GT, em conjunto com a Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI, promoveu, no dia 15 de abril de 2005, reunião de trabalho com todos os envolvidos: os Kaingang da TI Votouro, os Kaingang do Acampamento Kandóia, as antigas lideranças kaingang do Acampamento Kandóia, representantes das Prefeituras Municipais de Faxinalzinho e Benjamin Constant do Sul, representantes do COMIN e do Ministério Público Federal. Nesta reunião, todos os presentes foram informados sobre os resultados do trabalho do GT. Nesta ocasião, ainda todos os presentes foram esclarecidos sobre a relação estreita entre a densidade das informações etnográficas e as possibilidades de delimitação territorial (Fernandes 2005).

As diferentes propostas estudadas por Fernandes com os índios foram aprofundadas e confirmadas pela Coordenadora do atual GT, tanto em campo com os índios, quanto através da leitura da bibliografia e de documentos disponíveis; o que permitiu ratificar e consolidar a presente proposta de demarcação. Os diferentes textos das portarias expedidos pela Presidência da FUNAI referindo-se a Votouro/Kandóia e posteriormente apenas de Kandóia reflete a tensão entre grupos políticos que vivem naquela área: um que entende a área de Votouro Velho/Kandóia como direito de um grupo específico os descendentes do Cacique João Domingos Kandóia e aqueles que reivindicam essa área bem como a área de Barra Seca como parte do território imemorial e tradicional dos Kaingang de Votouro. Considerando os depoimentos indígenas e a historiografia entendemos que se trata de uma única história desse grupo social e por isso a atual Coordenadora do GT realizou uma reunião entre os grupos políticos representado pelas lideranças da T.I.Votouro e do acampamento Kandóia definindo-se nesta reunião pelo encaminhamento do processo como Revisão de Limites da Terra Indígena Votouro, que passará a ser registrado pela FUNAI como T.I. Votouro/Kandóia implicando na revisão do limite norte da T.I. Votouro, nominado como Gleba A – Votouro Velho, que abrange o acampamento Kandóia, e no sentido Sul/Sudoeste, Gleba B – Barra Seca.

Proc. Nº 221/2003
Fls. 563
Rubrica [assinatura]

Proc. Nº 221/03
Fls. 558
Rubrica [assinatura]

I - PRIMEIRA PARTE : habitação permanente

Dados Gerais

- a) *informações gerais sobre o(s) grupo(s) indígenas(s) envolvido(s), tais como filiação cultural e linguística, eventuais migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes desta distribuição;*
- b) *pesquisa sobre o histórico de ocupação da terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido;*
- c) *identificação das práticas de secessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios casuais, temporais e espaciais;*

[assinatura]



Alunos indígenas da Escola da T.I. Votouro Julho de 2009. Foto: Juracilda Veiga.

Proc. nº 221/03
Fls. 660
Rubrica

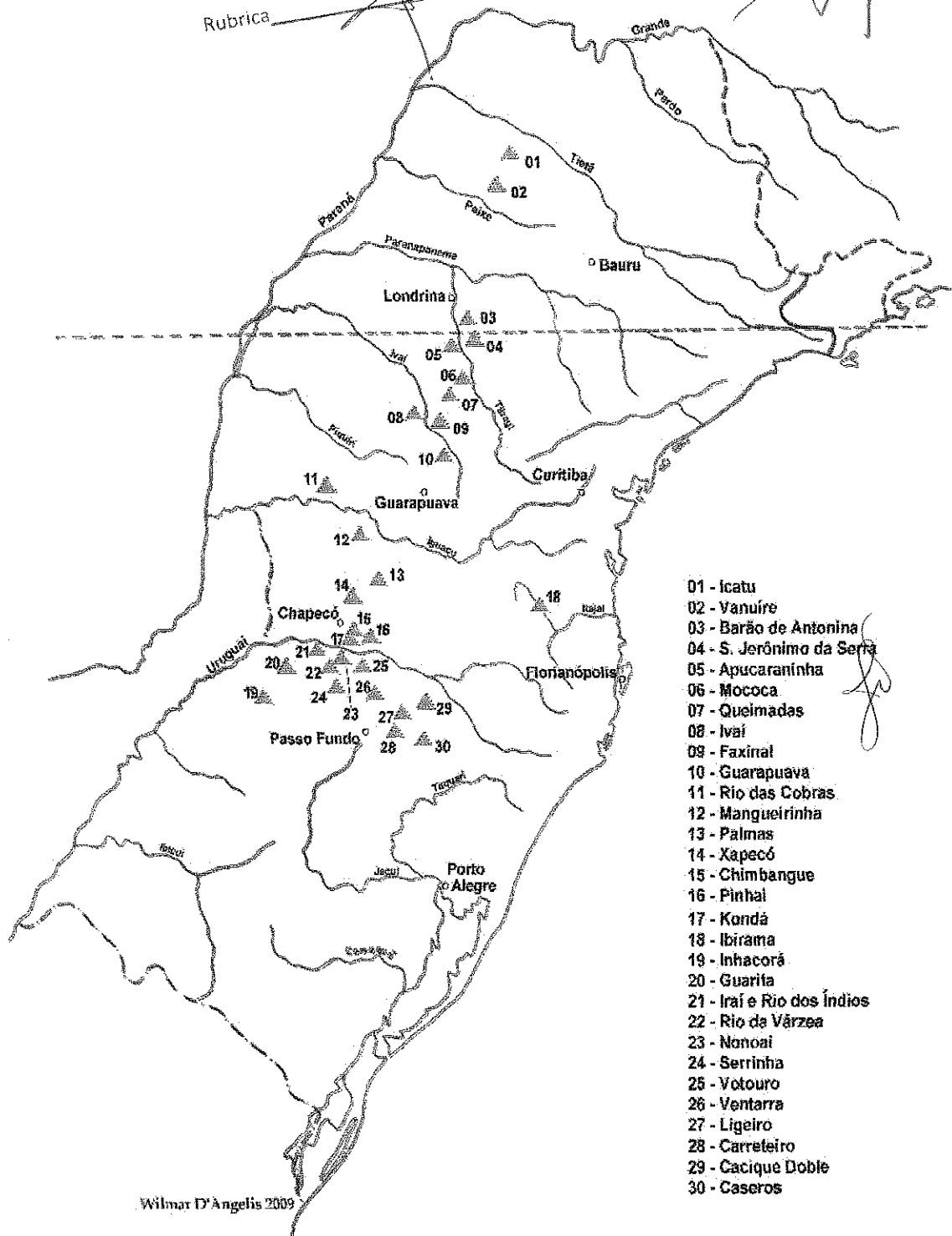
I. Dados gerais sobre os Kaingang

Os Kaingang são um povo indígena pertencente à família linguística Jê, integrando, junto com os Xokleng, os povos Jê Meridionais. Sua cultura desenvolveu-se à sombra dos pinheirais, ocupando a região sudeste/sul do atual território brasileiro. Há pelo menos dois séculos sua extensão territorial compreende a zona entre o Rio Tietê (SP) e o Rio Ijuí (norte do RS). No século XIX seus domínios se estendiam, para oeste, até San Pedro, na província argentina de Misiones. Atualmente os Kaingang ocupam pouco mais de 30 áreas reduzidas, distribuídas sobre seu antigo território, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com uma população aproximada de 30 mil pessoas. (www.portalkaingang.org). Estão entre os cinco maiores povos indígenas em território brasileiro e crescendo a uma taxa anual de 5%. Um terço da população são crianças entre 0 e 12 anos.

Proc. nº 221/2003
Fls. 504
Rubrica

Proc. nº 221/2003
Fls. 565
Rubrica _____

Proc. nº 221/03
Fls. 661
Rubrica [assinatura]



Mapa 1. Terras Indígenas Kaingang

A lingüista e missionária do Summer Institute of Linguistics (SIL), Ursula Wieseemann, foi a responsável pela codificação da escrita kaingang, na década de sessenta, do século XX. Segundo esta lingüista, a língua kaingang apresenta-se em cinco variações geo-dialetais: 1) ao sul do rio Uruguai e a oeste do rio Passo Fundo; 2) ao sul do rio Uruguai e a leste do rio Passo Fundo; 3) entre os rios Uruguai e Iguaçu; 4) entre os rios Iguaçu e Paranapanema; 5) ao norte do rio Paranapanema. Estudos recentes consideram que a língua kaingang apresenta variações sócio-dialetais em cada Terra Indígena. Entretanto, o trabalho de Wieseemann continua sendo referência para qualquer estudo sobre os Kaingang. Com efeito, a classificação apresentada por esta pesquisadora enfatiza a relevância das bacias hidrográficas como referências para a configuração sócio-cultural do território tradicional kaingang. Neste sentido, os estudos de Wieseemann são coerentes com estudos arqueológicos e etnohistóricos.

Proc. Nº 221/2003
Fls. 567

Proc. Nº 221/03
Fls. 668
Rubrica

I.b) Estudos arqueológicos

Os processos migratórios que culminaram com o estabelecimento dos Kaingang no sul do Brasil são, ainda hoje, objetos de debate. Os registros arqueológicos indicam que a presença de grupos de caçadores e coletores, ao longo das margens dos principais rios da região sul, teve início há, aproximadamente, oito mil anos. As análises arqueológicas sobre a ocupação pré-histórica do sul do Brasil são divididas a partir de dois parâmetros teóricos: o modelo “pronapiano”¹ e o modelo etnoarqueológico.

A análise “pronapiana” estabelece a classificação dos sítios arqueológicos como pertencentes às Tradições Umbu, Humaitá e Sambaquiana (não ceramistas; entre 8.000 e 6.500 anos antes do presente) e às Tradições Tupiguarani, Casa da Pedra, Itararé e Taquara (como ceramistas; datação aproximada três mil anos antes do presente). Segundo este modelo de análise, as Tradições Casa da Pedra, Itararé e Taquara são classificadas como os pertencentes aos grupos Jê Meridionais.

As análises a partir do modelo etnoarqueológico, por sua vez, propõem que os Jê Meridionais constituem uma Tradição de grande alcance no sul do Brasil, a qual remonta há, aproximadamente, dois ou três mil anos. Para este modelo, não há distinções significativas entre as Tradições Casa da Pedra, Itararé e Taquara. Pelo contrário, as evidências arqueológicas indicam uma continuidade territorial comum aos Jê Meridionais.

¹ PRONAPA é sigla de “Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas”, instituído na década de 50 do século XX.

Continuidade esta que caracteriza os Jê Meridionais como ceramistas, caçadores, coletores e agricultores.

A identificação dos sítios arqueológicos Jê Meridionais (Kaingang e Xokleng) é tema complexo que envolve o surgimento da cerâmica e da agricultura, o aumento populacional e a expansão territorial da ocupação pré-histórica no sul do Brasil. As evidências da presença de grupos kaingang e xokleng entre os ocupantes pré-históricos dos territórios meridionais são construídas a partir da ocorrência de 'casas subterrâneas' e de 'aterros funerários'.

A bacia do Rio Uruguai se caracteriza pela presença abundante de sítios arqueológicos identificados como pertencentes aos Jê Meridionais. Noelli (2003), a partir do modelo de análise etnoarqueológica, apresenta resultado de sua pesquisa, intitulada, "*O Mapa Arqueológico dos Povos Jê no Brasil Meridional*". Neste trabalho o autor identifica a ocorrência de sítios arqueológicos Jê em 196 municípios dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nas regiões norte do Estado do Rio Grande do Sul e oeste do Estado de Santa Catarina, conhecida como região do Alto Uruguai, há registros de 64 sítios arqueológicos, localizados em 17 municípios. Especialmente relevante para os fins deste relatório é a identificação de 3 sítios arqueológicos Jê no município de Erval Grande - vizinho aos municípios de Faxinalzinho e Benjamin Constant do Sul, onde atualmente está localizada a Terra Indígena Votouro e o Acampamento de Kandóia.

I.c) Referências históricas: território kaingang e conflitos coloniais

As primeiras referências históricas à presença dos Kaingang no sul do Brasil estão registradas na documentação referente ao estabelecimento das reduções jesuíticas do Guairá, entre 1626 e 1630, no atual estado do Paraná. Nos relatos escritos durante os séculos XVII a XIX os ancestrais dos Kaingang são referidos como Gualachos, Guaianá, Guañanas, Goianás, Guaianas, Kamé, Coroados, Pé-largo, Dorins, Jac-fé. De forma genérica, estes índios eram incorporados na categoria de "Tapuias", em oposição aos Tupis do litoral. Na concepção colonial, a identificação dos Kaingang como Tapuias implicava em reconhecer a rejeição destes grupos à forma de aliança estabelecida pelos colonizadores com os grupos Tupi. Com efeito, os Kaingang ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII ofereceram grande resistência à colonização, rejeitando estratégias como a atração para o trabalho nas fazendas ou atração para reduções religiosas. Tal resistência se deu de forma efetiva até princípios do século XIX.

A partir do início do século XVII inúmeras reduções jesuíticas foram instaladas nas regiões oeste do atual estado do Paraná (Guayrá) e noroeste do Rio Grande do Sul (Tape, região também conhecida como os Sete Povos das Missões). Tais reduções estavam diretamente associadas ao domínio espanhol sobre este território e tinham por objetivo, declarado, a catequese e civilização dos indígenas (Guarani) que viviam nestas regiões. Lúcio Tadeu Motta (1994) assim descreve este período, no contexto das missões de Guayrá:

A região a leste do Tibagi, demarcada ao norte pelo Paranapanema, ao sul pelo Iguaçu e a oeste pelo rio Paraná, foi o local onde se desenvolveram as várias reduções jesuíticas espanholas dos séculos XVI e da primeira metade do século XVII. Em seu apogeu, de 1620-1640, o Guayrá chegou a contar com 17 reduções, abrigando mais de 200 mil índios Guarani. (Motta 1994:69)

Entre 1630 e 1638 as reduções jesuíticas do Guayrá foram atacadas pelos bandeirantes paulistas. Muitos índios foram aprisionados durante estas expedições. O restante da população Guarani foi forçada a abandonar o território, migrando para o Mato Grosso, Paraguai e Argentina². Os poucos Guaranis que restaram na região de Guayrá continuaram “embrenhados nas matas guairenas procurando sobreviver, resistindo às novas investidas dos preadores de São Paulo” (Motta 1994:70). Embora relatos dos jesuítas espanhóis indiquem a presença de grupos não-Guarani (provavelmente Kaingang) nesta região (Veiga 1994; Tommasino 1995), a expansão definitiva dos Kaingang sobre as terras ao norte do rio Iguaçu só ocorreu com a desestruturação das reduções jesuíticas³. No Rio Grande do Sul, as reduções jesuíticas foram instaladas também a partir das primeiras décadas do século XVII, mas efetivamente floresceram depois da batalha de Mbororé, em 1641, quando os índios derrotaram militarmente os portugueses. No início do século XVIII, em território do atual Rio Grande do Sul, eram sete as reduções jesuíticas (posteriormente nomeadas “Sete Povos”), todas na região da Campanha gaúcha e oeste-sudoeste do Estado. Essas reduções concentraram um grande contingente da população guarani, mas também

² Os relatos jesuíticos dão conta da fuga organizada pelos padres, fazendo migrar cerca de 12 mil índios para novas missões, estabelecidas na região do médio Paraná, atualmente região limítrofe entre Paraguai e Argentina (JV).

³ A tese da expansão Kaingang sobre território Guarani desocupado com a destruição das reduções jesuíticas é repetida por muitos autores e indistintamente aplicada, ora no Paraná, referindo-se à destruição das missões do Guairá antes da metade do século XVII, ora no Rio Grande do Sul, referindo-se ao “pós-Guerra” contra os Sete Povos e a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses e espanhóis. Essa tese não tem sustentação na documentação histórica e arqueológica. Ao contrário, tanto a distribuição e antiguidade dos sítios arqueológicos Jê, como as informações etnográficas dos próprios Jesuítas, não deixam dúvidas da existência permanente de grupos Jê entre os rios Iguaçu e Paranapanema anterior ao século XVII (JV).

Kaingang, como as de Santa Tereza (no atual território da cidade de Passo Fundo) e de São Carlos (região do atual município de Carazinho), ambas destruídas pelos bandeirantes na década de 1630. Há registro, na memória oral indígena, sobre presença Kaingang também em reduções dos Sete Povos, como São Miguel (Veiga 2005). A destruição das Missões expôs as terras kaingang aos processos de colonização, que tiveram início sistemático nas primeiras décadas do século XIX⁴. Apesar das investidas dos bandeirantes paulistas no território do Guayrá e do Tape, esta porção meridional do território brasileiro permaneceu 'selvagem' e, de certa forma, desnacionalizada, até o final do século XIX, quando foi solucionada a 'Questão de Palmas'⁵.

O eixo da colonização portuguesa sobre este território se desenvolveu a partir da conquista dos Campos de Guarapuava, os *Coranbang-Rê*⁶. Ainda no final do século XVIII expedições de reconhecimento foram enviadas para a região dos rios Negro, Iguaçu e Ivaí, com a finalidade expressa de *"dilatir os Dominios de S.Mage. pelos sertões deste Brazil até o rio da prata - empregando, para isso os meios de ganhar-com industria o tempo perdido"* (Franco, 1943:41). A descoberta dos Campos de Guarapuava se deu com as expedições do Tenente-Coronel Afonso Botelho Sampaio e Souza entre os anos de 1768 e 1774. Estas expedições não conseguiram permanecer na região; foram expulsas pelos

Proc. Nº 221/2003

Fls. 570

Rubrica

⁴ O principal efeito (talvez mesmo objetivo) da guerra aos chamados Sete Povos foi a incorporação, à economia colonial, de vastos campos riograndenses densamente povoados de gado introduzido pelos jesuítas. As rotas que se criaram para levar esse gado do Rio Grande do Sul a São Paulo – e de lá, a Minas Gerais, no âmbito do ciclo do ouro – é que expuseram os territórios Kaingang e Xokleng, ao atravessá-lo e ao estabelecer, em partes dele, pontos de "invernada". Na sequência da expansão da economia pastoril para o Sul, mais e mais territórios Kaingang e Xokleng foram sendo efetivamente ocupados (JV).

⁵ As fronteiras entre as possessões portuguesa e espanhola na América Platina foram redefinidas (e demarcadas) pelos Tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777). A definição da fronteira meridional foi objeto de disputa entre as metrópoles coloniais e posteriormente entre o Brasil e Argentina independentes. O ponto de conflito se originou na imprecisão destes tratados que definiam apenas os rios Iguaçu e Uruguai como referências para as fronteiras (*de fato, a disputa se dava pela interpretação acerca dos rios mencionados pelos demarcadores do século XVIII, ou seja, sobre qual seria esse ou aquele rio, como o Peperi e o Xapecó* - JV). Os governos brasileiro e argentino só passaram a discutir a questão da fronteira depois da Guerra do Paraguai. Os desentendimentos surgiram com as diferentes interpretações do Tratado de Santo Ildefonso. Em 1881 o governo argentino tinha como objetivo demarcar a fronteira ao longo dos rios Chapecó (afluente do rio Uruguai) e o rio Chopim, (afluente do rio Iguaçu). O governo brasileiro defendia que a fronteira seguia os cursos dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio; esta disputa ficou conhecida como 'A Questão de Palmas'. A solução para o problema da fronteira Brasil-Argentina foi determinada pelo presidente dos Estados Unidos, Grover Stephen Cleveland, escolhido como árbitro internacional, que em 06 de fevereiro de 1895 apresentou sentença favorável ao argumento do governo brasileiro defendido pelo Barão de Rio Branco. Do argumento do Barão de Rio Branco constava a presença de índios não Guaraní (Kaingang) no território contestado, índios estes já conhecidos e em alguns casos, aliados às autoridades brasileiras.

⁶ Conforme tradução de Borba (1882): 'campo da grande clareira'.

Kaingang⁷. Entretanto, o reconhecimento destes territórios abriu caminho para as iniciativas coloniais do século XIX.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, a ocupação de colonos portugueses sobre territórios indígenas tradicionais ganhou forte impulso. Já em 1808, ano da chegada da Família Real ao Brasil, Dom João VI editou a seguinte Carta Régia.

Sendo-me presente o quasi total abandono, em que se achão os campos geraes de Coritiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que desaguum no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay, (...) infestados pelos Indios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários (...) e fazendo-se cada vez mais evidente que não há meio algum de civilizar povos bárbaros, senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns anos os force a deixar e esquecer-se de sua natural rudeza (...) sou servido por estes e outros justos motivos que hora fazem suspender os efeitos de humanidade que com elles tinha mandado praticar ordeno-vos: deveis considerar como principiada a guerra contra esses bárbaros Indios.

Carta régia de 5 de novembro de 1808

A ‘suspensão dos efeitos de humanidade’ para com os Kaingang sintetiza a determinação com a qual o governo central tratou a colonização da região. Em 1809 partiu do porto de Santos a expedição do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal rumo a Guarapuava.

O ano de 1810 é marcado pela chegada aos Campos de Guarapuava de uma enorme expedição com mais de trezentas pessoas, das quais cerca de duzentas eram soldados. (Motta 1994:128).

No final da década de 1830, já decorridos trinta anos da presença dos ‘colonizadores’ em Guarapuava, houve um movimento de expansão colonial em direção ao sul. Tal expansão colonial visava à ampliação dos campos destinados à criação de gado e ao estabelecimento de uma via de comunicação com a região das Missões na província do Rio Grande⁸. Se, por um lado, os Kaingang, senhores deste território, representavam um obstáculo a tal empreendimento, por outro, a expansão colonial foi organizada em torno da

⁷ Das entradas de Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, a que efetivamente atingiu os campos de Guarapuava, no rio Jordão, foi a de 1771-1772, que foi alvo de um ataque indígena (Xaclan, segundo a documentação da expedição) que os obrigou a retirar-se dos Campos (JV).

⁸ Um terceiro objetivo da expansão colonial rumo ao sul foi a nacionalização dos territórios da região sudoeste e oeste dos atuais estados de Santa Catarina e Paraná, respectivamente. O próprio Padre Chagas Lima já havia afirmado em 1821 que os ‘gentios’ constituíam uma barreira de proteção contra o avanço espanhol nesta região (ver nota 2).

atuação de alguns grupos kaingang, originários do aldeamento de Atalaya em Guarapuava. O índio Kaingang Vitorino Condá ocupou um papel importante neste processo. Foi ele que acompanhou o mediador provincial designado para resolver a disputa entre dois grupos de colonizadores que reivindicavam, em 1840, direitos sobre a descoberta dos Campos de Palmas - ao sul de Guarapuava. Além de guia, intérprete e mediador nos eventos da descoberta e colonização dos Campos de Palmas, Condá atuou na pacificação de grupos Kaingang em outras regiões do atual estado do Paraná e na região Norte do atual estado do Rio Grande do Sul (Campos de Nonoi).

Partindo de Guarapuava, Condá seguiu na direção de Palmas, onde, em 1840, entrou em conflito e, posteriormente, selou aliança com o índio Viri, chefe dos Kaingang que viviam no Campo Erê. A partir de 1847, Condá foi contratado pelo governo da província de São Pedro do Rio Grande do Sul para atuar no aldeamento dos Kaingang, espalhados pelos Campos de Nonoi. Para tanto, “além de alimentos e roupas oferecidos, ficou também acertado que lhe seria ajustada ‘uma gratificação mensal de 50\$000 reis logo que a Aldea reunisse 500 almas’” (Relatório do presidente da Província em 05/10/1847 *apud* LAROQUE 2000:112).⁹

Condá foi chamado a atuar na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, para compor a ‘Companhia dos Pedestres’ – uma força policial com prerrogativas de manter os índios dentro dos limites do aldeamento de Nonoi e “fazendo-se-lhes [os índios] ver que aquela gente [os diretores do aldeamento] é para os proteger e ajudar, e ao mesmo tempo para os perseguir pelos matos, quanto tentarem ausentar-se” (ofício, 9, agosto de 1848: *apud* Nonnenmacher 2000:20). O aldeamento de Nonoi foi criado em 1846, pelo governo provincial¹⁰. Em 1856 foram definidos os limites desta terra indígena, que totalizavam “10 léguas em quadrado” (Becker 1976:61) – o equivalente a 428 mil hectares. Os limites desta primeira demarcação de Nonoi eram: ao norte, o rio Uruguai; ao sul, o lajeado Papudo; a leste o rio Passo Fundo; a oeste, o rio da Várzea.

Para o governo provincial, a demarcação deste território tinha o objetivo expresso de concentrar, no interior de apenas um aldeamento, os diversos grupos kaingang que habitavam a região, liberando, com isso, terras para a colonização. A localização dos Campos de Nonoi era, com efeito, estratégica para este fim, haja vista estarem estes

⁹ O primeiro e melhor apanhado geral sobre a vida do cacique Vitorino Condá encontra-se em D’Angelis & Fókâe 1994.

¹⁰ Duas outras terras indígenas foram demarcadas no mesmo período, a saber: Guarita (Campo Novo) e Campo do Meio (Ligeiro). (Na documentação conhecida ou já divulgada, do século XIX, só encontramos registro de efetiva demarcação física para o Aldeamento de Nonoi – JV).

campos ligados tanto ao interior do Rio Grande do Sul, quanto aos *sertões* do Paraná, através do Passo do Goio-en, que atravessa o rio Uruguai. Assim, ao garantir o aldeamento dos Kaingang nos Campos de Nonoai, o governo provincial estaria cumprindo o triplo objetivo:

Proc. nº 221/03
Fls. 669
Rubrica [assinatura]

(1) de consolidar a presença nacional sobre os territórios contestados¹¹;

(2) de estabelecer definitivamente uma via de ligação entre a região missioneira produtora de gado e o centro comercial no sudeste (caminho alternativo ao caminho dos tropeiros); e

(3) de impor limites territoriais aos Kaingang a fim de liberar terras para a colonização¹².

Segundo dados da antropóloga e historiadora Ítala Becker, em 1850 havia cerca de 600 Kaingang concentrados em Nonoai. Para os Kaingang a demarcação da Terra Indígena Nonoai é um marco de sua história. É comum ouvir dos Kaingang a seguinte expressão: “*Nonoai é a mãe de todas as terras*”. As demais terras indígenas localizadas no Rio Grande do Sul, incluindo a Terra Indígena Votouro, foram demarcadas no início do século XX, já no contexto da intensificação da colonização. A estratégia do governo não deu certo pela resistência dos Kaingang em abandonar os locais onde têm enterrados os seus mortos e os seus locais de nascimento, onde tem enterrados os “seus umbigos”. E também porque muitos grupos eram inimigos entre si.

[assinatura]

I.d) Política e território kaingang: século XIX

A referência à Terra Indígena Nonoai como “*mãe de todas as terras*”¹³ não está apenas relacionada ao processo oficial de reconhecimento dos territórios indígenas kaingang. Tal referência está, sobretudo, relacionada à figura política do cacique Nonoai.

¹¹ Ver nota 2.

¹² Estes objetivos foram parcialmente alcançados. De fato, a partir da segunda metade do século XIX, foi estabelecida uma via de comunicação entre as Províncias do Rio Grande e do Paraná – o caminho das tropas. Ademais, não resta dúvida quanto à importância da presença oficial dos Kaingang nesta região para a argumentação apresentada pelo Barão de Rio Branco em sua defesa das fronteiras nacionais na ‘Questão de Palmas’.

¹³ É necessário esclarecer que essa demarcação de Nonoai não se consolidou justamente porque os Kaingang eram compostos de vários grupos muitos dos quais inimigos entre si. Os kaingang nunca chegaram a se concentrar todos na área de Nonoai. (São duas questões distintas: a resistência dos grupos Kaingang não permitiu ao governo provincial concentrá-los todos em Nonoai, mas a demarcação daquela grande área, em 1857, pelo agrimensor Franciso Rave, efetivamente foi realizada – Cf. Veiga, J. Perícia Antropológica Proc. nº2000.71.04.006805-9 STF, 2003, III.4 – IV).

Proc. Nº 221/2003
Fls. 573
Rubrica [assinatura]

Figura eminente da política kaingang no século XIX, o cacique Nonoai é considerado pelos indígenas como um mediador, um estrategista, que conseguiu estabelecer alianças com diversas lideranças indígenas. Como veremos adiante (tabela 1), o cacique Nonoai não é citado no cenário das disputas políticas entre os caciques kaingang no século XIX.

Os dados históricos até o presente sintetizados a respeito da distribuição territorial dos Kaingang no século XIX revelam que havia grupos em regiões onde não foram instalados aldeamentos no século XIX. Através do mapa da página seguinte, visualizamos o território tradicional Kaingang no século XIX, e percebemos que os “Campos” de ocupação tradicional coincidem, aproximadamente, com a localização das atuais Terras Indígenas¹⁴.

22/1/2009
Proc. N°
Fis. 574
Rubrica

22/3/08
Proc. n°
Fis. 640
Rubrica

¹⁴ Note-se que neste mapa uma parte da Argentina é parte integrante do território tradicional Kaingang. De fato, em 1894, o antropólogo Juan Ambrosetti publicou “Los índios Kaingang de San Pedro de Misiones”, comprovando a existência de índios desta etnia também na Argentina. Atualmente, na T.I. Xapecó algumas famílias afirmam que seus antepassados vieram da Argentina, os motivos desta migração podem ser atribuídos ou a divisões internas ou ao envolvimento com a construção de estradas que ligam a região oeste catarinense e sudoeste paranaense ao território argentino. (cf. Ambrosetti 2006).

Proc. nº 221/09
Fls. 576
Rubrica

Em cada um destes territórios, indicados no mapa, havia grupos formados a partir de “pequenas tribos, constituídas por famílias entrelaçadas e parentes chegados” - que, com seus respectivos “chefes ou caciques estão sujeitas a uma autoridade superior” (MABILDE 1982[1833]:42). Segundo os registros do século XIX¹⁵ a população destas “pequenas tribos” não ultrapassava os 40 indivíduos, e era formada por um pequeno número de casas, dotadas de uma chefia constituída. Estas pequenas unidades sociais, no entanto, estavam articuladas entre si, formando verdadeiras unidades político-territoriais, submetidas a autoridades das grandes lideranças. Com efeito, as lideranças kaingang, dominaram o cenário indigenista a partir da segunda metade do século XIX, já que estavam articuladas por de uma rede de relações que combinava laços de parentesco, hierarquia de prestígio e controle político-territorial.

Foi no contexto da segunda metade do século XIX que os Kaingang passaram a incorporar títulos da hierarquia militar às suas posições de chefia. O Regulamento das Missões, a lei indigenista fundamental do Império, de 1845, determina que “Cada província deverá ter um Diretor Geral dos Índios, nomeado pelo Imperador. Em cada aldeia um Diretor, um tesoureiro, um almoxarife e um cirurgião ... Se confere, enquanto servirem , ao Diretor Geral a graduação honorária de Brigadeiro, ao diretor de aldeia a de Tenente Coronel e a Tesoureiro a de capitão” (MOREIRA NETO 1971:368-269). Até os dias de hoje as lideranças kaingang são compostas por cargos e funções identificadas com títulos da hierarquia militar.

Laroque (2000) sintetiza as informações sobre as lideranças kaingang da segunda metade do século XIX a través da seguinte tabela:

Localidade	Chefe Superior	Chefes Subordinado
Campo Novo	Fongue	Prudente, Antonico, Portela, Fifu, Nihi, Calum
Campo do Meio	Braga	Doble, Nicuá, Ghênguy, Pedro Velho, Felipe, Jacinto Doble
Campo Erechim	Nicafim	Chico, Manuel Grande
Campo de Palmas, Nonoai e Irani	Condá	Perocan, Cavei, Domingos, Jacintho

Tabela 1. Distribuição territorial de lideranças políticas kaingang no século XIX

221/2009
Proc. Nº
Fls. 576
Rubrica

¹⁵ Chagas Lima (1809, 1821), Mabilde (1833-66) e Borba (1882).

Entre estes chefes (superiores e subordinados) havia, para além de relações de aliança e disputa política, relações de parentesco que os interligavam, como representado pelo diagrama abaixo.

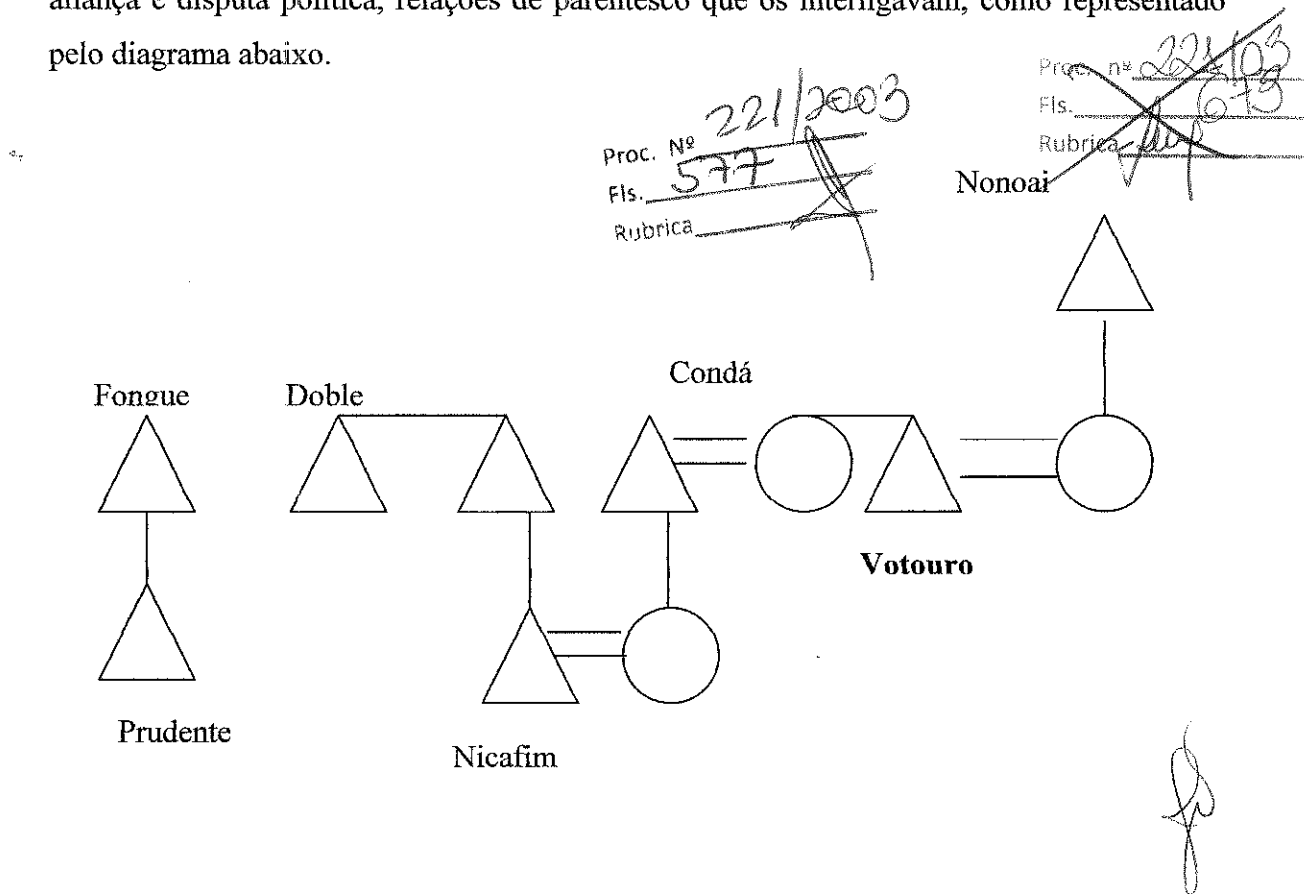


Figura 1: Diagrama de parentesco de lideranças kaingang no século XIX

As especificidades destas relações de parentesco combinadas à atuação política de cada liderança kaingang já foram discutidas em outro texto (Fernandes 2004), cumpre aqui ressaltar que se tratava de um cenário político amplo, no qual a disputa por territórios estava imbricada às noções de pertencimento social construídas sobre laços de parentesco. Autoridade política e território, assim, são conceitos que estão fundidos na experiência kaingang do século XIX.

As referências ao cacique Votouro estão todas, tanto na bibliografia como na memória indígena, associadas ao cacique Nonoai e à Terra Indígena Nonoai. Segundo Teschauer (1927) o cacique Votouro, que teria sido batizado em 1850 pelo padre Solanellas (que atuou no aldeamento de Nonoai), *“tinha seu toldo em campo rodeado de imensos bosques cinco léguas a leste de Nonoai, ao outro lado do Passo Fundo (...) [lá havia] quatro ou cinco ranchos de bugres, em um dos quais se achava ainda vivo o selvagem”*.¹⁶

¹⁶ Teschauer colheu suas informações de campo nos primeiros anos do século XX. Para ele, o cacique Votouro ainda vivia neste período. Há, efetivamente, uma evidente contradição entre estas informações e o

Os registros de Teschauer, bem como a perspectiva dos indígenas que atualmente vivem na região indicam uma associação fundamental entre o cacique Votouro e as terras a leste de Nonoai.

Considerando-se, a estreita relação concebida pelos Kaingang, entre autoridade política e controle territorial, percebe-se que as terras a leste do rio Passo Fundo são consideradas como terras tradicionais kaingang em virtude da atuação do cacique Votouro, que participava na rede de parentesco que articulava as lideranças kaingang, na segunda metade do século XIX.

Proc. nº 221/2003
Fls. 578
Rubrica

Proc. nº 221/2003
Fls. 674
Rubrica

I.e) Território, cosmovisão e sociabilidade

A dispersão de grupos kaingang pelos campos e matas de seu território tradicional não impediu que estes grupos estivessem articulados a partir de um sistema cultural comum. Ainda hoje os grupos kaingang compartilham um registro mitológico comum, bem como, compartilham crenças e práticas acerca de suas experiências rituais.

O mito de origem (coletado pela primeira vez por Telêmaco Borba em 1882), narra a experiência dos irmãos mitológicos Kamé e Kaïru¹⁷, os quais, tendo sobrevivido ao grande dilúvio, criaram os homens, os seres da natureza e as regras de sociabilidade.

As metades kaingang recebem o nome destes heróis mitológicos que determinaram a descendência patrilinear e a exogamia entre as metades como condições para a vida social. O mito de origem, além de determinar regras de sociabilidade, oferece um importante parâmetro para a definição de uma noção de pertencimento identitário entre grupos dispersos pelo amplo território kaingang.

A experiência ritual, por sua vez, atualiza as concepções expressas no mito. O *Kiki*, ou o ritual do Kikikoi (comer o *Kiki*), ou ainda, o culto aos mortos Kaingang, já foi descrito como o centro da vida religiosa destes índios¹⁸. Não obstante este ritual tenha sido realizado

registro da memória atual dos indígenas entrevistados sobre a data da morte do cacique Votouro. [A contradição se explica se atentamos ao fato de que, entre os Kaingang, nomes são retomados de geração em geração, além do fato de que, a partir do século XIX, o nome de um pai costuma passar a sobrenome dos filhos; assim é que Doble e Fongue, por exemplo, se tornaram sobrenomes, e nos dois casos, vários caciques com o “mesmo nome” se sucederam ao longo de décadas – JV).

¹⁷ A língua kaingang faz contraste marcante entre vogais orais e nasais, que nós, brasileiros temos dificuldade em perceber. Em Veiga (1994) grafiei *Kamé* e *Kaïru* (no que me acompanharam autores que tomaram meus trabalhos como referência). Em trabalhos recentes optei por grafar *Kamẽ* e *Kanhru*, mais próximas das marcas de nasalidade e, efetivamente, as formas ortográficas da língua (JV).

¹⁸ As primeiras referências ao ritual do Kikikoi devemos a Curt Nimuendajú (1913) e a Herbert Baldus (1937), porém os registros sobre as beberagens que acompanhavam os funerais, nos quais era consumida a

pela última vez em 2002, apenas por um pequeno grupo na Terra Indígena Xaçecó (SC), todos os Kaingang associam o *Kiki* à 'tradição indígena', ao 'sistema dos antigos'. Os registros históricos nos permitem afirmar que, no passado, este ritual era realizado em diversas regiões¹⁹.

Mesmo no contexto contemporâneo da Terra Indígena Xaçecó, a realização do *Kiki* permite aos observadores treinados identificar a articulação desta experiência ritual com crenças e práticas relacionadas à cosmologia dualista kaingang. O ritual consiste, fundamentalmente, na performance de dois grupos formados por indivíduos pertencentes a cada uma das metades clânicas, Kamé e Kaïru, que compõe a sociedade kaingang. O pertencimento às metades clânicas é definido patrilinearmente (filho de pai Kamé é Kamé e filho de pai Kaïru é Kaïru), porém a regra de sociabilidade fundamental, instituída pelo mito de origem Kaingang, é a exogamia de metades, isto é, Kamé devem casar com Kaïrus e vice-versa. Como contraponto à regra de descendência via paterna, os Kaingang reconhecem como regra de residência pós casamento, a matrilocidade, isto é, após o casamento o genro passa a morar na casa do sogro. Sendo assim, a condução da vida social kaingang opera uma constante fusão das duas metades clânicas²⁰. Durante o *Kiki*, no entanto, as metades atuam separadamente, formando grupos de 'consangüíneos classificatórios ou mitológicos'. O relacionamento entre os grupos que atuam no ritual é marcado pela complementaridade e assimetria entre as metades Kamé e Kaïru.

bebida *Aquiqui* remontam às primeiras décadas do século XIX. (De fato, os primeiros registros sobre isso remontam às Cartas Anuais jesuíticas da década de 1620. Sobre as fontes documentais acerca deste ritual, veja-se D'Angelis & Veiga 1996 – JV).

¹⁹ O desaparecimento do ritual do *Kiki* está associado ao empreendimento civilizador (leia-se, política indigenista nacional) que atravessou a história recente destes grupos indígenas. A partir da década de 1940, com a instalação dos postos indígenas no interior das terras indígenas oficializadas, houve uma constante repressão à realização do *Kiki*. Com isso, não apenas as beberagens, que marcam a etapa final do ritual, foram combatidas, mas, sobretudo, o poder organizador da tradição indígena foi desarticulado. De certa forma, as celebrações do 'dia do índio' substituíram a parte festiva do ritual. A retomada do *Kiki* na T.I.Xaçecó ocorreu em meados da década de 1970 através do incentivo de agentes indigenistas não governamentais (em especial o Conselho Indigenista Missionário – CIMI), que consideravam esta expressão cultural como um importante eixo da organização indígena pela conquista de sua autodeterminação. Ao longo dos últimos vinte e cinco anos o *Kiki* tem sido realizado anualmente, não sem transformações. De certo modo o cacique da Aldeia Condá está certo: o *Kiki* foi reinventado para cumprir um papel político estratégico na história dos Kaingang da região. O *Kiki* se tornou um emblema de etnicidade, justamente em uma terra indígena onde o respeito à tradição está, em muitos sentidos, esquecido. (sobre a retomada da realização do *Kikikoi* pelos Kaingang do Xaçecó e sobre as relações *mito e ritual*, veja-se Veiga 2000 – JV).

²⁰ Em todos os aspectos da vida social a divisão em metades opera como um articulador da organização social. Os exemplos são inúmeros, para os fins deste relatório, é relevante mencionar que segundo o modelo tradicional kaingang, a Liderança política deve contar com a participação de indivíduos das duas metades. Esta condição, justificam os Kaingang, se deve à necessidade de articular membros de metades opostas para lograr êxito no planejamento das ações coletivas, bem como à impossibilidade de indivíduos de uma metade punir indivíduos da metade oposta. Este exemplo é significativo pois revela que o pertencimento às metades está na base das concepções políticas desta sociedade, a saber: o controle social e o planejamento.

Proc. Nº 221/2009

Fls. 579

Rubrica

O ritual do *Kiki* pode ser definido como um esforço da sociedade em ratificar o poder do mundo dos vivos sobre os perigos associados com a proximidade dos mortos. Neste esforço, os Kaingang articulam temas como a complementaridade das metades, a nomeação, a integração entre comunidades distintas, o controle sobre o território e a interação mitológico-histórica com a natureza.

O grande esforço demandado para a realização deste ritual, associado à necessidade formal de integrar diferentes comunidades²¹, fez com que ele fosse realizado em apenas algumas terras indígenas. A partir de pesquisas realizadas entre as terras indígenas kaingang do Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, é possível afirmar que o ritual do Kiki era tradicionalmente realizado entre os grupos kaingang que ocupam as terras indígenas Guarita, Nonoai, Ligeiro, Imbú e Palmas, bem como, entre os kaingang da Aldeia Condá²² – conforme apresentado no mapa da página seguinte.

O mapa sugere que estas terras indígenas constituíam centros da vida social e cultural Kaingang, para o qual convergiam, nos períodos do ritual, os grupos que viviam nas proximidades. Assim como no contexto da atuação dos grandes líderes políticos kaingang do século XIX, a região da TI Votouro pode ser caracterizada como uma região periférica no contexto da realização do ritual do Kiki.

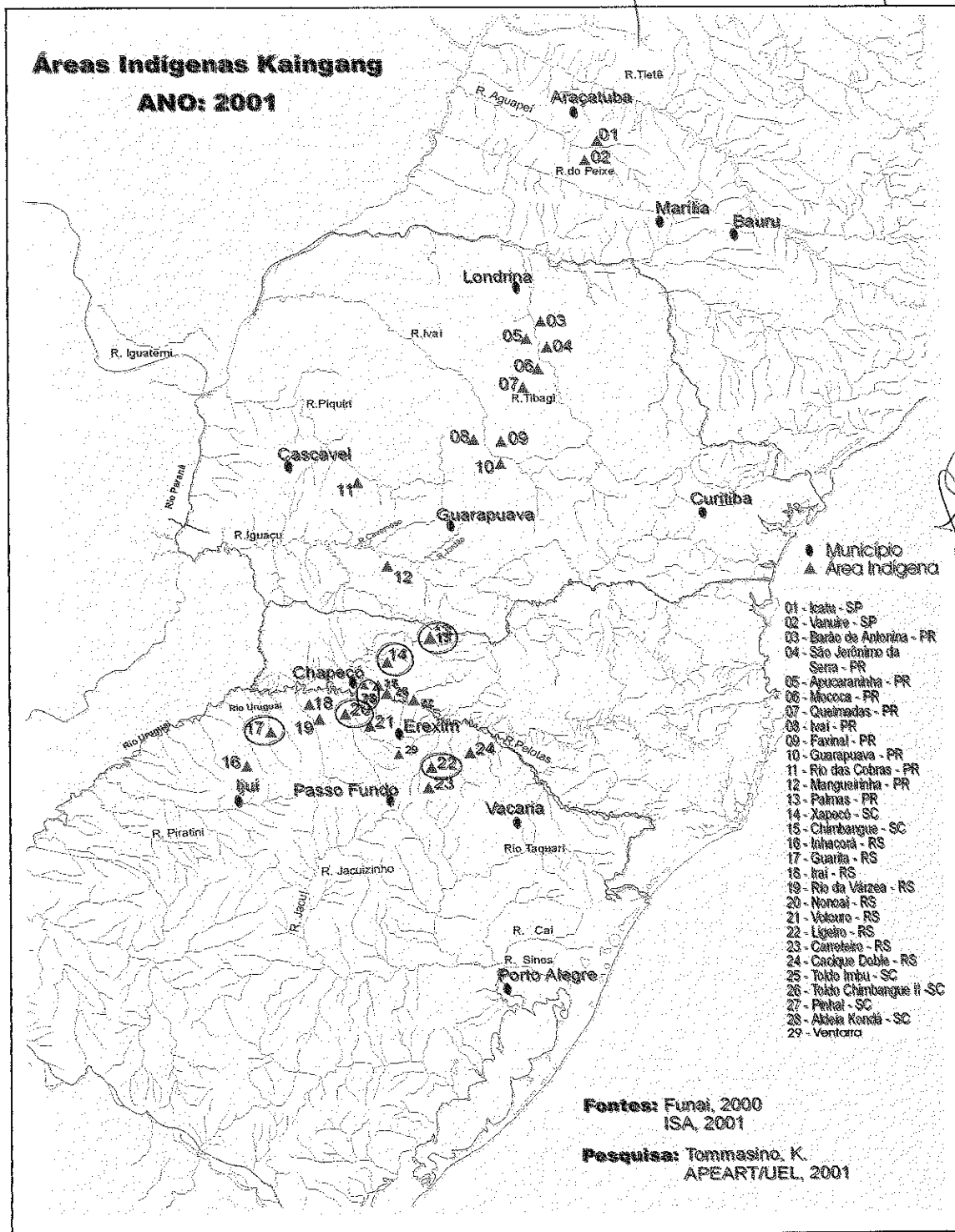
Os Kaingang que atualmente vivem na TI Votouro não apresentam memória sobre a realização do Kiki na região. Entretanto, há memória sobre a participação dos *antigos* (dos velhos) nos rituais realizados nas Terras Indígenas Nonoai e Xapecó. Embora o ritual do Kiki não tenha sido realizado na TI Votouro, os indígenas que ali residiam participavam destes eventos rituais estando, portanto, integrados à rede de sociabilidade promovida por este contexto.

²¹ Mesmo hoje em dia, a realização do ritual do Kiki na T.I. Xapecó, depende da participação de convidados (rezadores e dançarinos) que residem na T.I. Palmas.

²² A Aldeia Condá (SC) é reserva indígena formada de grupos familiares originários de terras indígenas do Rio Grande do Sul, de modo que sua memória oral diz respeito às comunidades ao sul do Rio Uruguai.

Proc. Nº 221/2003
Fls. 581
Rubrica _____

Proc. nº 221/03
Fls. 581
Rubrica [assinatura]



Proc. Nº 221/2003
Fls. 582
Rubrica _____

~~Proc. nº 221/03
Fls. 1878
Rubrica _____~~

II – SEGUNDA PARTE: habitação permanente

*descrição da distribuição da(s) aldeia(s), com respectiva população e localização;
explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência
da(s) aldeia(s), a área por ela(s) ocupada(s) e o tempo em que se encontra(m) na(s)
atual (ais) localização (ções)*

[assinatura]

II. Votouro e Kandóia: uma unidade sócio-cultural²³

O Acampamento Kandóia e os Kaingang da T.I. Votouro fazem parte de um mesmo grupo cultural. Votouro e Kandóia são nomes que fazem referência a dois chefes indígenas que se sucedem no tempo. O primeiro, no século XIX, e o segundo, no século XX. Os depoimentos tomados evidenciam que os Kaingang ocupavam a região reivindicada, até o final da década de 1940, apesar do Estado do Rio Grande do Sul já ter reduzido legalmente a sua terra em 1918, para 3.100 hectares.

Ao demarcar as terras destinadas aos indígenas, o Estado não levou em conta as áreas ocupadas por eles para as suas atividades de caça, pesca e coleta. Como essas regiões continuavam sendo floresta, os Kaingang tinham dificuldade de perceber que as linhas demarcatórias estavam mudando a sua realidade, e diminuindo o seu território, uma vez que ainda podiam gozar do espaço de sua real ocupação, ainda que parte das terras ocupadas de fato por eles, juridicamente já não lhes pertencessem. Somente depois da 2ª Guerra Mundial é que um importante ciclo de expansão econômica faz com que a sociedade nacional se estenda sobre as áreas de ocupação tradicional Kaingang restringindo sua economia e exigindo que passassem a viver apenas da agricultura, aos moldes coloniais.

Os kaingang possuem uma cultura baseada na caça, pesca e coletas, tendo tradicionalmente agricultura de milho, feijão e morangas, que eram plantadas de forma consorciada e com rotatividade de espaço. Ao diminuir o seu território, a sociedade brasileira desorganizou a economia Kaingang e a sua forma de organização social, a qual, eles vêm tentando refazer. Os acampamentos hoje existentes atualizam um padrão Kaingang que não comportava comunidades muito grandes. No passado, havendo uma dissidência um dos grupos acompanhava o líder para outro espaço; iam abrir uma nova aldeia. Passado o período de turbulência as alianças poderiam ser ou não refeitas, dependendo da gravidade do fato que criou o rompimento. A atual busca pelas terras Kaingang perdidas se configura, nesse aspecto, numa atualização da sua forma de organização política, apesar de estar num contexto diverso e adverso.

²³ Esse tópico introdutório foi inserido pela atual coordenadora do GT.

Proc. Nº 221/2003
 Fls. 589
 Rubrica [assinatura]

Proc. nº 221/03
 Fls. 680
 Rubrica [assinatura]

II.a) A demarcação da TI Votouro

Em 1918 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul reconheceu oficialmente a presença dos Kaingang originalmente comandados pelo cacique Votouro a leste do rio Passo Fundo. Neste ano, por determinação do então Presidente do Estado Dr. Carlos Barbosa, foram demarcadas pela Comissão de Terras de Erechim, as terras do Toldo Votouro, medindo aproximadamente 3.100 hectares (três mil e cem hectares). Há controvérsia sobre as extensões de terras efetivamente demarcadas, haja vista que em diferentes relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, no item intitulado *Proteção Fraterna aos Indígenas do Rio Grande do Sul*, estão registradas outras extensões de terras. Notadamente, a controvérsia versa sobre o registro de que as terras demarcadas do Toldo Votouro totalizariam 31.000 hectares (trinta e um mil hectares), conforme expresso nos relatórios da supracitada Secretaria referente aos anos de 1918 e 1919. Os indígenas do Acampamento Kandóia e da TI Votouro afirmam que a demarcação foi *errada*. As terras tradicionais dos índios de Votouro foram apenas parcialmente respeitadas quando da demarcação. Como podemos ver II.a.2 Informações relevantes dos demarcadores.

As referências oficiais aos Kaingang do Toldo Votouro, porém, antecedem a data de sua demarcação. Em 1910, relatório da mesma Secretaria registrava a existência de população de 100 (cem) indígenas no Toldo Votouro. Já em 1912 o Estado do Rio Grande do Sul reconhecia a necessidade de demarcar estas terras. Do Relatório da Secretaria de Obras Públicas deste ano, consta o seguinte registro: *“Falta ainda medir e demarcar as terras dos seguintes toldos: Votouro, no município de Passo Fundo; Inhaçorá e Guarita, no município de Palmeira, Lagoão, no município de Soledade”* (Relatório Secretaria de Obras Públicas/RS, 1912 p.119).

O princípio adotado para as demarcações procedidas pelo governo estadual, considerava como *“terras dos índios as que se acham por elles ocupadas (...) [sendo que] o Estado as considera taes independente de qualquer título especial de domínio, e simplesmente em virtude da prioridade da ocupação”* (Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas/RS de 1916, pg. 165-166).

A partir de sua demarcação os relatórios anuais da Secretaria de Obra Públicas passam a registrar sistematicamente informações sobre o Toldo Votouro. Destes relatórios constam informações como: *nome do cacique, área e população*.

A exceção dos relatórios de 1918 e 1919, nos demais, as referências às dimensões da TI Votouro apresentam como área total 3.053 hectares. Como exemplificam os dados extraídos de diferentes relatórios da referida Secretaria de Estado, expressos na tabela abaixo:

ANO	ÁREA	POPULAÇÃO
1920	3.053ha	137
1921	3.053ha	158
1922	3.053ha	184
1924	3.053ha	100
1925	3.035ha	140*
1927	3.053ha	270*
1939	3.053ha	140
1940	3.053ha	136
1941	3.053ha	136

Proc. nº ~~221/2003~~
Fls. ~~585~~
Rubrica ~~[assinatura]~~

Proc. nº 221/2003
Fls. 585
Rubrica [assinatura]

Tabela 2: Relatórios da Séc. de Estado de Negócios e Obras Públicas

* os dados apresentados no relatório de 1925 e 1927 confundem os dados das TIs Votouro e Faxinal

Como podemos observar as informações sobre a extensão das terras demarcadas são consistentes, o mesmo não ocorrendo com os dados sobre a população – há certas inconsistências marcadas nos dados sobre os anos de 1924 e 1927. Mesmo assim, as informações contidas nos relatórios examinados são relevantes, não apenas com respeito à população e dimensão destas terras, mas também, por registrarem o nome do cacique Domingos Kandoia e do encarregado Osório Torres, duas referências importantes para a memória de indígenas e não indígenas da região. A primeira referência ao cacique Domingos Kandóia aparece no relatório de 1923. Este registro é importante, pois a presente reivindicação da comunidade indígena na porção de Votouro Velho está organizada em torno de uma das filhas e outros descendentes deste cacique – como veremos nas seções seguintes. A referência ao encarregado Osório Torres, por sua vez, aparece no relatório de 1940. [Ver documento RI como parte da Terra Indígena Votouro, em anexo]. Esta é referência igualmente importante, pois, os indígenas apontam a residência deste antigo encarregado como sendo parte de sua terra tradicional. Embora a referência documental

pesquisada sobre a atuação de Osório Torres remeta ao ano de 1940, informações obtidas com um de seus filhos, Dinarte Torres, indicam que seu pai teria assumido o cargo de *encarregado dos índios* em 1922²⁴, sendo contratado pela Inspetoria de Terras de Erechim.

Proc. nº 221/193
Fls. 182
Rubrica [assinatura]

II.a.2 Informações relevantes dos demarcadores²⁵

A prova maior - da veracidade das informações orais fornecidas pelos Kaingang do Votouro, que reivindicam a ampliação de suas terras nos termos da Constituição de 1988, está na carta enviada pelo funcionário de campo que fez a demarcação do Toldo Votouro, ao engenheiro Chefe da Comissão de Terras e Colonização, Inspetoria de Terras do Nordeste, que foi sediada em Erechim.

Transcrevo:

" (ilegível) Engenheiro Chefe da Comissão de Terras e Colonização da Colonia Erechim.

Apresento- vos planta, planilha e caderneta de campo da área reservada para o Toldo Votouro.

Este toldo acha-se situado entre o Rio Passo Fundo e o Lageado Grande, sobre a estrada de rodagem Boa Vista – Nonohay (em exploração).

Os índios vivem dispersos fazendo suas moradas isoladamente desde as margens do Passo Fundo e Erechim até o Lageado Grande. Neste ponto fizeram elles sua maior concentração.

As instruções recebidas para a execussão do serviço, foram as seguintes:

1º o traçado devia compreender uma área tantas vezes 80 hectares quantas forem (sic) as famílias dos índios estabelecidas no toldo.

2º as divisas deviam ser naturaes e escolhidas o quanto possível de acordo com os índios.

Feito recenseamento verifiquei comparando-o com o anterior não ser fixo o número de famílias estabelecidas Havia umas que tinham emigrado e outras que vinham estabelecer-se. De acordo com mais informação sobre o movimento dos habitantes do toldo, fornecidas pelo encarregado do toldo e criolos do lugar, resolvi tomar como base do meu traçado 38 famílias sendo pois de 30400000 m² a área a traçar.

Usando de persuasão com os índios (cujo contentamento me foi repetidamente recomendado) mostrando a impossibilidade de uma ou outra exigência ser satisfeita, consegui de accordo com estes estabelecer o seguinte traçado:

A área traçada de maneira a tomar o maior comprimento possível sobre o Lageado Grande, de maneira a abranger as roças e capoeiras dos índios em baixo e o mato rico em herva matte, nas cabeceiras dos mais importantes afluentes do referido Lageado a área conteria todas as moradias dos índios que não fossem muito afastadas do Toldo assim como o antigo cemitério, ponto mais septentrional do traçado. A divisa norte seria a até então respeitada, tanto pelos índios quanto pelos seus vizinhos brancos. Sendo afastado demais o Rio Passo Fundo a divisa Oeste seria uma linha seca que iria até o Lageado Guabiroba

²⁴ Corrigindo a afirmação da família: Osório Torres foi admitido no Serviço Estadual, na categoria *Capataz*, em 21/06/1927, segundo Relatório da Inspetoria de Terras e Colonização de José Bonifácio (atual Erechim) de 1938, Quadro 15. (JV)

²⁵ O presente tópico (II.a.1) foi acrescentado pela atual Coordenadora do GT

Proc. Nº 221/2003
Fls. 506
Rubrica [assinatura]

servindo este como divisa sul até defronte a roça do cacique do Toldo, ponto mais alto do Lageado Grande, compreendido no traçado. Estes dois últimos pontos seriam unidos por uma linha seca, reta ou quebrada conforme a conveniência do traçado.

Este traçado pareceu-me corresponder a todas as exigências visto que: continha a maior parte das moradias dos índios, não muito afastadas; não continha nenhuma moradia de brancos, em fim continha todas as espécies de terras necessárias para a vida do índio. capoeiras, palmeiral, pinhal ao norte, terra de planta a leste sobre o lageado Grande, herval nas suas cabeceiras e matto branco riquíssimo em caça sobre o lageado Guabiroba e a divisa Oeste. Assim traçado, o toldo só confina com terras do estado. Executando o traçado e calculada a área que obtive para esta 30538693,47m² excedendo a área proposta em 138693,47m².

Provém esta diferença da impossibilidade de calcular a área exata antes de se conhecerem os fechamentos angular e linear e que foram de 19°,84 por estação e 0,001639... por m.c. respectivamente.

Chamo a vossa atenção para que no cálculo analítico não figuram as estações com angulos de 180° sendo que as correções angulares foram feitas só nos vértices proporcionalmente ao número das estações que entre estes se encontraram. A área correspondente a cada família é pois de 803649,83 m².

São estes os esclarecimentos que tenho a dar sobre este serviço, ficando entretanto ao vosso dispor qualquer dúvida suscitada.

Saúde e Fraternidade,

Boa Vista 30 de Agosto de 1918

Tadeu Monazewski [presumido, a assinatura não está legível no sobrenome]
Aj. de corda.

Proc. n.º 22103
Fls. 1083
Rubrica

Esse documento esclarece:

1. O local onde vivem os Kaingang *“Este toldo acha-se situado entre o Rio Passo Fundo e o Lageado Grande, sobre a estrada de rodagem Boa Vista – Nonohay (em exploração).”* Esta estrada em exploração pode ser a que atualmente cruza o Votouro Velho indo para o município de Faxinalzinho.
2. Reconhece a ocupação Kaingang naquele momento: *“Os índios vivem dispersos fazendo suas moradas isoladamente desde as margens do Passo Fundo e Erechim até o Lageado Grande. Neste ponto fizeram elles sua maior concentração.”* . Portanto a informação coincide com a pretensão dos Kaingang do Votouro sobre sua ocupação ir até o Põri mbag (grande Paris) e Passo Velho, no Passo Fundo.
3. Que há recomendações quanto a demarcação: *as divisas deviam ser naturaes e escolhidas o quanto possível de acordo com os índios.* Nesse aspecto ele resolve não cumprir as recomendações: *Usando de persuasão com os índios (cujo contentamento me foi repetidamente recomendado) mostrando a impossibilidade de uma ou outra exigência ser satisfeita, consegui de accordo com estes estabelecer o seguinte traçado: A área traçada de maneira a tomar o maior comprimento possível sobre o Lageado Grande, de maneira a abranger as roças*

Proc. N.º 22103
Fls. 587
Rubrica

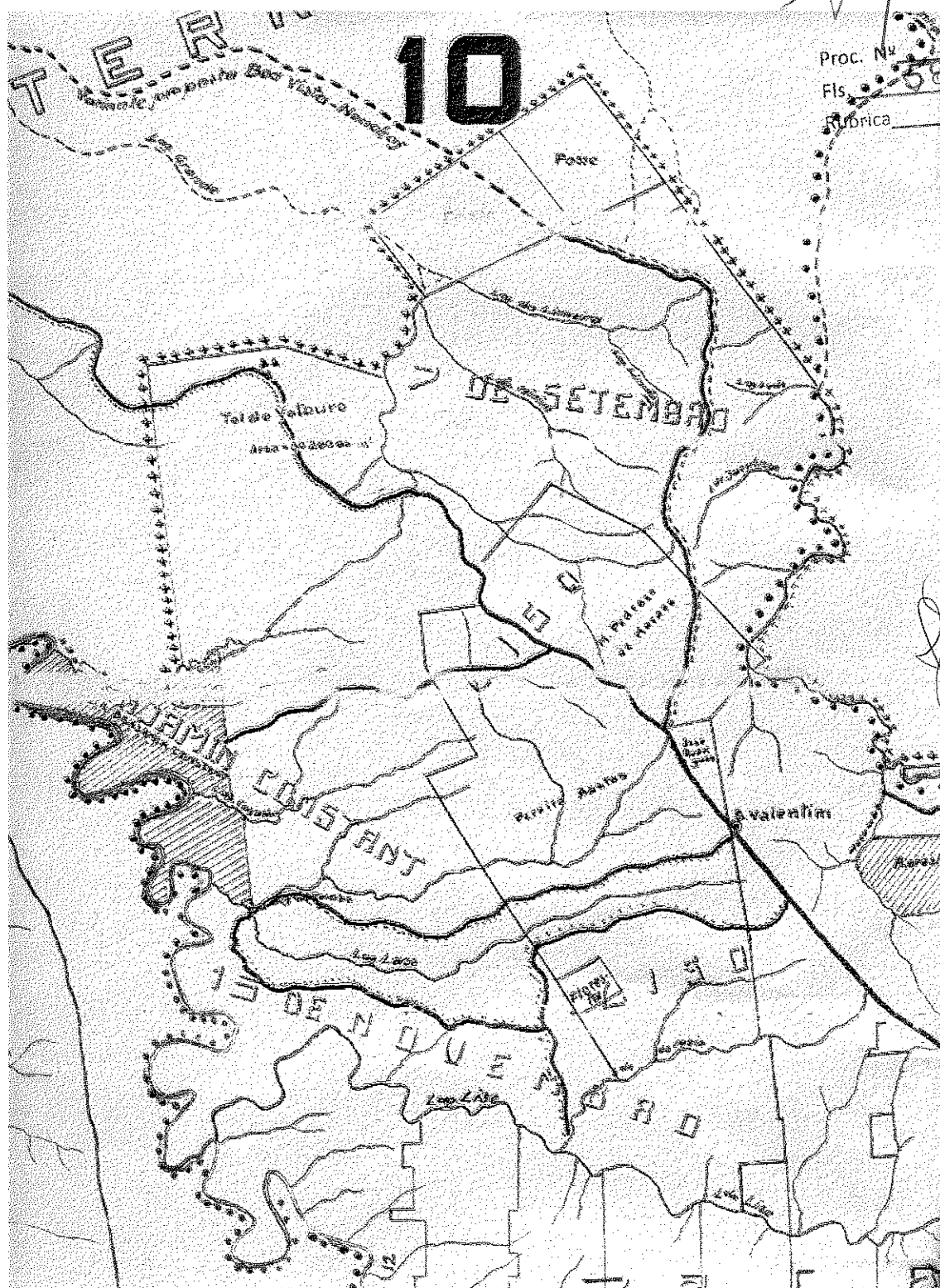
e capoeiras dos índios em baixo e o mato rico em herva matte, nas cabeceiras dos mais importantes afluentes do referido Lageado a área conteria todas as moradias dos índios ressaltando que não fossem muito afastadas do Toldo assim como o antigo cemitério, ponto mais septentrional do traçado. A divisa norte seria a até então respeitada, tanto pelos índios quanto pelos seus vizinhos brancos.

4. Que, desrespeitando a recomendação de demarcar por divisas naturais, o agrimensor resolve que: Sendo afastado demais o Rio Passo Fundo a divisa Oeste seria uma linha seca que iria até o Lageado Guabirola servindo este como divisa sul até defronte a roça do cacique do Toldo, ponto mais alto do Lageado Grande, compreendido no traçado. Estes dois últimos pontos seriam unidos por uma linha seca, reta ou quebrada conforme a conveniência do traçado. Portanto diante de recomendações que na prática conflitavam entre si: as divisas deviam ser naturais e escolhidas o quanto possível de acordo com os índios e a recomendação de demarcar 80 hectares por família. O agrimensor resolve tomar o Lageado Grande, como ponto de partida, local de maior concentração dos índios e com base num cálculo estimado de 38 famílias, demarcar a partir do Lageado Grande cerca de 3 mil hectares e por isso a demarcação estranhamente termina em linhas secas, deixando fora da área demarcada as ocupações e áreas de sustentação econômica ao longo dos Rios Erechim e Passo Fundo.
5. *Usando de persuasão e mostrando a impossibilidade de uma ou outra exigência ser atendida* o agrimensor propôs o seguinte traçado: Tomar o antigo cemitério como o ponto mais setentrional do traçado [no mapa elaborado por Sérgio de Campos, pode-se ler cemitério pé de cedro] e **tomar o maior comprimento possível sobre o Lageado Grande, de maneira a abranger as roças e capoeiras dos índios em baixo e o mato rico em herva matte, nas cabeceiras dos mais importantes afluentes do referido Lageado.** A divisa norte seria a até então respeitada, tanto pelos índios quanto pelos seus vizinhos brancos. Se o cemitério tomado por base é o Pé de Cedro, logicamente haveria mais ocupações ao norte porque os cemitérios ficam em locais que servem de acesso a pessoas de diferentes pontos do território. O número tomado por base 38 famílias para estabelecer o tamanho do território não é confiável porque havia famílias dispersas, que saíam e retornavam e podem não terem sido contempladas: *“feito o recenseamento verifiquei que comparando com o anterior não ser fixo o número de famílias estabelecidas. Havia umas que tinham emigrado e outras que vinham se estabelecer”*.

6. E por fim: A divisa sul seria o Rio Guabiroba.

Proc. nº 221/03
Fls. 605
Rubrica [assinatura]

Proc. Nº 221/2003
Fls. 609
Rubrica [assinatura]



Mapa de 1931 — Planta Geral do Município de Erechim, escala original 1:1000.000 — Comissão de Terras de Erechim, Julho de 1931, com o traçado da Estrada Boa Vista Nonohay — onde podemos ver que fora a terra indígena Votouro há várias áreas imprecisas onde se lê “posse”. E áreas que a Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul pretendia reservar como Floresta protetora de nascentes.

Proc. N° <u>221/2003</u>	Proc. N° <u>221/2003</u>
Fls. <u>590</u>	Fls. <u>586</u>
Rubrica <u>[assinatura]</u>	Rubrica <u>[assinatura]</u>

II.b) As pressões sobre a TI Votouro

Ao longo do século XX as pressões sobre as terras indígenas no Rio Grande do Sul foram acentuadas. Dois momentos são considerados como responsáveis por pressões extremas sobre as terras do Toldo Votouro, são estes: a *Revolução dos “Chimangos e Maragatos”*, em 1923, e a *“Reforma Agrária do Brizola”*, em 1962. Esta é a percepção não apenas dos indígenas, mas também, de historiadores e pesquisadores.

O relatório da Secretaria de Obras, datado de 1925, em seu item VI, intitulado *“Serviço de Proteção aos Indígenas”* registra, em poucas palavras, os efeitos da revolução de 1923: *“os últimos movimentos sediciosos, de 1923 e 1924, muito perturbaram também esse serviço, pois se acham os toldos dos nossos Indígenas situados na zona norte, que foi das mais assoladas pelas tristes conseqüências do espírito de desordem”* (pg. 380,383). Embora não haja historiografia consagrada sobre os eventos revolucionários na região do Toldo Votouro, os entrevistados, indígenas e não indígenas, concordam que houve *brigas no tempo da revolução*, como diz o próprio filho do antigo *encarregado dos índios*, Dinarte Torres.

Para os indígenas, com a Revolução seus antepassados foram forçados a se manter no interior da terra demarcada. Em diferentes momentos do trabalho de campo foram registradas manifestações sobre este tema. Como exemplos, transcrevo alguns depoimentos:

“O motivo da diminuição das terras foi a revolução, aquelas guerras” (Luisa Pedroso, indígena, 93 anos);

“Com a revolução de 1923 foram empurrando os índios para a área” (João Oliveira, indígena, 66 anos);

“Em 1923 eles foram atropelados aqui, por que teve a revolução. Eles foram tocados para os matos, depois veio o loteamento. Eles não gostavam de ver os índios na guerra deles. Os índios tiveram a revolução aqui no Goio-en” (Pedro Ferreira, indígena, 37 anos);

“Depois da revolução de 1923 a parte dos brancos foi ficando por lá, eles avisavam que era para a comunidade indígena se retirar por que ali ia passar a força. Depois do tiroteio eles iam voltar para casa. O confronto foi no Barro Preto, perto do Faxinal Grande” (João Xavier, 80 anos, não indígena).

“A mãe (Maria Dominga Kandoia) diz que nasceu aqui no Votouro velho. Foram expulsos na revolta dos Chimangos e os Maragatos. Falaram para o finado avô para eles se retirar, por que

Proc. nº 221/2003
 Fls. 587
 Rubrica

eles iam se encontrar para a guerra. Ofereceram charque pros índios se retirar. Uma turma foi para o Lajeado. Uma turma foi para o Tico-tico (Barra Seca). Enquanto isso, os fog (brancos) pobre se aproveitaram e entraram aqui. Eles também não tinham nada.”
 (Adélia Ferreira, 66 anos, indígena)

Como podemos observar a partir destes exemplos, a *Revolução* de 1923²⁶ é considerada como o evento responsável pelo *atropelamento dos índios*, como eles se referem à expulsão de seus espaços de ocupação tradicional. Isto é, por causa da *Revolução*, os índios foram forçados a se recolher ao interior da terra demarcada em 1918 (como veremos adiante, Tico-tico e Lajeado Grande são antigas aldeias no interior da terra demarcada).

Os Kaingang são, por natureza, um povo guerreiro. Tanto assim que foram muito úteis ao Brasil nas guerras que ocorreram entre este país e países vizinhos, como no caso da guerra do Paraguai onde a presença kaingang foi expressiva e do ponto de vista Kaingang eles foram fundamental para a vitória que o Brasil obteve contra a tríplice aliança. O kaingang Pedro Ferreira, acima referido, contrapõe a *guerra deles* à revolução dos índios na *Goio-en* [divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina]. Não se pode saber, no momento, se trata-se da participação dos Kaingang na guerra de 1923, ou de outras guerras entre os próprios índios. E, embora os Kaingang façam certa confusão entre a revolução Federalista de 1893 e a Revolução de 1923, eles não estão tão equivocados. Há, de fato, relação entre a Revolução de 1893, que opôs Chimangos [os que usavam lenços verdes – também chamados de pica-paus] e Maragatos [os que usavam, no pescoço, lenços vermelhos - ou colorados como se diz no Rio Grande] e a Revolução de 1923, responsável pelo deslocamento dos Kaingang de suas terras de ocupação tradicional. Bons observadores e políticos perspicazes, os Kaingang com certeza identificam, na região, na revolução de 1923, antigos partidários da revolução federalista de 1893²⁷.

²⁶ Na Terra indígena Carreteiro o senhor Olímpio Daniel com cerca de 80 ouviu do pai dele, Antônio Daniel Tõnh, que morreu com 105 anos: ... *ele contava da guerra, que era tudo Colorado. O pai foi preso em Passo Fundo para ir junto (...) Eu me recordo, um pouquinho. A mãe contava, o pai contava: a gente [os pais] eram tudo pequeno, e corriam tudo dentro do rancho quando vinha vindo aquele combate, dizem. Então tinha uns na frente para ir marcando os índios. Porque não é para chegar nessa casa. Eles iam marcando a casa dos índios com bandeira vermelha, tudo vermelha. Não é para mexer, nem os índios eram para mexer com eles. Agora esses são malvado. O pai contava um pouco, mas a gente não tinha interesse... Mulher barriguda eles matam. Se encontram mulher barriguda eles matam [os maragato]. É, e se tem uma fazenda assim eles entram e matam o gado, o dono não pode falar, e diz que eles pegavam parêlho: era branco, era índio, tudo. Isso que eu sei contar”.* (Entrevista a J.Veiga 15/05/2005 citado por Veiga 2006)

²⁷ A revolução de 1923 está relacionada ao descontentamento dos pecuaristas com a política de modernização do governador do Estado, Borges de Medeiros, que encampou o Porto de Rio Grande em 1919 e a Viação Férrea em 1920. Para tal retirou dinheiro dos Bancos, que os haviam emprestado aos criadores de gado. Os

Proc. Nº 221/2003
 Fls. 591
 Rubrica

PROC. Nº 221/2003
 Fls. 592
 Rubrica [assinatura]

PROC. Nº 221/2003
 Fls. 688
 Rubrica [assinatura]

II. c) Locais de ocupação Tradicional

O local chamado Barro Preto/Campininha no mapa referenciado do engenheiro Agrimensor Sérgio de Campos (em anexo) fica entre o Lajeado da Divisa e o Lajeado Votouro, neste local vivia e foi batizado pelo jesuíta Padre Solanellas, em 1850, o velho cacique Votouro. Destacando os feitos para aquele ano, o Padre Parés, Superior da Missão Jesuítica em Nonoai, escreve:

Um [fato] merece ser entregue a memória dos pósteros, é o baptismo do Velho Vuotouro [sic] chefe que tinha seu toldo em um campo rodeado de imensos bosques, cinco léguas a leste de Nonoai ao outro lado do Rio Passo Fundo. Este vulto alto venerável por seus cabelos brancos e idade avançada além de século, isto é especialmente suas maneiras afáveis e patriarchaes trazem ao padre Villarubia a idéia de um Isaac ou de um Jacob. Já não podia mais andar direito sem apoiar-se nos ombros de outro Este bom ancião (...) pedira muitas vezes o baptismo, dizendo que queria ir ver a Tupé (Deus) no céu. (...)

Quando os jesuítas souberam que o cacique estava muito enfermo, o Pe. Solanellas se dispôs a ir batizá-lo. Guiado por um vaqueano saiu de Nonoai, dia 4 de dezembro de 1850, às 8 horas da manhã e no final do dia depois de ter descido e subido as escarpas do Passo Fundo, passando por um vão com água na cintura; registrou:

Finalmente, cheguei como Deus quis, antes de entrar o sol, ao termo da minha viagem: entrei em uma campina rodeada de bosque e nella quatro ou cinco ranchos de bugres, em um dos quaes se encontrava ainda vivo o selvagem por quem tinha andado tão escabroso caminho: grande consolação inundou meu coração ao ver-me do seu lado. Ofereci-lhes a camisa que trouxera; eu mesmo lhe enfiei porque ele estava como o senhor o creou, sem mais nada do que um farrapo na cintura, e lhe dei de comer do que tinha levado para mim. Logo lhe declarei o motivo de minha visita que não era outro senão abrir-lhes as portas do ceo com o baptismo. Mostrou-se muito contente e agradecido e me pediu que o batizasse immediatamente, como fiz (Apud Teschauer 1905: 155-156) [JV 2007]

Esse local se configura, portanto, num importante marco do domínio Kaingang tanto histórico como mítico, nesse mesmo local referência a um pinheiro oco Fág Mág ror que era moradia antiga dos Kaingang.

Os Kaingang do Votouro associam as perdas de terra de 1940 com aqueles que ocorreram em 1962 e ficou conhecido como a *Reforma Agrária do Brizola*. Com efeito, a partir de 1940 houve um significativo aumento nas pressões da colonização sobre as terras indígenas no Rio Grande do Sul. Segundo Ligia Simonian:

como ocorreu em muitas outras áreas indígenas, em Votouro há uma forte pressão, em inícios da década de 40, para que as terras do toldo fossem entregues aos 'sem-terras'. Santos documentou o mobilização política a nível local contra os interesses indígenas, mas este autor pouco detalhou a respeito, informando apenas que a '...esperança é de loteamento' (Santos, 1942). Esperança e promessa que se tornariam realidade em inícios da década de 60, quando o toldo Votouro foi fracionado e reduzido a cerca de metade de sua área, a exemplo de Ventarra e de Serrinha, cujas terras também estavam sendo totalmente usurpadas e os toldos destruídos pela política indigenista vigente (Simonian 1990::77).

Para os indígenas no Rio Grande do Sul a década de quarenta, do século XX, é significativa, não apenas por que houve um incremento na dinâmica da colonização, mas também por que a competência sobre a questão indígena neste Estado foi, em 1941, transferida para a União. O processo de transferência da gestão da questão indígena no Rio Grande do Sul já foi descrito e analisado por inúmeros pesquisadores, porém, a forma mais esclarecedora de tratar deste tema é reproduzir o fragmento do Relatório da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio Estadual, datado de 1945:

Em 1941, o serviço de proteção aos índios, apesar de ser matéria de competência da União, prosseguiu normalmente. O Governo Federal não geria os toldos de índios no Estado, com exceção de um, o Ligeiro, no município de Getúlio Vargas. A 6 de abril de 1936, foi baixado o Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios (federal) que, neste Estado, começou a ser executado em meados de 1941, criando o referido serviço [Serviço de Proteção aos Índios] postos em Guarita e Nonoai. A secretaria fez retirar, então, os funcionários encarregados desses toldos, a fim de que as autoridades federais pudessem exercer os poderes de sua atribuição e competência.

Em 1942, o serviço passou definitivamente para a órbita da União, com exceção dos toldos Votouro, Serrinha e Inhacorá, os quais continuam sob a administração do Estado”²⁸

Com a transferência da competência sobre a gestão da questão indígena para a União tem início uma nova política com relação às terras indígenas no Estado. Como em

²⁸ Relatório apresentado ao Exmo. Snr. General Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor Federal no Estado pelo Agrônomo Ataliba de Figueiredo Paz, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio sobre as atividades de sua Pasta, no quinquênio de 1938 a 1942: pg. 231.

outras regiões do país as terras indígenas se tornaram alvo de iniciativas colonizadoras governamentais. O exemplo mais próximo e radical desta nova orientação política é o caso da TI Nonoai, que teve grande parte de suas terras, transformada em Reserva Florestal Estadual e, lotes rurais para assentamento de agricultores.

Para os Kaingang da TI Votouro, a implicação direta desta nova ordem na política indigenista foi a transferência do então encarregado, Osório Torres, para o interior da terra indígena demarcada. Conforme seu filho, Dinarte, Osório Torres passou a residir no interior da terra demarcada em 1949.

Embora possamos considerar a década de quarenta como um importante período de mudanças no contexto indígena e indigenista, foi na década de sessenta que mudanças radicais afetaram os Kaingang da TI Votouro. Efetivamente, em 1962 houve uma verdadeira setorização das terras da TI Votouro. Com a *Reforma Agrária do Brizola*²⁹ os 3.053 hectares da TI Votouro foram divididos como segue: 1.440 destinados para o Toldo Indígena; 1.032 hectares destinados para a colonização; e, 632 hectares destinados para a criação de reserva florestal. O critério para o estabelecimento destas novas dimensões da TI Votouro determinava que para cada família indígena seriam destinados 20 hectares. Na época viviam 72 famílias nesta TI, portanto, foram demarcados 1.440 hectares.

Para além da violação dos direitos territoriais indígenas, a redução das terras da TI Votouro violou o próprio critério governamental, pois, neste período houve a migração de muitas famílias da TI Ventarra para a TI Votouro. Tal migração foi motivada pela completa colonização das terras da TI Ventarra, hoje localizada no município de Erebangó/RS. Assim, em 1962, a TI Votouro recebeu cerca de 40 famílias kaingang provenientes das TIs Ventarra e Serrinha, o que resultou em concentração populacional que excedeu, em muito, o critério de 20 hectares por família indígena. A redução territorial e a conseqüente concentração populacional são identificadas pelos indígenas como a origem dos problemas enfrentados na atualidade. É o que explica o Kaingang Divercindo Garcia: "*com os índios de Ventarra começou o conflito*". O conflito a que Divercindo se refere diz respeito às disputas pela chefia que se intensificaram a partir da década de sessenta.

Evidentemente há notadas diferenças entre os dois processos identificados como responsáveis pela redução da TI Votouro. Entretanto, do ponto de vista dos indígenas há uma aproximação clara entre a *Revolução de 1923* e a *Reforma Agrária do Brizola*, de 1962, qual seja: nestes dois eventos os indígenas foram forçados a abandonar locais

²⁹ Processo número 15.703/61 da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

referenciais de seu território. No caso da *Revolução de 1923*, afirmam os indígenas, eles foram forçados a abandonar a localidade atualmente conhecida como Votouro Velho; no caso da Reforma Agrária de 1962, afirmam os indígenas, eles foram forçados a abandonar a Aldeia da Campina e a Aldeia do Lajeado Grande, pois a primeira foi destinada à criação de Reserva Florestal e a segunda à implantação de lotes rurais.

Apesar da aproximação conceitual entre estes dois eventos, a perspectiva indígena identifica uma diferença importante no que tange à reação dos indígenas frente à presença dos não indígenas em suas terras. No caso da *Revolução de 1923* a reação dos Kaingang não resultou na sua permanência nas terras por eles indicadas como sendo tradicionais. Ao abordarem este tema os entrevistados afirmam que *os antigos eram medrosos* e não souberam enfrentar os *brancos*, sendo, portanto, obrigados a se transferir da localidade conhecida como Votouro Velho para a Aldeia da Campina.

Diferentemente, no caso da Reforma Agrária de 1962, houve reação. Neste caso, a reação tomou a forma de resistência com relação à área destinada à criação da Reserva Florestal, localizada sobre a Aldeia da Campina. Como dizem os Kaingang, eles *nunca abandonaram o Kukrei* (Aldeia da Campina). A resistência dos Kaingang perante o loteamento de suas terras em 1962 foi, entretanto, apenas parcial. Como vimos, grande parte de suas terras foram colonizadas. As palavras do ex-cacique do Acampamento Kandoia, Dorvalino Fortes, são ilustrativas:

Em 1962, quando começaram a demarcar as terras, o Comissário falou para o meu tio: 'olha, vocês têm 24 horas para sair daqui'. O meu tio era cacique, o Chico Paulo. Tinha medo e teve que sair do Lajeado Grande com toda a criação. As lideranças tinham medo dos brancos. A mesma coisa aconteceu no Ventarra. Era muito simples expulsar a gente do lugar. Era só falar.

II.d) O processo de recuperação das terras

As terras perdidas na década de sessenta foram recuperadas na década de noventa, em processo que envolveu a FUNAI e o Governo Estadual. Através da Portaria n.969, de 30/09/1993 a FUNAI constituiu Grupo Técnico para identificar e delimitar as terras indígenas Votouro e Guaraní Votouro. Em 1998 foi concluído o processo de demarcação da Terra Indígena Votouro, a qual passou a ter a superfície total de 3.341,0977 hectares. Neste processo de demarcação (concebido por indígenas e não indígenas como um processo de retomada de terras tradicionais e recuperação de direitos originários sobre este território)

foram ajustados os limites desta TI com referência à demarcação original. A diferença entre os 3.053 hectares originais e os 3.341,0977 hectares demarcados atualmente é considerada como um ajuste que sanou imprecisões do passado e que obedeceu a conveniências fundiárias.

Ao comentar sobre o processo recente de retomada de suas terras, os Kaingang da TI Votouro afirmam que naquela ocasião a comunidade pretendia ampliar o processo de demarcação a fim de incluir as terras atualmente reivindicadas. Ou seja, para os Kaingang, a retomada de terras iniciada em 1993 deveria ter contemplado a reivindicação sobre extensões de terras que ultrapassavam os limites demarcados em 1918. Tal reivindicação não foi levada a efeito por opção da comunidade indígena à época. Segundo Luis Tiago (indígena, 64 anos), esta estratégia foi adotada para viabilizar a ampliação imediata de suas terras. Com efeito, nos anos noventa os Kaingang da TI Votouro somavam, aproximadamente, 1000 indivíduos, vivendo em pouco mais de 1.850 hectares de terras – o equivalente aos 1.440 hectares reservados aos indígenas acrescidos de parte dos 632 hectares destinados à Reserva Florestal pela *Reforma Agrária* de 1962.

O argumento de Luis Tiago é coerente, não apenas, com a proporção existente, à época, entre a população e as dimensões territoriais, mas, sobretudo, com a qualidade das terras reservadas aos indígenas da TI Votouro. Com efeito, os índios ocupavam, naquele momento as piores terras da região. Esta é a conclusão emitida pela Comissão Interinstitucional³⁰ formada para *“elaborar uma ‘radiografia’ das terras indígenas ocupadas pelo Estado do Rio Grande do Sul, ou destinadas para o assentamento de agricultores”* (anexo 2, pg.01). Diz o parecer: *“os Kaingang ficaram com 1.865 hectares das piores terras de toda a área, quase totalmente impréstáveis para o cultivo”* (anexo 2, pg.10).

Embora a retomada das terras demarcadas em 1918 tenha sido realizada com êxito, resultando na atual demarcação, os Kaingang da TI Votouro não perderam de vista o objetivo de ampliar suas terras, recuperando partes daquilo que reconhecem como sendo o território tradicional kaingang da comunidade indígena Votouro-Kandóia. Há, efetivamente, uma memória genérica entre os Kaingang da TI Votouro que identifica grandes extensões de terras como porções do território tradicional kaingang. Tal concepção

Proc. Nº

Fls.

Rubrica

³⁰ Comissão Interinstitucional composta por representantes do Estado do Rio Grande do Sul, da FUNAI e Prefeito Municipal de Santo Augusto.

fica clara na fala de Luisa Pedroso (indígena 93 anos), diz ela: “*para lá do [rio] Uruguai é Xapecó, para lá [rio] do Passo Fundo é Nonoai, para baixo é a Serrinha, aqui é Votouro*”.

Tal concepção de um grande território é compatível com as informações, hoje conhecidas, sobre a presença dos Kaingang na região do Alto Uruguai durante o século XIX. Conforme apresentado na Parte I do presente relatório, o território tradicional kaingang se definia pela atuação de lideranças políticas (articuladas em redes de parentesco), distribuídas pelas bacias hidrográficas da região.

A atual reivindicação territorial dos indígenas não se limita, porém, à memória genérica sobre o território imemorial. Há, com efeito, memórias específicas sobre os antigos locais de ocupação. Podemos afirmar que a demanda atual dos Kaingang da TI Votouro é resultante da combinação de duas ordens de concepção territorial, que legitimam a demanda por ampliação de suas terras. Por um lado, a concepção de que toda a região do Alto Uruguai é identificada como terra imemorial kaingang, e, por outro, a concepção de que, sobre este vasto território, houve locais específicos de ocupação, que caracterizam o território de ocupação tradicional.

II.e) Terra Indígena Votouro a partir da memória indígena

É possível depreender das considerações expostas nas seções anteriores que, para os Kaingang da TI Votouro, os processos oficiais de demarcação de suas terras (1918 e 1998) não incluíram importantes locais de sua trajetória histórica. Ademais, como dito anteriormente, há momentos e processos que são identificados pelos indígenas como responsáveis pela imposição de limites estreitos à ocupação de seus territórios tradicionais. Diante destas conclusões, cumpre a esta seção, do presente relatório, apontar quais os locais indicados pelos indígenas como sendo de ocupação tradicional. Para tanto, apresentaremos os resultados da pesquisa de campo no que se refere aos locais de ocupação tradicional indicados pelos indígenas, são estes: *Votouro Velho, Barro Preto, Passo Velho, Calha, Passo dos Fortes e Barra Seca*. Todos estes locais de ocupação estão atualmente situados fora dos limites da TI Votouro demarcada. Os comentários sobre cada um destes locais, porém, farão referência à locais de ocupação que estão atualmente situados no interior da terra demarcada, são estes: Erval Seco, Tico-Tico, Campina e Lajeado Grande. Alguns destes locais ainda hoje constituem aldeias no interior da TI Votouro – este é o caso da Aldeia da Campina e Erval Seco.



Proc. nº 22463
Fls. 694
Rubrica

Município de Faxinalzinho – região de Votouro Velho com geada. Foto: J. Veiga, julho 2009

II.e.1) *Votouro Velho*

Votouro Velho é a denominação atual de uma comunidade rural instalada nas proximidades da TI Votouro. É nesta comunidade que está acampado, desde 2002, um grupo de indígenas que se define como descendente do antigo cacique Kandóia. Importante registrar que as informações obtidas através da pesquisa de campo nesta localidade foram coletadas junto aos indígenas e não indígenas ali residentes. Como se trata de um contexto de conflito as informações obtidas, em muitos sentidos, se opõem. Ao longo desta seção procuraremos precisar tais pontos de oposição.

Segundo os indígenas, Votouro Velho foi o local de residência do cacique Votouro, que teria sido enterrado no cemitério ali instalado. A referência para o local de enterramento deste cacique, registrada em diversas entrevistas, indica que tal cemitério, está atualmente localizado embaixo da casa de um agricultor, fato, que eles reconhecem, dificulta a identificação precisa do local de sepultamento. Como demonstram as seguintes entrevistas:

Proc. nº 22463
Fls. 598
Rubrica

“O cacique Votouro morava aqui. Está enterrado no cemitério em baixo da casa dos Bianchi. Ele era genro do cacique Nonoai, casado com uma mulher de sobrenome Jacinto.” (José Domingos Kandóia, 63 anos)

“Meu pai conta que tinha os índios antigos que moravam aqui [no Votouro Velho], que tinha um cemitério também. Meu pai dizia: ‘quando eu morrer me enterre aqui [nos Bianchi]’.” (Terezinha Belini da Silva, 68 anos, indígena)

“Perto do atual Acampamento morava o cacique Votouro, perto dos pés de gaviroba.” (Jorge Garcia, indígena, 84 anos)

A identificação que fazem os indígenas entre a localidade de Votouro Velho e a residência do antigo cacique, faz com que eles considerem que este tenha sido um local de ocupação antiga, tradicional. Votouro Velho é considerado pelos indígenas como local de nascimento e residência *dos antigos*, notadamente de membros da família Kandóia, cujos descendentes atualmente compõem o grupo que reivindica estas terras (sobre este ponto há discordância entre os depoimentos de indígenas e não indígenas). Ademais, este é o local, segundo indígenas e não indígenas, onde vivia o antigo *Fiscal dos Índios*, Osório Torres - ainda hoje seus descendentes residem nestas terras. Conforme indicado na *seção II.a* do presente relatório, Osório Torres teria assumido o cargo de *Fiscal dos Índios* em 1922, conforme familiares.

Osório Torres, segundo afirmam seus descendentes, nasceu na localidade de Votouro Velho em 1886. Em 1922, ele teria substituído o primeiro *encarregado dos índios*, Egeno Trindade, que residia em Erval Grande, município vizinho. Esta informação é contestada pela indígena Luisa Pedroso (93 anos) que afirma que Osório Torres teria vindo da TI Serrinha, onde já atuava como *Fiscal dos Índios*.

A memória sobre os *antigos* que teriam nascido e residido no Votouro Velho está, por assim dizer, diluída entre os Kaingang da TI Votouro. Isso se justifica tendo em vista a data atribuída ao *atropelamento* dos índios, o qual teria ocorrido em período incerto entre a Revolução de 1923 e a década de quarenta. Sobre este ponto, portanto, informações mais precisas foram coletadas com os indígenas mais velhos, especialmente, com Maria Dominga Kandóia (94 anos). Segundo Maria Dominga Kandóia, filha do antigo cacique João Domingos Kandóia, seu pai e sua família teriam residido no Votouro Velho. Ela mesma, afirma ter nascido nesta localidade, tendo, portanto, ali enterrado seu umbigo (importante referência territorial para os Kaingang). Em suas palavras:

“Sou nascida no Votouro Velho. Naquele tempo de Revolução eu era pequena. Meu pai nasceu aqui também. Nasceu, ficou rapaz e ficou com a minha mãe. Tinha índio, diz que, por aqui, bastante índio. Meu pai cuidava da mãe. Eles mandaram ele se retirar um pouco para eles brigar. Nós fomos lá para o Frontin [Lajeado Grande]. Lá que eu fui me criar. Eles faziam baile por aqui na Raia Velha. A mãe era de Nonoai. Aqui no Votouro velho morava minha família. Daqui eu não saio nem quando eu morrer. O posto é aqui, eu não moro para lá, eu moro aqui.”

Outros três entrevistados indígenas afirmam ter nascido no Votouro Velho, são estes: João Tervino Fortes (indígena, 80 anos), Terezinha Belini da Silva (68 anos) e José Domingos Kandóia (63 anos). Segundo estes entrevistados ali *era morada dos antigos*, havendo algumas casas construídas com *palhinha*. José Domingos Kandóia afirma ter nascido no Votouro Velho. Segundo ele, seu pai, Pedro Domingos Kandóia, nascido, aproximadamente em 1904, era irmão do antigo cacique João Domingos.

Embora outros indígenas também comentem sobre o Votouro Velho como local de residência dos *antigos*, estes são os depoimentos mais precisos obtidos durante o trabalho de campo. Como dissemos anteriormente, a maioria dos indígenas entrevistados, de fato, apresentam informações indiretas sobre a ocupação pretérita no Votouro Velho, é o que demonstra o comentário a seguir:

“A mãe contava que aqui era área, que os finados avôs moravam aqui. Foram empurrando para lá. Quando eu passava por aqui, para o porto [Goio-en], para fazer paris, era taquaral de mato que se ia embora. Tinha uns posseiros, pobrezinhos, eram casinhas baratinhas. Tinha umas plantinhas, arroz, mandioca.” (Adélia Ferreira, indígena, 66 anos)

Dentre estas informações indiretas destaca-se o depoimento do indígena Eurico Nunes (65 anos). Este indígena, nascido na TI Carreteiro, que na década de quarenta acompanhou, durante cinco anos, o Inspetor Florestal Ramiro Magalhães em suas viagens pela região, afirma ter passado várias vezes pelo Votouro Velho. Diz ele:

“Votouro Velho é confirmado como Terra Indígena, quando eu tinha 8 anos, aqui não existia estrada, só passava de cargueiro, carroça. Ramiro Magalhães [da Inspetoria Florestal] comandava os índios. Nós abria as estradas, nós trazia presentes para eles. Mais ou menos em 1948, nós passávamos por aqui, trazendo farinha de beiju, rapadura, tinta, pó de arroz, batom, pente, espelho. Dávamos para os índios. Ali em cima tinha umas quatro casinhas, entregávamos presentes para eles. Era tudo mato. Só com jipe para fazer este trajeto. Para baixo, mais ou menos um quilômetro, tinha mais 5 ou 6 casas. Tinha uma casa de agricultor, um boliche, coberto de tabuinha, era

um branco. Vendia bebida para os índios e para os moradores." (Eurico Nunes, 65 anos)

As referências sobre a presença indígena na localidade Votouro Velho se tornam mais claras na medida em que avançamos no tempo. Para o período da década de quarenta, além do registro do indígena Eurico Nunes, há inúmeras referências à presença indígena no entorno da residência do antigo *Fiscal dos Índios*, Osório Torres. Acompanhem os seguintes depoimentos: "*Ao redor da casa do Osório Torres tinha a morada dos tios e dos avôs. Lá moravam o João Domingo e Pedro Domingo, o Nicolau o Antoninho e o Celestrino.*" (João Ferreira, indígena 62 anos); "*na volta da casa do Osório moravam os índios.*" (Luis Tiago, indígena, 64 anos)

Todos os indígenas entrevistados, com efeito, fazem referência a Osório Torres como um chefe bondoso, que *agradava os índios com presentes, roupas, cobertas*. As relações com este *Fiscal dos Índios*, incluíam fortes relações de compadrio. As palavras da mãe do atual cacique do Acampamento Kandóia, Terezinha Belini da Silva (68 anos), são esclarecedoras:

"Sou nascida aqui, no dia que meu pai e minha mãe se mudaram da Serrinha para cá eu nasci. Para os lados da Raia Velha. Meu irmão nasceu na Serrinha, outro em Nonoai. Quando eu tava com oito anos, meu padrinho o Osório Torres me batizou num poteiro, para o lado da Raí Velha. (...) Minha mãe tinha dada eu para o meu padrinho, por que ela tinha ficado viúva. Aí ele fez eu casar."

Outro exemplo importante a cerca da proximidade entre os indígenas e o *Fiscal dos Índios* é o fato de que seu filho, Dinarte Torres, foi amamentado por Maria Dominga Kandóia. Estas informações são comuns à memória de indígenas e não indígenas. Tais relações de proximidade e compadrio ocupam lugar privilegiado na memória de ambos. É o que demonstram as palavras do comerciante Marcon (84 anos) "*eu chamava as índias de comadre, eu sou mais conhecido que feijão preto. Tudo era amigo.*"

Na verdade, a presença de indígenas na localidade Votouro Velho não é contestada pelos não indígenas. Todos concordam que os indígenas freqüentavam tanto a casa do *Fiscal*, quanto as instalações da comunidade. Notadamente, são mencionados por todos a '*bodega*' [casa de comércio] e a '*Raia Velha*' [circuito para disputas de corrida de cavalos]. O estabelecimento comercial mais antigo da região ficava localizado na comunidade conhecida como Linha Frontin, na divisa da TI Votouro demarcada, junto à aldeia Lajeado Grande. Ali estava instalada a casa de comércio do Sr. Marcon desde 1939. Os índios,

como viviam na aldeia Lajeado Grande, nas proximidades da Linha Frontin, faziam compras e vendiam alguns produtos para este comerciante. No Votouro Velho a primeira casa de comércio instalada pertenceu, dizem, ao *Silvestre Torres*, um não indígena. Dinarte Torres também foi dono de casa de comércio no Votouro Velho. As relações comerciais com os indígenas são descritas por todos como amistosas. É o que demonstram as palavras de Matilde Tartari Fuzinato, não indígena (80 anos):

“Fui morar no Votouro em 1953. Tinha comércio, minha freguesia eram os índios. Meu marido comprava as tabuinhas e eles vinham comprar na minha bodega. Pedro Constante [cacique à época] negociava bastante com a gente. Eles iam buscar taquara e fruta no matão e na volta paravam na bodega. Descansavam por ali.”

Para os não indígenas a presença dos Kaingang no Votouro Velho se restringe às relações comerciais e de compadrio estabelecidas entre eles. Para os indígenas, por sua vez, trata-se de uma ocupação de seu território tradicional, através de relações, por assim dizer, tradicionais estabelecidas com os não indígenas. Tal concepção está registrada, especialmente, na memória dos indígenas sobre a *Raia Velha*. *Raia Velha do Votouro*, ou *Raia Velha dos Torres*, é expressão que denomina o circuito de corridas de cavalos instalado nas proximidades da localidade Votouro Velho. Neste local havia, também, uma casa de comércio, de propriedade do não indígena Pedrinho Rodriguez. Ali os índios freqüentavam e, alguns, afirmam, havia residência de indígenas. Não há consenso sobre este tema. É o que se conclui do confronto das informações obtidas através das entrevistas com indígena Marcelino Pinto (80 anos) e com os não indígenas Aparício de Bastos (79 anos), João Xavier (80 anos) e Antônio Tonatto (60 anos):

“Onde era a Raia Velha nós tinha que vir escondido para pegar bergamota. Na raia velha nós ia buscar fruta. Lá tinha morada. Tinha vestígio das moradas dos antigos.” (Marcelino Pinto, indígena)

“Perto da raia velha tinha duas ou três barracas dos índios. Lá morava o Vidal Paulo, um índio velho e gordo, na Raia Velha”. (Aparício de Bastos, não indígena)

“Tinha um salão, lá saia algum bailinho, tinha uma bodeguinha. Tinha os brancos e algum índio lá.”

Moradia de índio na raia velha, não tenho lembrança.” (João Xavier, 80 anos, não indígena)

“Diziam que o Ernesto Belini [indígena] morou na cabeceira da raia velha do Votouro. Conheci o Acampamento dos índios na cabeceira da raia velha, mais ou menos em 1950” (Antônio Tonatto, não indígena)

Proc. nº 221/2003

Fls. 603

Rubrica

Os registros da memória sobre a *Raia Velha* informam, ainda, sobre os *bailes* que eram realizados em um salão construído por Osório Torres. É o que demonstram os seguintes depoimentos:

“Tinha polícia [indígena] que trabalhava na Raia Velha. Naquele tempo o cacique era o Vidal Paulo, ele ajudava meu padrinho nos bailes”. (Terezinha Bilini da Silva)

“Eles faziam baile por aqui na Raia Velha”. (Maria Dominga Kandóia)

“Raia Velha, era dos brancos, mas os índios freqüentavam ali, tinha os bailes, o salão. (Abílio Pereira da Silva, 74 anos, não indígena)

A participação dos índios nos bailes realizados na *Raia Velha*, era, segundo informam os indígenas, controlada pela *liderança* indígena, que instalava os *troncos* que serviam para amarrar os indígenas *bagunceiros*. O *tronco*, forma tradicional de punição entre os Kaingang, é, reconhecidamente, a mais forte expressão da autoridade política entre estes índios. Dizem os entrevistados indígenas que *troncos* eram instalados não apenas na *Raia Velha*, mas em outros locais onde eram realizados *bailes* e *fandangos*. Sobre a existência de *troncos* instalados nas proximidades dos bailes realizados na *Raia Velha* não foram obtidas informações juntos aos não indígenas.

Da perspectiva indígena a instalação do *tronco* é, não apenas um demarcador de autoridade política, mas também um critério de identificação territorial. Assim, a mesma ênfase dada ao *tronco* instalado na *Raia Velha* é conferida ao *tronco* instalado na frente da casa do *Fiscal dos Índios*. Diz o indígena João Ferreira (62 anos): *“O tronco era na frente do nosso chefe, o Osório Torres, ele que mandava no cacique. O João Domingo Kandóia era o cacique e negociava com o Osório. Era tudo comandado pelo posto.”*

A referência ao local de residência do *Fiscal dos Índios*, Osório Torres, encerra a maior discrepância nas interpretações de indígenas e não indígenas sobre a tradicionalidade da presença indígena na localidade de Votouro Velho. Se, por um lado, todos concordam sobre o local efetivo da residência deste *fiscal*, por outro, indígenas e não indígenas atribuem valor diferente, e mesmo contrário, a esta figura. Como já mencionado, os indígenas consideram que Osório Torres foi um *bom chefe*, ele tratava bem os índios. É o

Proc. nº 221/2003

Fls. 603

Rubrica

que revelam as palavras do indígena Luis Tiago *“todo mundo queria bem o fiscal Torres, o cacique obedecia ele”*.

A identificação de Osório Torres como um bom *chefe* é, especialmente, mencionada quando os indígenas comparam o comportamento deste chefe ao daqueles que o sucederam. A indígena Adélia Ferreira (66 anos), ao comentar sobre os chefes de posto que sucederam a Osório Torres, assim os classificou:

“O Osório era bom. O Porfírio era brabo, entrava no mato a cavalo de ‘çoitera’ e pegava os índios. Botava no tronco. O Loreço era muito brabo, tinha cavalo para buscar os presos. Raspava o cabelo das índias, botava os índios no tronco.”

Esta é uma percepção generalizada sobre a figura de Osório Torres. Porém, a percepção sobre este personagem inclui também aspectos negativos, a saber: muitos indígenas identificam a *bondade* deste antigo *Fiscal* como uma estratégia para afastar os índios da localidade Votouro Velho. *“Adoçar os índios”*, esta é uma das expressões utilizadas para descrever tal estratégia. De acordo com a perspectiva indígena, esta estratégia era combinada com o medo que os *antigos* tinham dos brancos. João Tervino Fortes (80 anos) comenta: *“O fiscal, eles diziam para os velhos, que se nós não saísse pros brancos entrar, então daí vinha a polícia. Os velhos de antigamente tinham medo de polícia e iam para o mato.”* Segundo este indígena, os índios que viviam no Votouro Velho, acompanhando o cacique João Domingos Kandóia, acabaram saindo desta localidade, aproximadamente, em 1936.

A retirada dos indígenas da localidade Votouro Velho foi, nas palavras de João Tervino Fortes e de outros indígenas entrevistados, conduzida por Osório Torres. Diz ele:

“Quando conheci o Osório Torres ele já estava mandando por aqui. O Torres dizia que era para os índios sair dali. Então eles deixaram aqui e saíram para baixo [aldeia Lajeado Grande]. Depois foram para a aldeia da Campina. (...)”

O cacique disse para eles - ‘agora nós vamos afirmar o pé aqui [na aldeia da Campina], daqui nós não saímos mais. O cacique João Domingos Kandóia saiu do Votouro Velho, foi para a Campina e depois para o Lajeado Grande, mais ou menos em 1936.’”

Outros depoimentos reproduzem a mesma concepção de forma indireta, é o caso das palavras do indígena Marcelino Pinto (70 anos) *“O tio dizia que no Votouro Velho os índios foram atropelados. Os brancos ofereciam alguma coisinha para eles sair. Se não saíam davam uns tiros por cima. Eram muito medrosos os índios antigos”*.

Definitivamente não há consenso sobre a ocorrência de eventos de violência no processo de retirada dos indígenas da localidade Votouro Velho. Os comentários dos entrevistados indígenas sobre este processo expressam, no entanto, o interesse de Osório Torres na retirada dos indígenas do Votouro Velho. Dizem que Osório Torres queria que os índios se afastassem para poder vender e arrendar aquelas terras. José Domingos Kandóia comenta: *“O posto era aqui [Votouro Velho], Osório Torres mandou entrar os sobrinhos dele, e iam empurrando os índios para o posto. O chefe Osório arrendou, vendeu para os brancos”*.

De fato, na vila onde está o acampamento Kandóia a maioria é posseiro ou tem títulos de origem duvidosa, regularizações feitas pela prefeitura depois que Faxinalzinho se tornou município.

Segundo os indígenas, ao abandonarem a localidade Votouro Velho os *antigos* se instalaram na aldeia da Campina, onde mais tarde foi instalado o *segundo posto*. Esta aldeia, que até hoje é local de residência de inúmeras famílias indígenas, está localizada na fronteira norte da TI Votouro demarcada. No final da década de quarenta ali foi instalado o *posto*, onde atuava Osório Torres. Segundo a memória de indígenas e não indígenas na aldeia da Campina havia uma igreja e o *Salão Velho*, onde eram realizados bailes e fandangos. Ali também está localizado o cemitério da comunidade indígena. O nome indígena para a aldeia da Campina é *Kukrei*, termo em língua kaingang para o fruto *ariticum*³¹.

Com a redução da TI Votouro, realizada por ocasião da *Reforma Agrária* de 1962, mais uma vez os Kaingang foram *atropelados* e tiveram que abandonar seu local de residência. Como dito anteriormente, os Kaingang concebem certa analogia entre os processos que culminaram com o abandono da localidade Votouro Velho e o abandono da Aldeia da Campina. Em ambos os casos, dizem, *nós fomos atropelados*. É neste contexto que João Tervino Fortes comenta sobre as palavras do cacique João Domingo Kandóia: *“agora nós vamos afirmar o pé aqui [na aldeia da Campina], daqui nós não saímos mais”*. De fato, como apresentado na seção II.b, do presente relatório, mesmo com a destinação

³¹ Guabiroba ou Campina, Água Benta ou Ariticum (Kukrei) indicam uma mesma aldeia ao longo do curso superior do Arroio Kukrei. Observe-se no mapa georeferenciado (por Sérgio de Campos) o ponto 085 identificado como “Guavirova/Campina” e outro um pouco mais ao Sul de Votouro Velho (“morada do Cacique Votouro”), mas ainda fora dos limites da demarcação de 1918. Ainda o ponto 065, indicado como cabeceira da Água Benta /Ariticum Faz sentido que, precisando deixar o Votouro Velho, os Kaingang tenham se radicado na Campina ou Guavirova, recuando para o Sul, (mas, então, ainda fora da demarcação/restrrição territorial imposta). Quando os kaingang afirmam que eles “nunca abandonaram o Kukrei, estão se referindo a essa aldeia, que inclui os pontos 085 (Guabirova/Campina) e 065 (Água Benta Ariticum) (IV).

das terras da aldeia da Campina para o estabelecimento da Reserva Florestal, os Kaingang resistiram e se mantiveram acampados naquela localidade.

A memória sobre os anos posteriores à alegada retirada dos indígenas da localidade de Votouro Velho faz referência às incursões de coleta de frutas e contatos com os comerciantes e moradores não indígenas. A coleta de frutos é prática que se mantém até os dias de hoje, neste ano de 2009, houve grande produção de pinhão que os Kaingang aproveitaram para fazer *sapecada*. Conforme será discutido na seção II.d.6, os Kaingang da TI Votouro praticam a coleta sazonal de frutos silvestres. Nesta dinâmica de coleta, a região do Votouro Velho é identificada como tendo sido, no passado, um importante ponto de coleta de pinhões. Muitas narrativas informam sobre a agressividade com que os não indígenas tratavam e tratam os indígenas em suas expedições de coleta. Com a reprodução de uma destas narrativas encerramos a seção sobre a localidade Votouro Velho:

“Quando criança eu vinha com a avó pegar fruta aqui no Votouro. Nós pegava muita banana có, no Passo dos Fortes, acampando antes de ir para Erval Grande. Pinhão nós ia buscar lá no Faxinal Grande. Minha filha também vai por aí buscar fruta.

Nós cansamos de procurar fruta ali no Coroadó, só que, muitas vezes, os brancos davam corridão na gente. Nós saíamos bem cedinho para os brancos não enxergar a gente. Um dia em vim com a minha mãe e meu pai. Tinha um pé de gabioba bem madura. Meu pai trepou no pé. De repente veio um trator. Meu pai ficou escondido em cima do pé de gabioba. Os homens ameaçaram ele com um revólver. A mãe disse para eles que se os brancos iam brigar com revólver por causa de fruta que eles nem aproveitavam, um dia esta terra e estas frutas não iriam ser mais deles. Depois de um tempo os brancos derrubaram os pé de gabioba. Teve vezes que nós já tinha colhido as frutas e colocado nos balaio. Os brancos vieram e derrubaram tudo e, ainda, pisaram em cima.” (Ângela Ferreira, indígena, 34 anos)

II.e.2) Barro Preto (Oré Xá)

Barro Preto (Oré Xá) é o nome dado a uma localidade nas proximidades da localidade de Votouro Velho. Assim como as referências a Votouro Velho, a memória sobre a ocupação do Barro Preto contém informações sobre o cacique Votouro. Neste caso, porém, a narrativa sobre a relação entre este cacique e a localidade Barro Preto foi obtida através de entrevista com um não indígena. Diz ele:

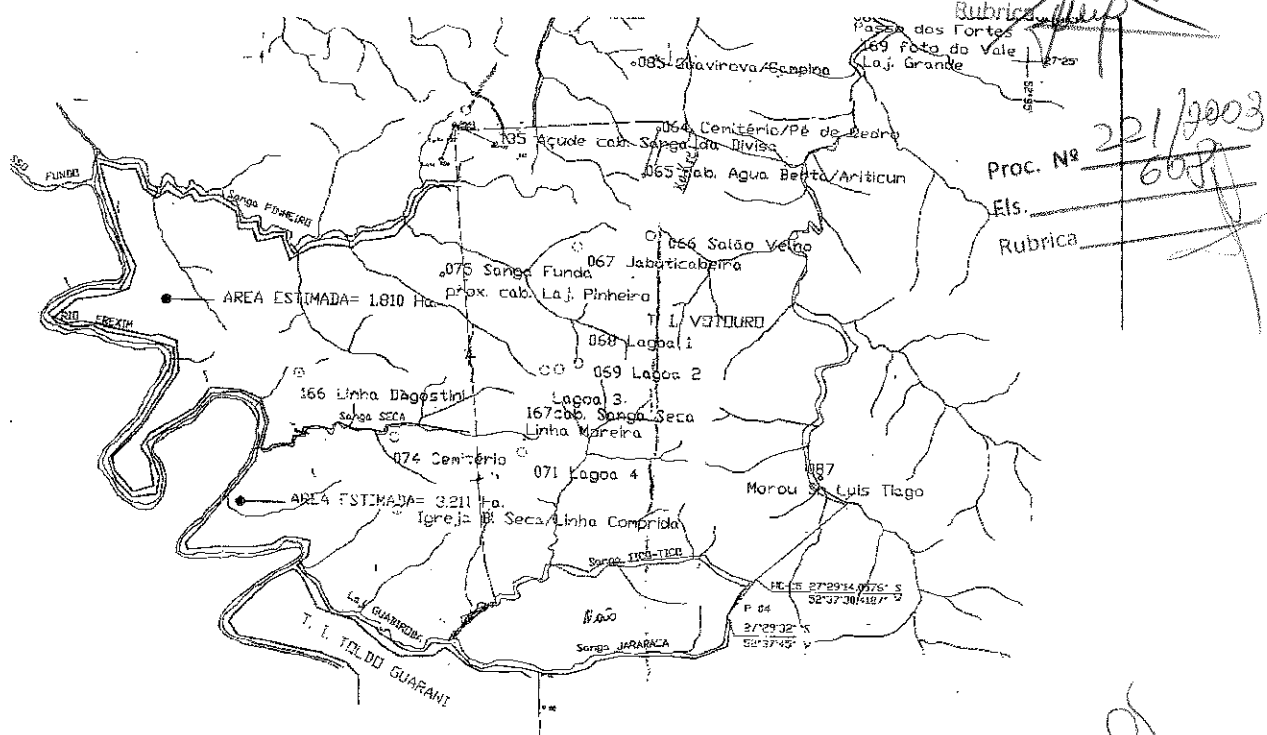
Proc. Nº 221/2003
Fls. 606
Rubrica

“Eu era piá e estava acompanhando meu pai para Ernestina. No caminho encontramos os índios que estavam acampados indo para Porto Alegre reclamar que os pinheiros estavam sendo roubados. Meu pai falou com eles. Eles então contaram que havia um pinheiro, perto do Barro Preto, onde havia sido a morada do antigo cacique Votouro. Disseram que era um pinheiro bem grande, com uma caverna dentro. Depois de algum tempo, eu já era grande, eu conheci o tal pinheiro. Dava para ver a gruta no tronco e as marcas de um telhado feito na volta do tronco.” (Anildo Pereira, 65 anos, não indígena)

Referência semelhante ao local de moradia do cacique Votouro foi obtida com outro não-indígena entrevistado. A única referência ao pinheiro que teria sido moradia do cacique Votouro, obtida junto aos indígenas, foi indicada por José Domingos Kandóia, que afirma ter ouvido falar do *Fãg ror mbãg* – grande pinheiro, localizado no Barro Preto, e conhecido por estar a meio do caminho entre o Votouro Velho e o rio Uruguai.

Proc. nº 221/2003
Fls. 607
Rubrica

Proc. nº 221/2003
Fls. 103
Rubrica



A memória dos indígenas sobre este ponto de ocupação se refere a processos mais recentes, e apresentam-se, de certa forma diluídas, como no caso do Votouro Velho. Assim, as informações disponíveis sobre os moradores do Barro Preto são de difícil acesso. De maneira geral, os indígenas entrevistados afirmam que lá era local de moradia dos *antigos*. É o que demonstram os seguintes depoimentos

“Barro Preto tinha morador que ele me contava que era o lugar dos antigamente. Meu pai me explicava que ele saiu do Barro Preto e foi morar na Campina. Ali perto daquele bueiro.” (Luis da Silva, indígena, 56 anos)

“Eles contaram que ali tinha bastante moradia”. (Pedro Ferreira, indígena, 37 anos)

“No Barro Preto meu pai contava que ali era a área. Quando ele foi morar lá em cima ele se arrependia. Ali tinha a casinha dos índios.” (Terezinha Belini Silva, indígena, 68 anos)

Como podemos observar, as memórias sobre a ocupação no Barro Preto são genéricas, apresentando algumas referências pontuais e remontando a um período anterior aos *atropelamentos dos índios*. No entanto ele ganha importância pela confirmação documental que naquele local foi o batizado do primeiro Votouro, àquele que “saiu do mato” no tempo dos Jesuítas, sendo um local místico para os Kaingang.

De fato, assim como no caso do Votouro Velho, a *Revolução* de 1923 é considerada como o evento que resultou na retirada dos indígenas deste local.

Proc. nº 221/2003
Fls. 105
Rubrica

As referências específicas aos moradores da localidade de Barro Preto são esparsas e diluídas, porém, indicam que ali houve habitações indígenas em tempo incerto. José Domingos Kandóia (63 anos), por exemplo, afirma que sua irmã teria residido no Barro Preto e que o seu irmão Pedro teria nascido ali. Segundo ele o cacique João Domingos Kandóia teria residido no Barro Preto. Diz José Domingos que no período que o antigo cacique João Domingos morava no Barro Preto, havia um capitão, chamado José Cunha, que morava no Votouro Velho. Aproximadamente em 1940 os indígenas teriam saído do Barro Preto.

Eurico Nunes, à semelhança de seu depoimento sobre o Votouro Velho, informa que na década de quarenta ele visitava algumas casas no Barro Preto. Outras três entrevistas apresentaram informações pontuais sobre a ocupação no Barro Preto:

“os velhos contavam que ali era o Acampamento do bisavô, do João Chiquinho Kandóia. Lá era morada deles”. (João Ferreira, indígena, 62 anos);

“O pai do Vidal Paulo era morador do Barro Preto, o nome dele era Ngro [que, em língua kaingang significa traíra]”. (Luísa Pedroso, indígena, 93 anos)

“O Pai do Ciniro de Paula, o Severino, morava no Barro Preto e saiu de Votouro Velho na revolução [de 1923], indo para Ventarra. Ele voltou para o Barro Preto uns 10 anos depois. Nessa época já tinha não indígenas no Barro Preto, lá montaram um moinho de farinha de mandioca, movido à água. (Luis da Silva, indígena)

Algumas informações precisas sobre os moradores do Barro Preto foram obtidas com os não indígenas entrevistados. É o que demonstram os seguintes depoimentos:

“Nasci perto do Barro Preto. Lá na área tinha muito índio, no Votouro Velho era pouco. Tinha as casas no Votouro Velho e no caminho para o Barro Preto”. (Aparício Bastos, 79 anos)

“No Barro Preto, mais ou menos em 1951, quando nós viemos morar aqui no Votouro, nós passávamos e víamos três casebres dos índios. Minha tia Jacira lembra dos casebres dos índios, diz ela que ali moravam o Vidal Paulo, o Pedro Pinto e o Severino da Silva.”. (Antonio Tonatto, 60 anos)

As referências ao Barro Preto, no entanto, não se restringem aos antigos moradores desta localidade. Há referências a um cemitério indígena no local. Embora este seja um

Proc. Nº 221/2003
Fls. 609
Rubrica

tema que não apresente consenso entre os indígenas, muitos comentam sobre a existência deste cemitério. Ninguém, entretanto, soube informar quem estaria ali sepultado. Como as informações sobre os moradores, as informações sobre o cemitério indicam que este é um *cemitério dos antigos*. Da mesma forma, a memória sobre eventos de socialização, ocorridos no Barro Preto, apresentam caráter genérico. A referência mais importante sobre este tema é a realização de bailes e fandangos no Barro Preto. Embora a maioria dos indígenas entrevistados não tenha conseguido fazer precisar os momentos de realização destes eventos tampouco seus participantes, há algumas informações pontuais a este respeito. Sobre este tema as palavras do indígena Marcelino Pinto são ilustrativas:

“Cheguei no Barro Preto com poucos meses de idade. Lá meu pai Pedro Pinto e minha mãe Maria da Cruz faziam o carijo da erva e a socavam no pilão. Eles iam no baile no Fág Kavá [Faxinal Grande]. Naquela época [aproximadamente 1935-1940] as mulheres usavam fita no cabelo, que conseguiam com a venda da erva.”

Efetivamente, todos (indígenas e não indígenas) concordam que este era um importante ponto de passagem. Sobre este tema a memória é plena. Afirmam os indígenas que transitavam pelo Barro Preto, tanto em suas viagens para Nonoai, quanto em suas expedições de caça, pesca e coleta. Há, com efeito, inúmeras referências ao Barro Preto como local de abundância de pinhão e frutas. É o que demonstram as seguintes entrevistas:

“Vinha com os outros buscar bergamota e pinhão perto do Barro Preto. Iam buscar bergamota com cestos na testa.” (Marcelino Pinto, indígena, 70 anos)

“Nós cruzava no Barro Preto para ir para Nonoai, passava pelo Passo Velho. Perto do Barro Preto tinha o portão velho. Tinha uma parteira antiga ali. Lá tinha um alambique do índio José Cirino de Paula”. (João Oliveira, indígena, 66 anos)

Como já apresentamos, na Parte I do presente relatório, o trânsito entre as terras indígenas é fundamental para a sociabilidade kaingang. Da mesma forma, como veremos nas seções seguintes, a dinâmica de caça, pesca e coleta Kaingang são parte constitutiva das tradições kaingang, implicando em deslocamentos constantes. O Barro Preto, assim, era um importante ponto de referência para tais deslocamentos e, portanto, segundo perspectiva indígena, este é um importante ponto de referência para sua tradição.

Proc. nº ~~221/03~~
 Fls. ~~107~~
 Rubrica ~~[assinatura]~~
 Proc. Nº 221/2003
 Fls. 611
 Rubrica [assinatura]



Mapa com os locais marcados pelo Agrimensor Sérgio de Campos e o antropólogo Ricardo Cid como pontos importantes da relação dos Kaingang de Votouro/Kandóia com o território reivindicado

I.e.3) Passo Velho (Pori Mbãg)

O “Passo Velho”, também conhecido como *Pori Mbãg* (grande *paris*)³² é reconhecido como a principal via tradicional de conexão das terras indígenas Votouro e Nonoai. Trata-se de ponto de travessia pelo rio Passo Fundo que é reconhecido como

³² A pronúncia do termo para *paris* é “põri” (com o “õ” aberto). Na ortografia Kaingang: *Pãri Mág*.

importante local de pesca, acampamento e moradia. No caso do *Pori Mbãg* não há referências obtidas junto aos não indígenas. Para os indígenas há duas explicações para este fato. Em primeiro lugar, os *brancos* não sabem como os índios viviam, pois os índios andavam *escondidos* pelos matos. Em segundo lugar, os *brancos*, na percepção dos indígenas, estão *articulados* para não prestar informações que possam resultar na caracterização de suas propriedades como terra tradicional indígena. Sendo assim, as poucas informações sobre o *Pori Mbãg* se originaram de entrevistas realizadas exclusivamente com indígenas.

Como nos demais casos, há sobre o *Pori Mbãg* memórias genéricas e pontuais. Como memórias genéricas, já suscitadas acima, as referências apontam para este local como ponto de pesca, coleta, acampamento e moradia. O exemplo mais ilustrativo a este respeito são as palavras de João Ferreira (filho de Maria Dominga Kandóia). Diz ele: “O *Pori Mbãg*, o *Passo Velho*, era lugar de muito índio (...) tempo de peixe nós íamos lá. Ficávamos oito, dez dias. Quando os colonos desconfiavam da gente, nós voltávamos”. Esse depoimento informa que mesmo depois da colonização os Kaingang continuavam a usar o local para colocar os seus pôri.

João Oliveira (Kaingang, nascido na TI Ventarra). Diz ele: “Nós cruzava no *Barco Preto* para ir para *Nonoai*, passava pelo *Passo Velho*”.

As informações pontuais sobre este local foram também obtidas com João Ferreira (62 anos), que afirma ter nascido no *Pori Mbãg*. Segundo ele, a passagem para a TI Nonoai era fundamental, pois “os índios eram apartados, os índios tinham que buscar os *iambré* lá em *Nonoai pelo Passo Velho*”. *Buscar os iambré* é uma expressão comum entre os Kaingang que significa procurar um cunhado. Como os Kaingang são uma sociedade de metades exogâmicas, a procura por um cunhado, um *iambré*, o estabelecimento de uma aliança com pessoas da outra metade, é condição para o casamento. No caso da TI Votouro a busca pelos *iambré* é parte de sua história. Contam que na TI Votouro, no tempo do cacique João Domingos Kandóia, só havia indivíduos de uma das metades exogâmicas, eram todos *Kamé*. Sendo o casamento entre indivíduos da mesma metade considerado incestuoso, o cacique Nonoai enviou de sua aldeia uma mulher da metade *Kaĩrukré* para casar com o cacique Kandóia. Em todas as áreas há pessoas das duas metades, mas é possível que no momento não houvessem mulheres da metade *Kanhru* disponíveis para casamento, ou mais provável é que a importância política de ampliar as alianças fez com que se enviasse uma mulher de Nonoai para se casar com o cacique Kandóia. De toda

forma o Passo, no *Pori Mbãg* figura na memória dos Kaingang da TI Votouro como um ponto de articulação com a TI Nonoai e, portanto, com sua própria tradição. Esse era, sobretudo, o caminho que ligava as duas terras indígenas. As informações sobre a permanência, acampamento ou moradia, de famílias indígenas neste local, foram obtidas através da entrevista com João Ferreira. Outros entrevistados indígenas ao comentarem sobre o *Pori Mbãg* afirmaram que utilizavam o local para a pesca e a coleta de frutos: “*Nós morava na Campina e ia pescar no Passo Velho, escondido dos colonos*” (Genoino Belino, Kaingang 58 anos). Especificamente, este era um local de coleta de bergamotas. Sobre este tema os não indígenas entrevistados não se opuseram, pois era comum (ainda é) que os indígenas perambulassem pela região coletando frutos. Alguns agricultores chegaram a afirmar, concordando com depoimentos de indígenas, que os frutos colhidos eram, em parte, vendidos para os próprios agricultores.

Segundo João e Adélia Ferreira, no *Pori Mbãg* [grande pari] sua mãe, Maria Dominga Kandóia foi, escondida para comer peixe, durante o período de resguardo pós-parto. Dizem eles que, segundo a tradição kaingang, a mulher não deve comer peixe no período pós-parto, porém, Adélia Ferreira, comenta que ela própria pegava peixes nos *paris* e dava para sua mãe comer escondida. Esse relato reforça o local como de uso corrente para os kaingang até o presente.

Relatos sobre a atuação da *kuiã* (termo kaingang para xamã) Maria Fortes também envolvem a região do *Pori Mbãg*. Contam os Kaingang acampados que foi nesta região que Maria Fortes enfrentou outro *kuiã*, que pertencia a TI Nonoai. Dizem eles que nesta ocasião, Maria Fortes se revelou mais poderosa do que o *kuiã* de Nonoai.

Assim, o *Pori Mbãg* como um caminho para a TI Nonoai é destacada com relação a outros caminhos também utilizados. De acordo com Dorvalino Fortes, ex-cacique do Acampamento Kandóia, seus avôs faziam a travessia para Nonoai utilizando ora o Passo Velho (*Pori Mbãg*), ora outro caminho nas proximidades da atual ponte que atravessa o rio Passo Fundo entre os municípios de Faxinalzinho e Nonoai. Segundo informa este cacique, seus avôs afirmavam que no *tempo dos antigos* havia muitos caminhos. Diz ele: “*eu ia com o meu avô lá embaixo no Passo Fundo. Ele tinha até dificuldade de achar os piques [caminhos]. Ele dizia que antes os índios faziam os caminhos com marcas na madeira. Quando eu ia com ele já não tinha mais marcas. Nós ia escondido todos os anos pegar pinhão*”. O grande Paris, Pori Mâng fica no Rio Passo Fundo acima do arroio [igarapé] Marumbi e não entrou na proposta de delimitação.

Proc. nº 221/2003
Fls. 78
Rubrica [assinatura]

I.e.4) *Passo dos Fortes*

O local conhecido como Passo dos Fortes atravessa o Lajeado Grande, onde, atualmente, está construída a ponte que liga os municípios de Faxinalzinho e Erval Grande. Assim como no Passo Velho, as informações sobre este local foram obtidas exclusivamente com os indígenas. Dorvalino Fortes foi o principal informante sobre este local de ocupação. Segundo ele, que hoje tem 47 anos, o Passo dos Fortes era um local de Acampamento utilizado pelos Kaingang ora em suas viagens até Erval Grande, ora em função de suas caçadas ou pescarias. Ali também, Dorvalino e outros indígenas, afirmam que havia *paris* instalados – informação compatível com as características naturais deste curso d'água. É possível considerar como informação adicional sobre a presença indígena no Passo dos Fortes a referência ao cemitério instalado na comunidade rural localizada nas proximidades. Este cemitério foi indicado pela Kaingang Luisa Pedroso como sendo local de enterramento de indígenas e não indígenas. Ali estariam enterrados os indígenas *Ngro* e *Fäjig*.

O outro tipo de informação indireta sobre o Passo dos Fortes foi obtida com kaingang Marcelino Pinto (70 anos). Ele contou que *“lá no lajeado grande, para cima da divisa norte, uma índia foi pega por um tigre... ali nós passava para o erval grande.”* Na continuação da entrevista Marcelino comentou sobre os índios que teriam sido expulsos de Erval Grande. Disse ele: *“No Erval Grande tinha índio, de lá eles foram expulsos e vieram morar aqui com a gente. Ali moravam os **pé no chão** eram outra tribo, tipo nós, mas diferente”*. Mais do que um tipo diferente de índio, *Pé no chão* é um termo empregado para designar os filhos do antigo *Fiscal dos Índios* que viviam em Erval Grande – segundo contam os Kaingang Egino Trindade, o primeiro *Fiscal dos Índios*, foi casado com uma índia.

Segundo Dorvalino Fortes, o Passo dos Fortes era terra dos Trindade, descendentes indígenas do primeiro *fiscal dos índios* Egino Trindade. Ali viviam os Arvelino e Arvino Trindade (padrinho de Dorvalino) com suas esposas e filhas. Estes eram filhos e netos de Egino Trindade. A família Trindade seria, segundo os indígenas entrevistados, pertencente ao grupo dos *pé no chão* – uma classificação local para a categoria *pēin*, que na sócio-cosmologia kaingang identifica aqueles que cuidam dos sepultamentos. De fato, na cultura kaingang ninguém pode enterrar os seus consangüíneos. Não havendo pessoas *pēin*, estrangeiros como os Trindade, poderiam exercer esse papel por não estarem na categoria

Proc. Nº 221/2003
Fls. 619
Rubrica [assinatura]

de consanguíneo e esse favor é especialmente valorizado pelos índios, e estrangeiros podem realizar esse trabalho que entraria nas obrigações de compadrio.

Proc. nº 221/03

Fls. 615

Rubrica

I.e.5) Calha (Ngá Xã)

Calha é o nome dado pelos regionais e também pelos indígenas à barra do Lajeado Grande com o rio Passo Fundo. José Domingos Kandóia se referiu a este local como Ngá Xã (terra preta) – este foi o único termo indígena registrado. Apesar de outros informantes indígenas não terem feito referência ao termo *Ngá xã* há duas histórias muito importantes a respeito deste local. A mais antiga destas histórias se refere à morte do cacique Votouro. Segundo contam os indígenas foi neste local que o cacique Condá matou o cacique Votouro. Embora fossem cunhados, conta Divercindo Garcia, Condá e Votouro se desentenderam com relação ao convívio com os *brancos*. A julgar pelas informações históricas que dispomos este evento teria ocorrido por volta de 1865. Os indígenas não sabem precisar a data da morte do cacique Votouro. Na verdade, a única data registrada para a morte deste cacique foi 1910 – data, porém, incompatível com a data estabelecida para a morte do cacique Condá (por volta de 1870). Em todo o caso, trata-se de evento importante, pois em jogo estava o acesso ao Passo do Goio-en, a travessia do rio Uruguai que liga os atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com efeito, o Passo do Goio-en dista poucos quilômetros do Ngá xã.

A proximidade do Ngá Xã com o passo do Goio-en é importante para os Kaingang, pois esta é a referência que eles reconhecem como o limite norte da primeira demarcação. Como dito anteriormente, os Kaingang do Acampamento Kandóia afirmam que os atuais limites da TI Votouro foram demarcados *errados*, pois não incluem extensões de terras *negociadas*, como dizem, pelo cacique João Domingos Kandóia com o governo estadual. Com efeito, uma das principais fundamentações do atual processo de reivindicação territorial está baseado em um acordo que teria sido estabelecido entre o cacique João Domingos Kandóia e representantes do governo estadual. Tal acordo teria ocorrido na segunda década do século vinte e teria por objeto a contratação dos serviços dos indígenas na abertura da estrada que liga o passo do Goio-en à cidade de Erechim. A melhor maneira de reproduzir a compreensão indígena sobre este acordo é acompanhar a fala de José Domingos Kandóia.

“João Domingos Kandóia pegou uma empreitada para abrir as estradas por ordem do governo. Convidou Ernesto Ferreira, um caboclo, para abrir a estrada do rio Passo Fundo até o Paiol Grande (Erechim). Em troca, ele ofereceu a filha em casamento. Assim como

Proc. nº 221/03

Fls. 615

Rubrica

os Kandóia ajudaram a abrir a estrada os outros Kaingang ajudavam na outra margem do rio Uruguai.

O fiscal do governo falou com João Domingos Kandóia que iria pagar com dinheiro o trabalho realizado. João Domingos não aceitou o dinheiro. Pediu terra. 'meu povo decidiu pegar terra' – disse. O fiscal disse: 'então fiquem com a terra'. Pediram a demarcação. A divisa mesma era da barra do douradinho, lá em Erval Grande, perto do rio Itatiba e o rio Passo Fundo."

Esta mesma história é contada por diferentes indígenas, que sempre enfatizam o acordo feito entre o cacique e a autoridade do governo. Segundo João Telvino Fortes, *"documento não teve desta conversa, o documento que tinha era a terra que está demarcada"*. A ausência de documentação não impede, no entanto, que os indígenas reconheçam a legitimidade deste acordo. Na verdade, em diversos momentos os entrevistados consideraram a atitude dos antigos como ingênua diante das autoridades dos brancos. Falas como: *os índios eram medrosos, e os índios eram bobos*, são mencionadas a toda hora, em referência ao processo que hoje eles identificam como a expulsão de seus territórios tradicionais.

Além destes dois eventos históricos pontuais e, certamente, de grande significação para os Kaingang, a memória sobre este local está, como nos outros casos associada à caça, pesca e coleta. Mesmo os não indígenas afirmam que esta era uma região sempre freqüentada pelos indígenas que vinham coletar frutos na *calha*. A fala de Dinarte Torres (75 anos), filho do ex-chefe do Posto Osório Torres, é esclarecedora: *"os índios eram andarilhos, lá no rio Passo Fundo iam buscar bergamota, passavam por aqui vendendo as frutinhas deles"*. Os indígenas confirmam esta informação e acrescentam que caçavam e coletavam não apenas bergamotas, mas também frutos silvestres. Acompanhem as falas dos indígenas Adélia Ferreira (66 anos) e Jorge Garcia (85 anos):

"meus avôs diziam que era para nós pegar os balaio para ir buscar jaboticaba, ovaia, gabioba. Eles iam até no Goio-en buscar. Eles diziam que iam buscar no lugar onde eles moravam" (Adélia Ferreira);

"O Celestrino e os outros iam pescar lá perto do Uruguai com o Passo Fundo. Lá tinha rancho de folha de taquara, folha de palmeira. Nós ficávamos duas ou três semanas, caçava coati, pescava, comia lá mesmo. Caçavam para a banda do Uruguai. Tinha as picadas dos antigos, às vezes iam fazendo pouso. Tinha paca, faziam armadilha. No meio do caminho já tinha morador, a maioria era caboclo" [aproximadamente 1930] (Jorge Garcia).

Ademais, os indígenas afirmam que o próprio nome indígena deste local Ngá Xã (terra preta), faz referência à fertilidade daquelas terras. Como diz Dorvalino Cardoso (47 anos, indígena):

“a cultura de verão eram a pesca, as frutas e a melação. Ngá xã é terra mais forte para as frutas e para o mel. A terra preta produzia melhor, lá as madeiras eram boas e também os grãos”

Outra referência importante sobre a região do Ngá Xá diz respeito aos conflitos entre os kaingang e os Xokleng. Dizem os Kaingang que os Xokleng passavam pelo Goio-en para irem a Nonoai. Os Xokleng eram, no passado, considerados pelos Kaingang como selvagens e as rivalidades eram freqüentes. Natalino Fortes afirma que seu bisavô Francisco Fortes – *Kajêró* - teria flechado alguns selvagens na água. Essa Calha não entra na proposta de demarcação, mas consta aqui apenas para reforçar que essa região toda era ocupada pelos kaingang e que os índios do Votouro assim como os de quase todas as terras indígenas foram utilizados como mão de obra na abertura das estradas que interessavam para a colonização. Essa memória que o trabalho realizado pedia a demarcação das terras como pagamento é praticamente lugar comum na memória dos Kaingang de diferentes terras indígenas, no RS, SC e PR.

I.e.2) Barra Seca (Peikār Xin) ³³

Barra Seca é a extensão do território localizado entre a barra do rio Erechim com o lajeado Guabiroba e a barra do rio Erechim com o rio Passo Fundo. A denominação Barra Seca é comum a índios e não índios da região, e faz referência ao encontro de um lajeado (seco) com o rio Erechim. Os indígenas e os não indígenas entrevistados apresentaram inúmeras referências que atestam, não apenas a tradicionalidade da ocupação kaingang na Barra Seca, mas também, indicam que ali há evidências de ocupação permanente. Com efeito, a colonização na Barra Seca pode ser considerada tardia em comparação à colonização realizada nas localidades conhecidas como Barro Preto e Votouro Velho – os relatórios da Inspeção de Terras de Erechim, em 1941 e 1942, apresentam esta área como “área de floresta”, portanto, não colonizada.

Índios e não indígenas descrevem esta região como sendo uma importante zona de caça, pesca e coleta. Efetivamente, a configuração geográfica e as características ambientais da Barra Seca são apropriadas para este uso e aproximam as práticas dos Kaingang da TI

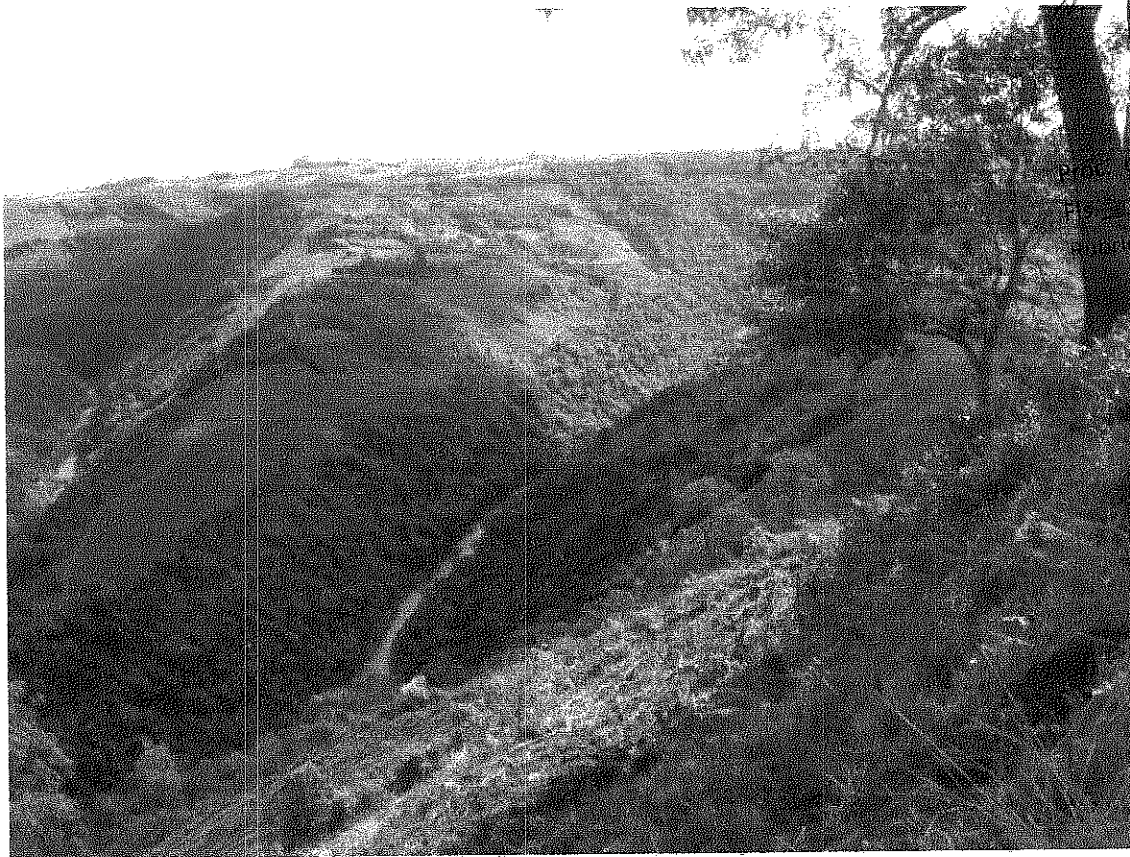
³³ Na ortografia Kaingang: *Pénhkár Sî*.

Votouro àquelas de outros grupos kaingang da região. Em toda a região da Barra Seca há diversas referências importantes que dividem esta área em zonas de caça, pesca, coleta, residência e trânsito. Tais referências serão aqui tratadas respeitando a divisão reconhecida pelos Kaingang. Abordaremos, então, a memória sobre os seguintes pontos: (a) Barra do lajeado Gabiroba e rio Erechim; (b) barra do rio Erechim e rio Passo Fundo.

(a) A barra do **Lajeado Gabiroba** com o rio **Erechim** é, ainda hoje, conhecida como um dos mais importantes pontos de pesca de toda a região. Este ponto, segundo os índios, sempre foi por eles utilizado para a instalação de seus *paris* (armadilhas de pesca confeccionada com taquaras entrelaçadas), que também eram instalados nas corredeiras do rio Erechim. Como conta o indígena Luiz Tiago, “*lá era a furna de paris. Lá eles emparelhavam paris, cada um era dono de um paris. Traziam peixes e colocavam nos açudes, nas residências e guardavam os peixes*”. Os moradores não indígenas da Barra Seca, também fazem referência à pesca com *paris*, dizem ter conhecido, e mesmo acompanhado, muitos índios em suas temporadas de pesca.

A pesca no lajeado Gabiroba, diferentemente, era realizada com outra técnica, o envenenamento das águas com *cipó-sumo* macerado. Os pequenos poços e a cabeceira do lajeado Gabiroba são, segundo os Kaingang, os principais pontos de pesca. Ainda hoje a pesca é realizada, porém, a exceção do envenenamento.

A pesca ocupava um lugar importante não apenas na subsistência dos Kaingang, mas também operava como um critério classificatório de identidades internas. Algumas famílias são identificadas como “fazedores de *paris*”, outras como “aqueles que gostam de *melar*”, outras, ainda, como “agricultores”. Nas palavras do Kaingang Divercindo Garcia (morador da TI Aldeia Condá), “*os Kandóia eram de procedência de fazedor de paris*”. De fato, as entrevistas realizadas com os membros da família Kandóia sempre fazem referência aos antigos locais de moradia nas proximidades dos *paris*. A associação entre a pesca com *paris* e os locais de moradia são consistentes, pois o manejo que esta técnica de pesca exige envolve a permanência sazonal de grupos nas proximidades de seus *paris*.



Município de Benjamin Constant do Sul - Rio Erechim próximo à Barra do Guabirola.

Foto: Juracilda Veiga

Além da pesca, a barra do lajeado Gabiroba com o rio Erechim é conhecida como um importante local de caça. Há inúmeras técnicas de caça reconhecidas na região³⁴. Este é tema que atrai indígenas e não indígenas, gerando interessantes narrativas que ligam passado e presente, cultura e natureza. Destas diferentes técnicas, duas são consideradas como específicas dos Kaingang: a *ceva* e o *carreiro dos bichos*.

Ceva é o nome dado às pequenas roças abertas no interior da mata cuja finalidade de atrair animais, principalmente, os *porcos-do-mato*. Na barra do lajeado Gabiroba com o rio Erechim, havia inúmeras *cevas*, referidas na memória de indígenas e agricultores. Gonçalina de Almeida (68 anos), antiga moradora *branca* da Barra Seca, conta que nas proximidades do rio Erechim “*tinha as rocinhas de milho dos índios. Uma vez nós fomos pescar e achamos as chaleirinhas dos índios*”. As palavras de outro agricultor, Alexandre Camargo (72 anos) antigo morador *branco* da Barra Seca, confirma a presença indígena nesta região. Diz ele:

³⁴ Dentre estas técnicas as mais comuns são o *mundo* (cercado de madeira) o *laço*, a *ceva* e o *carreiro dos bichos*.

“Entreí lá na Barra Seca era tudo mato. Perto da igreja era tudo mato. Não tinha nem a igreja nem a escola. Cheguei lá em 1944. Recém tinham feito os lotes. Não tinha estrada, era só pique [caminhos].

Os índios iam muito para lá, na barra do Gabiroba com o Erechim. Lá eles acampavam.

Quando nós íamos lá, nós não entendíamos eles. Eles assobiavam e se reuniam todos, se comunicavam por assobio.

Na barra do Erechim e do Passo Fundo tem frutal que tá louco. Tinha os carreiros para as barras.”

Faziam umas roças espalhada no meio do mato na barra do Gabiroba e na barra do Erechim com o Passo Fundo.

O *carreiro dos bichos*, aqui tratado como outra técnica de caça, consiste na identificação de pontos de parada e de passagem de animais. Como em outras terras indígenas da região, na TI Votouro existem lagoas naturais localizadas nas partes altas do território. Tais lagoas são conhecidas como o *paradeiro dos bichos*, local que apresentam concentração de animais de interesse para a caça – *porco-do-mato, tateto, veado, anta*. Três lagoas identificadas como *paradeiro dos bichos* estão localizadas nas proximidades do rio Erechim. Assim, esta técnica kaingang de caça, consiste no afugentamento dos animais das lagoas – os *paradeiros* – e sua captura no estrangulamento de seus *carreiros*, nas passagens do rio Erechim. Embora todos afirmem que havia caminhos espalhados pela região da Barra Seca, dois *carreiros* são identificados como sendo os principais: um ligando as três lagoas à barra do Gabiroba com o Erechim, e outro ligando as três lagoas à barra do Erechim com o Passo Fundo.

Além dos aspectos relacionados à caça e à pesca, a barra do lajeado Gabiroba com o rio Erechim representa para os Kaingang uma importante referência territorial com relação à comunidade Guarani. Segundo os indígenas entrevistados o lajeado Gabiroba é reconhecido como a *divisa* entre os territórios kaingang e guarani. É o que se conclui a partir das seguintes falas: “*A divisa antiga é o gabiroba. Ali dividia a terra dos Guarani e dos Kaingang. Quem defendeu este lugar foi o João Garcia – guarani. Ele morava aqui e enfrentou os agrimensores. A divisa mesmo é no gabiroba*”(Antônio Mariano, atual cacique da TI Guarani Votouro); “*Era emendada a aldeia dos Kaingang e dos Guarani*” (João dos Santos, morador da TI Nonoai). Ainda segundo Antônio Mariano, a divisa tradicional da terra guarani se estende da barra do Gabiroba com o rio Erechim até a barra do Lajeado Tombo com o rio Erechim, seguindo pela sanga conhecida como Bocal de Freio, até o

Lajeado Liso – estas divisas reconhecidas como terra tradicional guarani não são hoje respeitadas. Falas como estas se reproduzem sempre que perguntados sobre a fronteira entre as terras Kaingang e Guarani.

As informações obtidas sobre a caça (especialmente aquela realizada através da técnica da *ceva*) implicam na identificação de um tipo específico de uso desta porção do território kaingang. A *ceva*, assim como os *paris*, são indicadores da permanência de grupos acampados nas regiões identificadas. Permanência esta indicada por indígenas e não indígenas. Esta é uma conclusão derivada do confronto dos depoimentos obtidos através das entrevistas realizadas. É o que observamos ao confrontar, por exemplo, as palavras do agricultor Alexandre Camargo (não indígena, ex-morador da Barra Seca – entrevista reproduzida acima) e as palavras reproduzidas a seguir, enunciadas por Luis Tiago, indígena kaingang atual morador da TI Votouro: “*Plantava umas roças (tigüera) de milho quando tava na época nós vínhamos pescar, caçar. As mulheres pegavam os milhos, ralavam e faziam os emi [bolos de milho], para comer com carne de peixe. Tinha peixe de todo o tipo: suribi, jundiá, traíra, piava, cascudo*” (Luis Tiago). Como vemos estes depoimentos reproduzem, cada um ao seu modo, a percepção da presença indígena na região da Barra Seca.

(b) A barra do rio **Erechim** com o rio **Passo Fundo** é também local identificado por indígenas e agricultores como importante local de pesca, caça e coleta. Este local, não apenas apresenta características ambientais semelhantes ao contexto anterior, mas também é referido na memória de indígenas e agricultores de forma semelhante. Isto é, todos fazem referência à barra do rio Erechim com o rio Passo Fundo como local de permanência e passagem dos indígenas. Dois aspectos, entretanto, tornam as informações sobre este local específicas para a memória dos Kaingang. Em primeiro lugar, este local é identificado como um dos locais de moradia da família *Kandóia*. Segundo José domingos Kandóia (63 anos) lá foi local de residência e Acampamento seu pai (João Domingos Kandóia), que residia com a família de sua mãe. Este local é de tal forma importante para a memória dos indígenas que é identificado com uma denominação própria: *Peikâr xin* (um tipo de peixe). Em segundo lugar, o que diferencia o *Peikâr xin* da barra do Gabiroba é sua localização na direção da TI Serrinha. Trata-se, como afirmam os indígenas, de um ponto de passagem que ligava a TI Votouro à TI Serrinha.

O primeiro aspecto apontado reforça, sobremaneira, a identificação da barra do rio Erechim com o rio Passo Fundo como uma terra tradicional de ocupação permanente

kaingang. Efetivamente, segundo José Domingos Kandóia, seu Pai foi cacique da TI Votouro enquanto ainda morava no *Peikār xin*. Segundo este entrevistado, seu pai enquanto cacique instalava *troncos* (forma tradicional de punição) por ocasião das festas que ali eram realizadas. Embora os entrevistados não tenham conseguido precisar a data em que os Kaingang deixaram de residir nesta localidade, todos concordam que, até 1945, este era um ponto não apenas de Acampamento, mas também de residência indígena. (Ainda segundo José Domingos Kandóia, há um cemitério indígena entre os rios Erechim e Passo Fundo - esta é informação isolada, que até o momento não foi referência presente em outras entrevistas). O segundo aspecto, ou seja, o *Peikār xin* como um ponto de conexão com a TI Serrinha, por sua vez, reforça a compreensão da territorialidade em rede, ou territorialidade estendida, dos Kaingang. Isto é, para estes índios os critérios de definição de seus territórios mais do que fronteiras, apresentam conexões.

Sobre o *Peikār xin*, os agricultores, moradores ou ex-moradores da Barra Seca, não apresentam memória específica. Sendo assim, estes entrevistados não identificam o *Peikār xin* da mesma forma que os indígenas. Porém, a presença indígena na Barra Seca é plenamente reconhecida, independentemente da caracterização ou não como terra indígena tradicional. As palavras da ex-moradora Gonçalina de Almeida são ilustrativas:

Em 1941, com 5 anos cheguei na Barra Seca.

Nós ia pescar com os índios no Gabiroba, e pegar pinhão com eles [os índios], jabuticaba, bergamota...

Os índios andavam por tudo. Compravam pão, polenta de nós, às vezes nós vendíamos, às vezes nós dávamos.

Tinha bem pouquinho morador branco. Lá moravam o Fausto e o Juvêncio Teodoro, que eram índios, e também moravam o Manoel Martins e o José Sota que eram brancos.

No cemitério da Barra Seca estão enterrados brancos e índios.

Naquele tempo era considerada terra dos índios, depois falavam que onde hoje é a igreja era a divisa com a terra dos índios. Dali para frente era a área deles. Era respeitado como terra dos índios da barra do Gabiroba depois foi medido e empurraram a terra dos índios para cima. Não tinha cerca, não tinha marca.

Pelo jeito que meu pai falou essas terras sempre foram dos índios. Os velhos diziam: 'um dia estes índios vão se criando e vai ser devolvida para eles'.

Nunca teve violência, os índios deixaram de ir para lá depois que foi colonizado, mais ou menos em 1950.

Proc. n.º

Fls.

Rubrica

A fala desta antiga moradora da Barra Seca revela o reconhecimento por parte dos agricultores da presença indígena, bem como indica limites das *terras dos índios* reconhecidos no passado pelos primeiros moradores não índios. Note-se que dentre os antigos moradores da região, nominados por esta entrevistada, estão dois indígenas Fausto e Juvêncio Teodoro. Importante salientar, ainda, a indicação do cemitério como local de enterramentos de indígenas e não indígenas. Por fim, há um dado não transcrito da fala desta entrevistada que faz referência à localização geográfica da Barra Seca. Trata-se do acesso a esta localidade o qual obriga aos moradores atravessarem pelo interior da TI Votouro demarcada.

Além desta entrevistada, a única informação pontual sobre os limites da *terras dos índios* na Barra Seca foi obtida através de entrevista com o não indígena João Xavier (80 anos, atualmente residente na cidade de Faxinalzinho). Diz ele: “a *divisa na Barra Seca era até a igreja, hoje não é mais, por que o pessoal começou a ocupar*”. Os demais agricultores entrevistados apresentaram uma memória genérica sobre a presença indígena na Barra Seca. Neste sentido, a memória dos não indígenas é comparável à memória dos indígenas. De fato, os Kaingang entrevistados, à exceção de José Domingos Kandóia, narram relatos genéricos sobre sua perambulação e Acampamento na Barra Seca. Tais perambulações e Acampamentos sempre são referidas como parte de seus esforços de caça, pesca ou coleta. É o que podemos observar nas seguintes falas:

“Os antigos deixavam os porcos engordando e depois voltavam para caçar” (Luís Tiago – Kaingang)

“Faziam Acampamento pelo mato, ficavam uns dias, depois saíam. Naqueles tempos eles caçavam pelo mato. Lá na lomba do Barra Seca”. (Emílio de Paula – agricultor, 87 anos)

Os índios não tinham lugar, sempre viviam atrás do mato e de fruta. (Carmelita Paula do Nascimento – agricultora, 85 anos)

“Nós ia caçar e pescar na barra do rio Erechim” (João Santos – Kaingang, 96 anos)

“Meu pai fazia roça no meio do mato para caçar – ceva. Tinha o passo no rio, onde nós caçávamos e íamos para a Serrinha. Frutas tinham muitas: gabirola, pinhão, ariticum, jaboticaba.” (Marcelino Pinto – Kaingang, 70 anos)

Proc. N.º

Fls.

Rubrica

“Pegava peixe na barra do passo fundo com o rio erechim. Lá na barra do rio erechim com o passo fundo nasceu meu irmão mais velho. Faziam roça lá, tinha bastante peixe, mel e caça. O finado avô ficou por lá, por que dava para ter o sustento deles. O avô dizia para a mãe: ‘vá ver lá os paris, veja se tem peixe e traz’. Quando ela chegou lá pegou os peixes e quanto viu tinha um tigre. Ela gritou: ‘pai vem por que tem um gato grande aqui’. O avô veio com os cachorro e levou dois dias para pegar aquele tigre”. (Pedro Ferreira – Kaingang, 37 anos)

“Diz o finado pai que os índios se escondiam na costa do erechim. Iam para os Acampamentos”. (Abílio Ferreira da Silva – agricultor, 74 anos)

“Na Barra Seca existia mais índio. Para caçar, os índios faziam ceva – botavam milho, depois vinham buscar os bichos. Tinha o passador dos bichos, é melhor caçar nos canhadão. No tempo de inverno eles vinham para o alto, no verão eles iam para os canhadão”. (João Xavier – agricultor, 80 anos)



Valdir Tiago Wónguei (em pé) e Luiz Tiago Kanhere, vice-cacique e liderança da T.I. Votouro.

Foto: Juracilda Veiga, 2009

Proc. nº

Fls.

Rubrica

Proc. nº 221/2003
Fls. 625
Rubrica [assinatura]

III – TERCEIRA PARTE: Atividades Produtivas

- a) descrição das atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo com a identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas para esse fim;*
- b) descrição das características da economia desenvolvida pelo(s) grupo(s), das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processaram tais alterações;*
- c) descrição das relações sócio-econômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente;*

[assinatura]
Proc. Nº 221/2003
Fls. 625
Rubrica [assinatura]

Proc. nº 221/2003
 Fls. 626
 Rubrica [assinatura]

Proc. nº 221/2003
 Fls. 626
 Rubrica [assinatura]

III. Atividades Produtivas

As atividades produtivas entre os atuais moradores do da TI Votouro e acampamento Kandóia estão divididas em agricultura, produção e comercialização de artesanato, prestação de serviços para os vizinhos agricultores e prestação de serviços para órgãos governamentais. Como indicado na introdução do presente relatório, esta parte do estudo será dividida entre as informações sobre o Acampamento Kandóia e sobre a TI Votouro. Em 2009 realizamos uma atualização das informações mas, pode-se afirmar desde o levantamento de Ricardo Cid Fernandes em 2005 as formas de subsistência não foram alteradas.

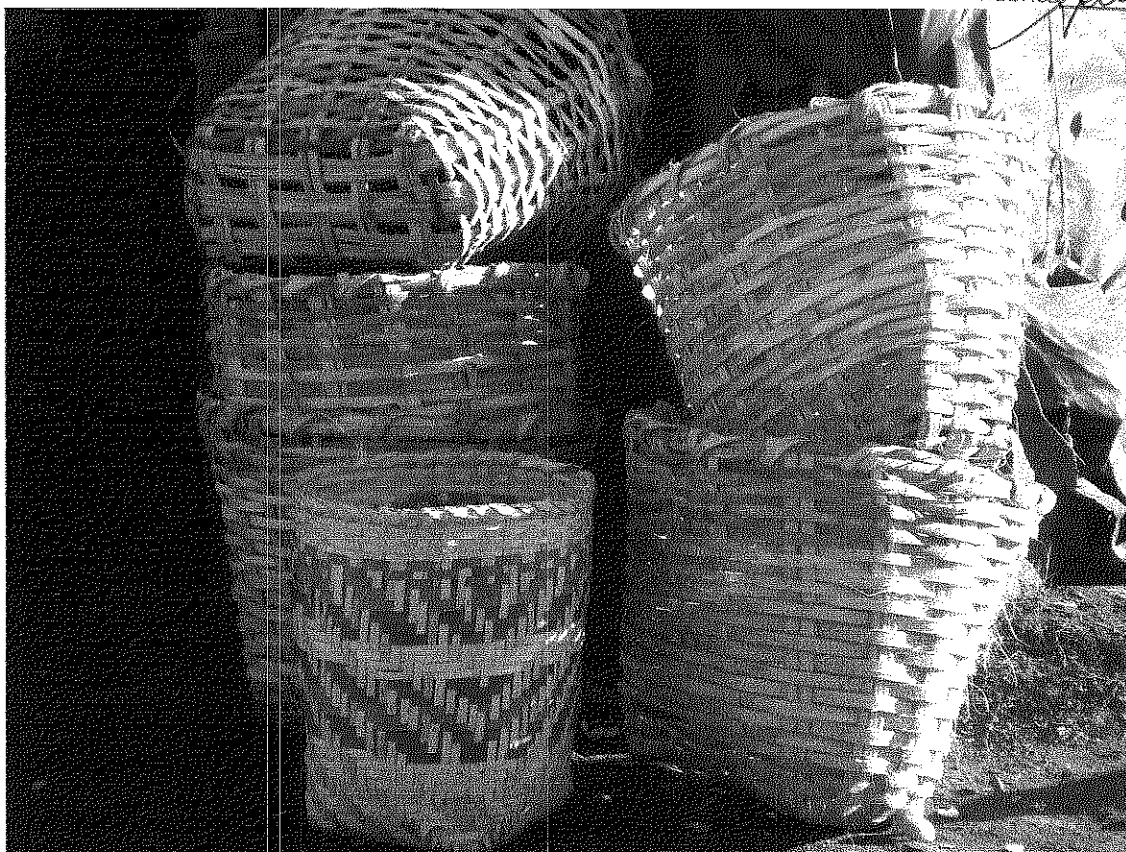
III.a) Acampamento Kandóia ³⁵

No Acampamento Kandóia, devido às dimensões e condições atuais, não são desenvolvidas atividades agrícolas. O em 2005 estavam no acampamento 59 famílias. Em 2009 são 43 famílias num total de 168 pessoas. Estas pessoas dependem, majoritariamente, da venda de artesanato e, subsidiariamente, da prestação de serviços para produtores rurais e da doação de cestas básicas.

A produção de artesanato é atividade que envolve a maioria das famílias do Acampamento Kandóia. Como diz o atual cacique do Acampamento: *se não fosse o artesanato nós não resistia*. O artesanato produzido restringe-se à confecção de cestos, chamados *tuias*, os quais são vendidos em diferentes cidades pelos estados do sul do Brasil. Este tipo de artesanato é produção típica dos Kaingang, sendo encontrado na maioria das terras indígenas localizadas no sul do Brasil. Para a confecção de seu artesanato, estes indígenas coletam varas de taquara encontradas em propriedades da vizinhança ou ao longo das estradas da região. Tanto o processo de produção, quanto o processo de comercialização são marcadamente familiares. Durante o período de produção os indígenas armazenam os cestos confeccionados, partindo para a comercialização tão logo disponham de quantidade suficiente para garantir sustento das famílias que saíram para vendê-los. Os custos com o transporte representam o maior impedimento para a venda. Atualmente o

³⁵ Em 2009 as lideranças eram Deoclides de Paula (Cacique) Valdemor de Oliveira (Coronel), Leninho de Oliveira (Capitão), Pedro de Oliveira (Cabo), Valério de Oliveira (Presidente do Conselho da comunidade)

custo do transporte de cada cesto é de R\$ 2,50 para cidades como Curitiba, Porto Alegre ou Florianópolis.



Em virtude da mecanização das lavouras, a prestação de serviços para produtores rurais é, nos dias de hoje, atividade secundária para o sustento dos grupos indígenas na região sul do Brasil. Entre os Kaingang do Acampamento Kandóia não é diferente. Sendo assim, os serviços prestados para produtores rurais se restringem à venda de força de trabalho nos períodos da colheita de feijão e de maçã. O trabalho na colheita de feijão é realizado nas regiões próximas ao Acampamento. Por dia de serviço estes trabalhadores indígenas recebem, aproximadamente, R\$ 20,00. O trabalho na colheita de maçã ocorre em regiões distantes, especialmente, nas zonas rurais das cidades de Lages, Vacaria e Lagoa Vermelha. Neste caso, os trabalhadores indígenas viajam em grupos, permanecendo por, aproximadamente, um mês em cada *empreitada*.

Além destas atividades produtivas, os indígenas do Acampamento Kandóia recebem cestas básicas. Segundo informaram os próprios indígenas, durante os meses de maio a outubro de 2004, o Programa Fome Zero doou uma cesta básica por família por mês. Ainda

Proc. nº 221/2003
Fls. 624
Rubrica

segundo os indígenas, nos meses de dezembro e janeiro está prevista a doação, por parte da FUNAI, de uma cesta básica por família por mês.

As outras fontes de renda para os acampados têm origem nas aposentadorias e na contratação de serviços públicos. Atualmente são 10 aposentados, dois professores indígenas. E um agente de saúde indígena.



Foto: Juracilda Veiga

III.b) TI Votouro

A base da organização econômica na TI Votouro é a agricultura, praticada nos níveis coletivo e familiar. O cultivo intensivo e mecanizado do solo, geralmente cultivado em sistema de plantio direto tendo no verão milho, soja e feijão e no inverno trigo e aveia. Este sistema de manejo abrange uma área total de 330 hectares, sendo que destes 70 hectares são de lavouras comunitárias (10 hectares de feijão, 12 de milho e 48 de soja). Os produtos são comercializados através da associação indígena na Cooperativa de Faxinalzinho. O lucro obtido com a safra é utilizado para o pagamento do custeio da lavoura e o restante é utilizado para as demandas do coletivo como festas, escolas, creches, etc. Os outros 260 hectares mecanizados são de particulares (40 hectares de feijão, 30

hectares de milho e 190 de hectares de soja) manejados com a mesma tecnologia que as lavouras comunitárias. Estas áreas são de responsabilidade do técnico agrícola da Secretaria Municipal da Agricultura de Benjamim Constant, acompanhado pelos técnicos da EMATER. Outros 100 hectares (70 hectares de feijão e 30 hectares de milho) são cultivados de forma convencional com aração e gradagem, onde o maquinário é utilizado apenas para o preparo da área enquanto que o plantio e a colheita são realizados manualmente.

Como esse modelo agrícola requer economia de escala, é muito comum que ocorra a ampliação das lavouras em áreas de drenagem, retirada da mata ciliar dos rios e banhados.

A lavoura coletiva é administrada em regime de cooperação entre o escritório da FUNAI e a comunidade, representada pela associação da comunidade indígena. O trabalho na lavoura é distribuído entre membros de cada família. Segundo informa o atual chefe do posto nesta TI, nos períodos de trabalho intenso representantes da liderança indígena convocam membros de cada família para o *mutirão*. Em troca deste trabalho, os indígenas recebem a comida oferecida durante o dia e participam dos resultados da lavoura coletiva. Ainda segundo o chefe do posto as lavouras de milho e soja são comercializadas, com vistas a gerar renda para a manutenção dos equipamentos agrícolas comunitários. O excedente da comercialização é, no caso do milho, transformado em farinha para as famílias, e no caso da soja, vendido para contribuir com as festas comunitárias. A produção de feijão, diferentemente, está voltada à produção de sementes que são distribuídas entre as famílias. No ano de 2004 foram distribuídos 25 quilos de sementes para cada família. As sementes utilizadas para a produção da lavoura coletiva são obtidas, em parte, através de convênios com o governo do estado e com a prefeitura.

Para o plantio, manejo, colheita e depósito destas lavouras são utilizados os dois tratores da FUNAI, equipamentos alugados na região e o depósito da cooperativa agrícola da regional, onde é depositado o milho colhido. As lavouras coletivas constituem uma prática antiga nas comunidades indígenas do sul do Brasil, remontam aos anos 1940, período em que o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) respondia pela tutela dos indígenas.

Em muitas comunidades indígenas as lavouras coletivas foram implementadas através do *regime do panelão* – em troca do trabalho na lavoura e na abertura de estradas os indígenas recebiam comida, que eram preparadas para todos os trabalhadores em um *panelão*.

Conforme já foi registrado em inúmeros estudos, este sistema coletivo de produção produziu conseqüências desagregadoras para as comunidades, pois muitos indígenas foram obrigados a abandonar suas roças familiares e trabalhar exclusivamente para o posto indígena. Há relatos de grupos familiares inteiros que abandonaram suas terras para fugir deste sistema.

Atualmente as lavouras familiares, constituem garantia direta de sustento para a maioria das famílias. Nestas roças em que trabalham parentes próximos são produzidos principalmente milho, feijão, abóbora, amendoim e arroz. Cada família ocupa em média 4 hectares para sua produção (ao total são utilizados cerca de 1.200 hectares para a produção agrícola nesta TI). Geralmente a terra destinada para lavoura familiar está localizada próxima das casas. Parte da produção destas lavouras é destinada à comercialização, realizada nas cidades da região; parte é destinada ao consumo e à produção de sementes. Este tipo de lavoura não recebe subsídio; o próprio cacique da TI Votouro afirma que as famílias plantam sem ter assistência.

O direito à utilização das terras para as lavouras familiares depende da capacidade de produção de cada família, bem como da ratificação deste direito pela liderança indígena. Quando um casal jovem se muda da casa dos pais e constitui uma nova residência, a liderança é consultada sobre a possibilidade de exploração de um determinado terreno. Com o consentimento da liderança a nova família passará a utilizar o terreno escolhido.

Em 2001 havia 446 cabeças de gado para tração e para produção de leite. Cada família possuía, em média, uma parêla de boi. O gado foi obtido através de parceria com o Governo do Estado (programa RS Rural). Atualmente, o número de cabeças de gado é menor, haja vista que muitos ou venderam ou tiveram seus gados roubados.

Além das lavouras coletiva e familiares, muitos indígenas dependem do trabalho assalariado nas propriedades rurais da região. Muitos contratam trabalhos temporários pelo qual recebem em média R\$20,00 por dia de trabalho. À semelhança do que ocorre com os Kaingang do Acampamento Kandóia, os trabalhos temporários estão, majoritariamente, relacionados à colheita do feijão e da maçã.

O artesanato constitui outra fonte de renda significativa para muitas famílias indígenas. Este tipo de atividade produtiva envolve famílias inteiras nos processos de coleta e preparo da taquara bem como nos processos de confecção de cestas e balaies. Para vender estes produtos, muitos se deslocam para as cidades de médio porte da região e mesmo para grandes centros urbanos como Porto Alegre, Florianópolis ou Curitiba.

Há, ainda, famílias que dependem de atividades profissionais realizadas por um de seus membros. Tais atividades são realizadas ou a partir de contratos temporários estabelecidos junto à órgãos governamentais (este é o caso dos professores, serventes e secretários, contratados pelo Governo Estadual e dos agentes de saúde contratados via FUNASA), ou a partir de contratações permanente, como no caso dos três funcionários da FUNAI lotados nesta TI.

Outra forma de renda para as famílias indígenas é a aposentadoria rural, recebida pelos homens a partir dos 65 anos e pelas mulheres a partir dos 60 anos. Em muitos casos esta é a única forma de renda familiar permanente. Os aposentados, assim como os indivíduos que dispõem de renda oriunda de atividade profissional ou venda de artesanato, também realizam suas roças familiares. Em 2009 kaingang de Votouro plantaram em roças familiares 118 hectares ou seja quase 49 alqueires de feijão, 96 hectares de milho (40 alqueires) e 161 hectares de soja (66,5 alqueires) beneficiando 843 pessoas.

Portanto, mesmo que existam novos meios de produção de renda, a lógica da produção familiar ou doméstica, com a distribuição de responsabilidades e a formação de redes de ajuda mútua, não se esgotou. Com efeito, nos casos em que um casal de velhos recebe aposentadoria as famílias tendem a se ampliar, muitas vezes congregando filhos, filhas, genros, noras e netos em um único núcleo residencial, formado por uma ou mais casas.

As aposentadorias e os 'carnês de maternidade' contribuem efetivamente para o aumento da renda familiar. No entanto, a forma como a maioria dos indígenas utiliza este benefício é problemática. Muitas famílias deixam seus cartões de aposentadoria nas mãos dos comerciantes da região. Com isso as famílias indígenas criam uma dependência do comerciante, que embora ou auxilie no transporte das mercadorias, passa a controlar suas contas, sem que haja um controle sobre os preços por ele praticado. Este é um problema que atinge muitas terras indígenas. Muitos comerciantes afirmam que os próprios indígenas oferecem seus cartões em troca de crédito. É possível que isso ocorra, entretanto, esta atitude não diminui o caráter exploratório da transação. Não obtivemos dados precisos a cerca do valor que os comerciantes conferem a cada cartão de aposentadoria. Sabe-se que em outras terras indígenas estes cartões são negociados por R\$ 200,00 cada. Se há um preço estipulado é porque existe um mercado de cartões entre os comerciantes. Ao comprar um cartão o comerciante estará comprando o controle sobre os gastos de uma família indígena. Tal prática, além de retirar do indígena a possibilidade de barganha em suas transações, cria

um círculo vicioso, no qual o indígena é sempre devedor do comerciante, já que é hábito dos indígenas, nesta situação, gastar antecipadamente. Em sua defesa, muitos comerciantes afirmam que a retenção dos cartões é a única forma de garantir que os índios paguem suas contas.

A caça, a pesca e a coleta, embora sejam consideradas atividades tradicionais por todos, são, atualmente complementares devido à diminuição da área de mata. A coleta de frutos nativos e mel, embora mais comum e expressiva do que a caça, é também muito limitada. A pesca, sempre valorizada como atividade tradicional, é realizada em armadilhas tradicionais chamadas Põri no rio Erechim e Lajeado Grande. Na área demarcada há 11 açudes que são abastecidos anualmente com alevinos de espécies nativas de peixes, como *judiá* e *traíra* mas não tem sido investidos nesses açudes para a auto-suficiência em peixes.

III.c Descrição das relações sócio-econômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente

Os Kaingang de Votouro/ Kandóia têm como vizinhos indígenas os Guarani Nhandeva da T.I. Guabiroba e mantém entre si uma relação respeitosa e de entreajuda nas relações com o Governo, mas cada qual tem sua própria forma de organização interna.

Os dois povos estão cercados pela sociedade regional formada por imigrantes principalmente de origem italiana, alemã e polonesa que ocuparam a região na década de 40. A relação com os vizinhos é respeitosa e cordial, de modo geral, mas a população regional não compreende a lógica dos indígenas e eles sofrem de preconceito e discriminação, de forma velada, de muitas pessoas. A disputa pela terra na região cria animosidade e aprofunda o preconceito.

Os Kaingang e Guarani, através das escolas existentes nas respectivas terras indígenas estão também inseridos na rede Estadual de Educação uma vez que cabe a Secretaria Estadual executar a política de educação para as comunidades indígenas. Quanto a saúde são assistidos pela FUNASA via convênios com as prefeituras de Benjamim Constant do Sul e Faxinalzinho. Quanto a agricultura recebem ajuda e orientação técnica da Emater e das prefeituras locais.

Proc. N° 221/2003
Fls. 633
Rubrica _____

Proc. n° 221/03
Fls. 229
Rubrica _____

IV- QUARTA PARTE: Meio Ambiente

(Ver Relatório específico do geógrafo Sandoval dos Santos Amparo, parte do qual foi sintetizado nesse capítulo)

- a) *identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo indígena;*
- b) *explicação das razões pela quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias;*

[Faint handwritten notes or signature]

Proc. Nº 221/2009
Fls. 699
Rubrica _____

Proc. Nº 221/03
Fls. 30
Rubrica _____

IV. Ambiente



IV.1. Características físicas da região

1.a. Caracterização Fitogeográfica

A região considerada no estudo faz parte do bioma Mata Atlântica. O termo “Domínio Mata Atlântica” é usado para contemplar a heterogeneidade de ecossistemas regionais que fazem parte desse bioma, tais como as Florestas Ombrófilas, as Florestas Deciduais e os campos. A T.I. Votouro/Kandóia localiza-se em uma área de transição (ecótono) entre a Floresta Estacional Decidual e a Floresta Ombrófila Mista.

No clima atual, a Floresta Ombrófila Mista teve condições de estender-se pelos três estados da Região Sul – além de ocorrer de forma descontínua em diversos estados do sudeste do Brasil, em maiores altitudes – principalmente acima dos 500 m.

A área típica e mais representativa da Floresta Ombrófila Mista é aquela das altitudes superiores a 800 m, principalmente nas áreas altomontanos, onde as condições climáticas são as mais frias da região. Sob essas condições climáticas, além de outras características ambientais, poder-se-iam determinar, na área típica da Floresta Ombrófila Mista, dois grupos distintos de comunidades: um grupo, onde a araucária se distribuía de forma esparsa por sobre um bosque contínuo, no qual 70 a 90% das árvores pertenciam às

espécies imbuia (*Ocotea porosa*) -espécie mais representativa, canela-amarela (*Nectandra lanceolata*), canela-preta (*N. megapotamica*) e canela-fogo (*Cryptocarya aschersoniana*), acompanhadas da sacopema (*Sloanea monosperma*) e erva-mate (*Ilex paraguaiensis*); e outro grupo, onde a araucária formava um estrato superior bastante denso sobre um estrato de 60 a 80% de folhosas, principalmente as espécies canela-lageana (*O. pulchella*) -espécie dominante, canela-amarela (*N. lanceolata*), canela-guaicá (*O. puberula*), camboatá-vermelho (*Cupania vernalis*), camboatá-branco (*Matayba elaeagnoides*) e diversas outras Myrtaceae e Aquifoliaceae.

Em altitudes inferiores aos 800 m, floristicamente identificam-se três grupos de comunidades ocorrendo com a araucária: o primeiro, compreendendo a faixa próxima à região da Floresta Estacional Semidecidual, onde a araucária formava o estrato emergente de um bosque de folhosas; o segundo, compreendendo as áreas periféricas da região da Floresta Estacional Decidual, onde a araucária estava associada, majoritariamente, com o angico (*Parapiptadenia rigida*) e a grápia (*Apuleia leiocarpa*); o terceiro grupo de comunidades abrangendo os terrenos circunvizinhos à região da Floresta Ombrófila Densa. Nele, a araucária ocorria em associação, principalmente, com a canela-preta (*O. catharinensis*), a canela-sassáfrás (*O. pretiosa*), o pau-óleo (*Copaifera trapezifolia*) e a peroba-vermelha (*Aspidosperma olivaceum*) (LEITE & KLEIN, 1990).

As áreas em processo de demarcação (Votouro Velho e Barra Seca), na margem direita dos rios Passo Fundo/Erechim e na margem esquerda do Lajeado Grande, apresentam uma maior diversidade de situações quanto à cobertura vegetal, determinada tanto por fatores geográficos como históricos.

Assim sendo, as áreas mais planas, que se distribuem junto ao divisor de águas que separa as bacias do rio Passo Fundo e do Lajeado Grande, são ocupadas por lavouras mecanizadas exploradas em regime coletivo pelos indígenas ou em parceria com não-indios. Utilizando insumos fornecidos pela FUNAI, essas lavouras em nada se diferem das encontradas no entorno das TI, exceto no que se refere à repartição dos lucros.

Na TI Votouro, também podem ser encontradas nas áreas de planalto alguns remanescentes significativos de florestas com araucária, de resto ausentes do entorno em função da exploração descontrolada dessas formações pela indústria madeireira em meados do século XX.

As áreas de relevo ondulado, tanto nas vertentes que drenam para os rios Passo Fundo e Erechim como para o lajeado Grande, apresentam uma cobertura em mosaico onde se alternam, em lotes de áreas bastante reduzidas (poucos hectares), lavouras familiares de subsistência e áreas em pousio, dominadas por vegetação arbustivo-arbórea regionalmente denominadas vassourais.

Essa vegetação secundária não logra alcançar estádios mais avançados de desenvolvimento, uma vez que o tempo de repouso é curto, com as lavouras sendo novamente plantadas antes que a vegetação lenhosa de maior porte possa se estabelecer. Também fazem parte desse mosaico algumas áreas de campos cujas fisionomias dependem basicamente da pressão de pastejo, além de fatores edáficos.

Os locais onde o relevo é mais acidentado revelam as principais diferenças na cobertura vegetal quando se compara a situação verificada nas Terras Indígenas e no seu entorno, incluindo as áreas em reivindicação na vertente dos rios Passo Fundo e Erechim. Nas Terras Indígenas, algumas dessas áreas abrigam extensas áreas florestadas, cujo estado de conservação pode ser considerado bastante bom, apesar da extração seletiva de essências de maior valor comercial verificada. Nessas áreas, segundo relato dos indígenas que as populações de animais de maior porte estão em recuperação, haja vista a diminuição da pressão de caça que se deu ao longo dos últimos anos.

Já nas áreas mais próximas às calhas dos rios Passo Fundo e Erechim, a cobertura arbórea encontra-se bastante descaracterizada, sendo muitas vezes substituída por pastagens e, mais recentemente, pelo cultivo de essências florestais exóticas, com o predomínio de eucalipto.

As áreas de relevo mais acidentado na vertente leste, que drenam para o Lajeado Grande e chegaram a ser ocupadas por colonos antes de serem reintegradas à TI Votouro, apresentam um predomínio de áreas de vegetação mais aberta, dominadas pelo mosaico de pequenas lavouras e de áreas em pousio descrito anteriormente, estando ausentes as áreas de cobertura arbórea mais densa nas encostas.

A situação das matas ciliares também é bastante variável, apresentando-se tanto melhor conservadas quanto mais difícil seja o acesso, o que é basicamente determinado pelas condições topográficas. Assim sendo, as matas mais significativas encontram-se nas áreas reivindicadas na bacia do rio Passo Fundo incluindo o Rio Erechim e nas margens do Lajeado Grande na região de Votouro Velho.

1.b. Clima

Na área em estudo, o clima é típico do Planalto das Missões, apresentando um clima úmido de temperaturas médias oscilando de 16 a 18°C, tendo no verão temperaturas máximas de 31°C e no inverno 7°C, e precipitação anual entre 1.500 e 2.000 mm. O vento predominante é o leste/nordeste. Outro vento que tem ação sobre a área é aquele de direção sul. Ocorrem ainda ventos continentais de direções NW e WSW, em geral frios e secos, causados pelo ingresso de massas de ar polares.

1.c. Solo

O uso do solo está intimamente relacionado ao relevo e ao tipo de solo. Os principais tipos de solo encontrados na TI Votouro são Latossolo, Neossolo e Chernossolo. Nas áreas de relevo suave-ondulado predomina a ocorrência de Latossolo alumiférico (Unidade Erechim), que apresenta boa profundidade, drenagem e boas características físicas para o cultivo mecanizado. Essas áreas são caracterizadas pelo cultivo intensivo e mecanizado do solo, geralmente cultivado em sistema de plantio direto tendo no verão milho, soja e feijão e no inverno trigo e aveia.

IV.2. Manejo Kaingáng: coleta, remediação, artesanato, agricultura ³⁶

"Tudo que dá comida prá nós é sagrado".

Cacique Deoclides de Paula, do acampamento Kandóia.

Esta seção deste relatório foi escrita tendo por base o diálogo mantido junto dos indígenas em dinâmicas onde os indagava sobre quais aspectos ambientais podiam ser apontados como relevantes, do ponto de vista dos valores tradicionais. Nestas dinâmicas me foi possível realizar um levantamento dos espécimes vegetais utilizadas pelos índios para a produção do seu artesanato, do uso alimentar e curandeiro, e das condições de moradia conforme tabela n.2. Inferimos daí que os Kaingáng possuem grande conhecimento da natureza que os cerca. Mato preto, mato branco e capoeira não são somente complexos peculiares da paisagem mas, locais onde os índios encontram espécimes que curam males do corpo e da mente, onde buscam lenha para o uso doméstico e materiais para a confecção de artesanato. É na terra que plantam seus alimentos, como as batatas doce e inglesa, o feijão, o arroz, a mandioca, o trigo, a soja e diversos tipos diferentes de milho, inclusive a pipoca, etc. Porém, o cultivo de muitas dessas lavouras já corresponde ao contexto das primeiras assimilações do índio pós-contato, dado ainda no século XVII (M. Oliveira) porque semi-nômades, desde há muito praticam a agricultura de encosta e, a criação de animais como porco, ovelhas e galinhas, o que lhes facilitou a assimilação de alguns cultivos, inserindo novos produtos em suas roças.

³⁶ A parte em itálico corresponde a passagens resumidas do Relatório Ambiental do geógrafo Sandoval dos Santos Amparo- CGART/FUNAI.

São conhecidos diversos relatos de trilhas que ligam aldeias distantes em todo o planalto meridional, em cujo percurso eram obtidos provimentos vegetais diversos e realizados acampamentos de caça e pesca, conforme relatos obtidos por Fernandes (2005). Estas trilhas ligavam antigas aldeias (algumas ainda existentes), onde viviam importantes líderes indígenas como os Caciques Nonoái, Kondá, Votouro e Doble (hoje nome de aldeamentos mais recentes), na região do vale do rio Uruguai, oeste de Santa Catarina, norte do Rio Grande do Sul.

Os Kaingáng conhecem e aplicam em seus territórios técnicas de remanejo de campos e de capoeiras, tornando-os dentro de alguns anos ambientes florestais para o provimento de fibras, caças e alimentos. No acampamento Kandóia (município de Faxinalzinho, norte do Rio Grande do Sul), fui apresentado pelos índios às dificuldades de recuperação de uma antiga área abandonada após longos anos de plantio direto. O remanejamento de áreas tais como estas explicitam a importância do ambiente florestal para o Kaingáng, pois são suas principais fontes provedoras de recursos. Isto foi verificado também por Magalhães & Kubo (2002), que em oficina realizada com adolescentes da Terra Indígena Ligeiro, também no norte do RS, observaram que 20, em um total de 59 plantas de uso corrente identificadas naquela comunidade eram oriundas do bioma florestal. Da mesma forma, plantas rasteiras consideradas "mato" pelos não-indígenas são freqüentemente as principais fontes de remédios para os Kujá.

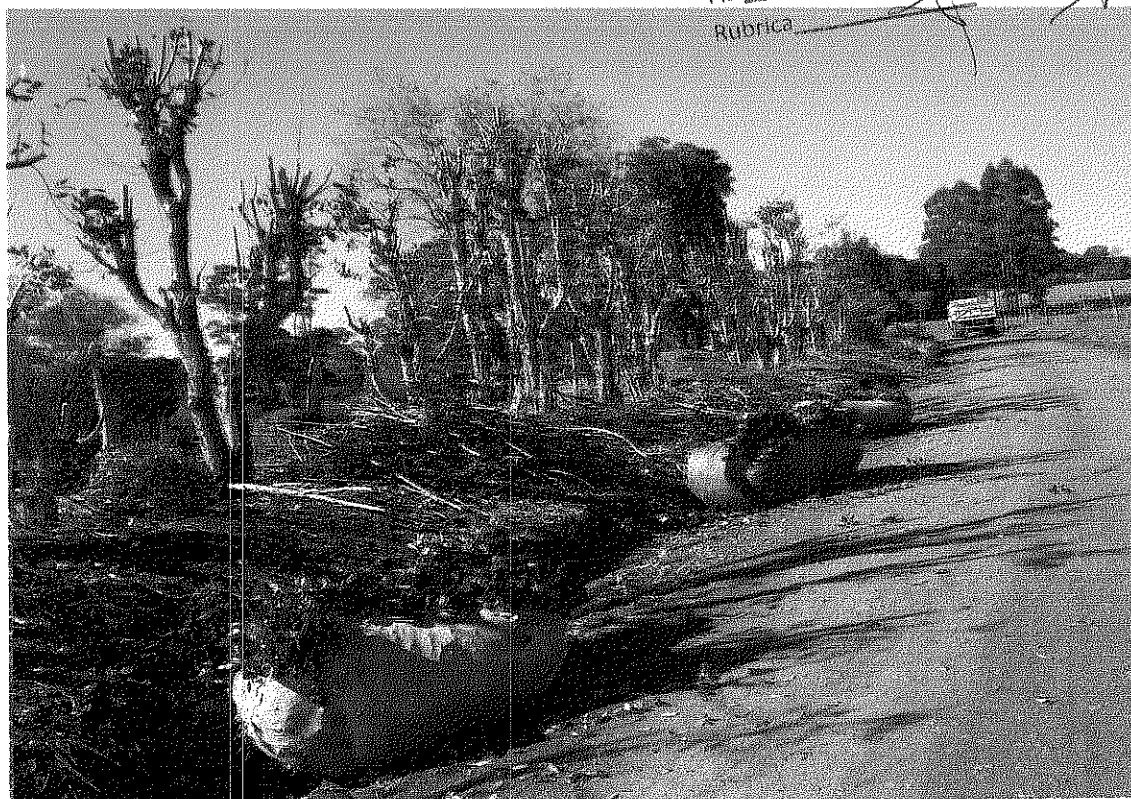
2.1. O Kujá e a prática curativa Kaingáng

A prática do xamanismo atribui ao curandeiro ou xamã nas comunidades indígenas papel semelhante ao de um médico nas sociedades ocidentais. Considerados especialistas pelos indígenas, os xamãs são membros da comunidade que conhecem as plantas e as indicam para males diversos sob orientação espiritual. Entre os Kaingáng estes especialistas são chamados de Kujá e a orientação espiritual vem através da guia – um animal ligado um clã Kamẽ ou Kanhru (mais recentemente entra em uso também os santos do catolicismo popular) – que é a entidade detentora do conhecimento da cura e das ervas, através das quais esta se realiza (Oliveira, 1996). E outros indígenas que compilamos na tabela que segue, onde são apresentados os usos medicinais de algumas plantas por eles utilizadas. Atualmente uma dificuldade para a utilização das ervas é o desmatamento e a utilização dos agrotóxicos. Além dos Kujá os demais índios manipulam os ambientes de acordo com suas necessidades, atuando como disseminadores da biodiversidade.

enriquecendo e manejando seus biomas. Embora não sejam considerados especialistas, compartilham de um conhecimento bastante variado sobre os ecossistemas e zonas ecológicas em que produzem suas roças ou coletam suas fibras, com práticas agrícolas milenares, como as roças do milho(s), batatas (tubérculos), erva-mate, pinheiro e mel (e outras fontes alimentares e de fibras para usos práticos).

Proc. IV= 221/2003
Fls. 639
Rubrica

Proc. nº 221/03
Fls. 705
Rubrica



Colheita de erva mate pelos não índios próximo ao acampamento Kandóia. Foto: Juracilda Veiga

2.2. O artesanato Kaingáng

A confecção de artesanato entre os Kaingáng constitui importante manifestação cultural herdada dos ancestrais e uma das atividades econômicas mais importantes para este povo indígena, superando suas roças e o trabalho assalariado, principalmente para os "aldeados" (que vivem nas aldeias/toldos). Embora sua produção tradicional buscasse atender apenas às necessidades cotidianas, o interesse das populações urbanas fez com que passasse a ser a principal fonte de renda indígena, a partir da qual são obtidos principalmente produtos de fora da comunidade, incorporados ao cotidiano indígena.

Muitas comunidades apresentam especializações produtivas: os artesanatos comercializados pelos Kaingáng do Votouro são principalmente as cestarias (balaies) e

utilizam como matérias-primas, principalmente as taquaras (*Bambusa sp.*) para o trançado e a *Ateleia Glazioviana*, Baillon, como tampas. A *Liana sp.* é menos utilizada, geralmente para suas necessidades domésticas e nas roças. Os Kaingáng confeccionam ambos os tipos de cestaria, além de produzir vasta gama de adereços, arcos e flechas. A diferença entre estas produções é principalmente estética – a cestaria de taquara, embora mais frágil, apresenta grafismo e trançado mais destacado visualmente. Antigamente eram pintados com carvão, barro colorido e sumos vegetais³⁷. Já a cestaria de lianas não pode ser pintada. Os indígenas que a comercializam inovam no desenho das peças, elaborando formatos que atendem a muitas necessidades urbanas, como abajour, ninhos de pássaros, objetos decorativos, etc.

A confecção do artesanato e a coleta de fibras são atividades realizadas principalmente no inverno (junho a novembro), período no qual dedicam-se também à agricultura. No verão deslocam-se aos pontos de comercialização, levando fibras para dar continuidade à produção. O local escolhido para o alojamento geralmente localiza-se próximo a algum local onde possam realizar a coleta de fibras e dar continuidade à produção, que geralmente é familiar e obedece a seguinte divisão do trabalho: aos homens cabe a coleta das fibras. Às mulheres cabe a confecção, enquanto os homens dedicam-se às roças. Antigamente haviam artesanatos confeccionados por homens e mulheres, situação pouco verificada atualmente, devido ao fato de muitas destas peças terem entrado em desuso e já não serem mais produzidas. A comercialização, contudo, é realizada de forma individual, embora os espaços de comercialização geralmente sejam comunitários. As crianças participam em todas as fases do processo de produção e de comercialização, o que tem garantido a transmissão das técnicas às novas gerações Kaingáng.

A grande procura por fibras nas áreas Kaingángs tem provocado a escassez de plantas como a Taquaraçu em muitas terras indígenas e outros locais de coleta. A origem deste fenômeno provavelmente, encontra-se no fato da produção de artesanato ter crescido em importância para estes índios, transformando-se num dos principais meios através de troca com as comunidades não-indígenas o que vem aumentando a demanda por fibras em quase todas as terras indígenas, o que indica a necessidade recolonização e, de manejo adequado das reservas de taquara atualmente existentes nos locais de coleta.”

Em 2006 ocorreu a seca da taquara fenômeno que tem lugar a cada 30 anos. Parece que é nessa época que as sementes podem ser disseminadas. Em 2009 ela está rebrotando. Os Kaingang do acampamento Kandóia e o técnico agrícola da FUNAI, Hélio Kosikosky

³⁷ Atualmente são utilizadas tintas à base de anilina, para representar cores que facilitem a comercialização.

afirmaram ter experimentado plantar mudas de taquara, mas não obtiveram sucesso. A taquara verdadeira **wónpê** “ só dá, onde ela larga a semente”, afirmam os Kaingang. Atualmente a principal região de coleta de taquara está na região de Barro Preto e Campininha dentro da área reivindicada de Votouro Velho.

No Município de Benjamin Constant do Sul, a Terra Indígena Votouro está sofrendo impacto indireto da construção da Barragem da UHE Manjolinho. Na região da Barra Seca a proposta discutida com os indígenas é de que seja constituída uma reserva florestal indígena, aproveitando-se sua cobertura atual e recuperando áreas de cultivo. Em regiões de relevo similar, os Kaingang e outros grupos indígenas, sempre privilegiaram o cultivo em coivara, ou seja, com rodízio de áreas. São locais de maior potencial de recuperação, configurando-se áreas potenciais para manejo de plantas utilizadas para a coleta de materiais para o artesanato e de ervas medicinais. Para a região de Kukrej [ariticum] (Votouro Velho, a sul e sudoeste de Faxinalzinho). O uso ideal seria principalmente a recuperação para a coleta de materiais para artesanato, recompondo-se a cobertura florestal hoje desmatada para o plantio da soja, que intercala as franjas florestais. Contudo, devido ao seu relevo suave, esta é a área onde pode vir a ocorrer a continuidade do plantio de soja, só que agora sob título dos indígenas.

Proc. Nº

Fls.

Rubrica

Tabela 2

Lista das principais plantas apontadas pelos índios como de seu uso frequente³⁸

Nome regional	Nome científico	Nome indígena	Unidade de Recurso	Uso
Bergamota	<i>citrus</i>	exótica	Exótica	
Cabriuva	<i>Myrocarpus frondosus</i>	Kenta gār	Ombrofila mista	Medicinal Artesanal (casca) Madeira moradia e mobília
Canjarana	<i>Cabralea canjarana</i> (Vell) Mart.	fó	Ombrofila mista	
Cedro	<i>Cedrella sp.</i>	fó		Moradia/ curas
Cipó		Mrür kuxün	Floresta estacional decidual Ombrofila mista	
Cipó guaimbe		kó Mrür	Floresta estacional decidual Ombrofila mista	
Cipó São João		Mrür	Floresta estacional decidual Ombrofila mista	
Coqueiro	<i>Cocos nucifera</i>		Floresta estacional decidual Ombrofila mista	Alimentar Medicinal. Artesanal (casca)
Erva mate	<i>Ilex paraguaiensis</i>		Floresta estacional decidual /cultivo	Alimentar medicinal
Grápia	<i>Grapia</i>	grápia	Floresta estacional decidual /cultivo	Medicinal. Artesanal (casca) Madeira moradia.
Guajuvira		wij	Floresta estacional decidual Ombrofila mista e savana	Medicinal. Artesanal (casca) Madeira moradia, confecção de arco.
Guavirova		penuá	Ombrofila mista	Medicinal e alimentar
Ipê amarelo	<i>Tabebuia sp</i>		Floresta estacional decidual Ombrofila mista/savana	
Ipê roxo	<i>Tabebuia sp</i>		Floresta estacional decidual Ombrofila mista/savana	
Laranja	<i>Citrus sp.</i>			
Maracujá	<i>Passiflora sp.</i>		Floresta estacional decidual Ombrofila mista decidual/cultivos	
Pinheiro	<i>Araucaria Angustifolia</i>	Fyg	Ombrofila mista	Alimentar, tingimento (casca) e tronco
Pitanga	<i>Eugenia nitida</i>		Floresta estacional decidual Ombrofila mista	Alimentar Medicinal Madeira moradia.
Taquara lisa (bambu)	<i>Bambusa sp.</i>	Wone pé	Floresta estacional decidual Ombrofila mista	Artesanato /cestarias
Taquara mansa	<i>Bambusa sp.</i>	Wone wanxá	Floresta estacional decidual Ombrofila mista	Artesanato /cestarias
Taquaruçú	<i>Bambusa sp.</i>			
Timbó	<i>Ateleia galzioviana</i>	Kentuxá	Campos e matas em recuperação	Artesanato (cesto, arco de balaio, tampa de cesto, cesto cargueiro)
Xinxo		jönvy		

³⁸ Informações dos índios Nelson de Oliveira, João de Oliveira, Luiz da Silva, Ageu de Paula, Paulo de Oliveira, Rosenilda da Cruz, Daniel Rodrigues Fortes, Natalino Fortes, Levi da Silva e Antonio Tonato (não-índio).

O ambientalista do GT chamava a atenção para o fato que: "Uma parte das áreas reivindicadas pelos Kaingang acampados, corresponde às áreas de "chato", revelando que, apesar de possuírem seus valores culturais atualizados, os Kaingang podem também optar pela prática de uma agricultura que lhes possibilite rentabilidade imediata. Sugiro maior atenção às comunidades pela CGDC, tornando viável outras opções de renda aos indígenas. Apesar dos problemas por mim apontados durante a realização do trabalho e do receio de alguns índios com relação ao cultivo da leguminosa, não há garantias de que a região hoje largamente utilizada para o plantio da soja, à margem oeste do lajeado Grande, tenha seu padrão de uso alterado, dado o fato de que alguns índios manifestam entusiasmo com o rápido retorno trazido pelo seu cultivo, mesmo conhecendo-se a significância de seus impactos ambientais, veja-se o cultivo da soja na T.I. Votouro. Reitero a necessidade de serem realizados projetos alternativos de geração de renda na comunidade.

Os sistemas agroflorestais (SAF's), diferentemente do sistema dominante na economia agrícola, seriam o mais adequado padrão de produção agrícola a ser empregado pelos índios, penso, principalmente nestas áreas. Baseado na diversificação agrícola e no cultivo de espécies nativas com potencial econômico, o manejo em SAF's prioriza o uso de biofertilizantes e o manejo ecológico de solos e pragas, orientados pela dinâmica ambiental do ecossistema onde se instalará. Assim, toma-se como base da produção agrícola, o conceito de Agroecossistema, podendo-se inclusive, recuperar áreas e solos com este sistema de cultivo, como tem feito o suíço Ernst Goesch com grande êxito no sul da Bahia. O sistema de Goesch tem ganhado notoriedade e visibilidade por sua dinâmica interativa em relação ao ecossistema que o cerca, incluindo o manejo sustentável de plantas, pragas e solos, de acordo com as potencialidades ecológicas do sítio.

Mas retornando aos indígenas, segundo pude inferir, necessitam de uma área que lhes possibilite:

- a) o cultivo agrícola alimentar tendo como base a produção familiar e com provável venda de excedentes, onde os principais cultivos a serem realizados seriam, provavelmente soja (não comercial), mandioca, milho, aveia e trigo para farinha e alimentação de animais, e variedades nativas, como o pinhão e a erva-mate, essenciais em seu modo de vida;
- b) a coleta em ambientes florestais densos, onde poderiam coletar as taquaras, os cipós e as ervas medicinais; e

- c) a criação animal, onde criariam principalmente gado suíno, bovino, caprino e abelhas para mel.

Grande expectativa se criou entre os índios a partir de um projeto de reflorestamento com espécies nativas, criado pela URI (Universidade Regional Integrada, de Erechim) em parceria com a FUNAI, mas que não logrou continuidade. Naquela ocasião, informam os índios, houve um levantamento de espécies prioritárias e de áreas dentro da atual reserva que seriam alvo de reflorestamento. Contudo, a não continuidade do projeto, segundo os índios, facilitou o caminho para a utilização de áreas dentro da reserva para o plantio de soja, deixando os índios a mercê dos produtores de sementes e pondo em risco sua soberania alimentar e econômica.

IV.3. Apanhado de conclusões antecipadas

Diante do que até agora foi exposto, apresento aqui um apanhado de conclusões antecipadas ao longo deste relatório. A conclusão mais óbvia a que podíamos chegar é a de que o povo Kaingang de Votouro e do acampamento Kandóia, apesar de praticar a agricultura, em moldes tradicionais, com possibilidade de renda do excedente, utilizam também a existência de projetos de agricultura moderna, com o plantio da soja, transgênica inclusive. E tem no artesanato sua principal fonte de renda. A confecção do artesanato, além de possibilitar a reprodução material do grupo, através da renda obtida com a venda do mesmo, reproduzir valores culturais do grupo, através da coleta de materiais como os cipós e como as taquaras no mato preto e no mato branco, da união da família e da comunidade para a confecção e venda do artesanato e do grafismo específico, que os identifica enquanto grupo cultural diferenciado. Portanto, uma ampliação das terras Kaingang de Votouro ou mesmo a identificação de uma nova Terra Indígena que objetive atender ao disposto no artigo 231 da constituição e demais aspectos legais relativos à questão indígena, não pode, em hipótese alguma, negligenciar a inserção da área que localiza-se no interflúvio entre os lajeados Votouro e Divisa, devido ao fato de ali concentrar-se, conforme verificado em campo, a maior quantidade de taquaras, particularmente a taquaraçu, cuja fibra constitui-se na de melhor qualidade para a confecção do artesanato indígena.

Por outro lado, é indispensável que sejam pensadas práticas ecológicas e sustentáveis para o manejo das taquaras, evitando com isso, o risco de desaparecimento da mesma na região ora mencionada, dada ao fato de mesmo os índios da terra indígena

Proc. nº 221/03
Fls. 644
Rubrica

Proc. nº 221/2003
Fls. 644

demarcada irem até esta região para a coleta de materiais. Ainda com relação ao artesanato, cabe mencionar que a CGART e a CGDC/FUNAI precisam atuar efetivamente, no sentido de estimular a criação de uma cooperativa para promoção, aquisição e venda do artesanato, garantindo com isso uma política adequada de preços de acordo com o mercado, tanto quanto a divulgação do artesanato Kaingang, ressaltando sua importância simbólica para a reprodução cultural e material do grupo, realizando, em conformidade com os indígenas, exposições de divulgação em museus e casa de cultura da região, mas estimulando sempre a produção local do artesanato.

Com relação à agricultura, creio que o cultivo da soja em áreas indígenas configura não somente uma polêmica, considerando os valores tradicionais indígenas, mas também um novo paradigma merecedor de especial atenção por parte da FUNAI através de seus setores responsáveis. A produção de soja, ao mesmo tempo em que compromete a qualidade ambiental da região, aponta inúmeros problemas como o alto custo e consumo relativo de energia (combustível para tratores, insumos, irrigação, etc), não gera luros para o conjunto da comunidade, que, como referido durante quase todo este relatório, tem no artesanato sua principal fonte de renda e reprodução material. Os cultivos de subsistência historicamente são feitos nas áreas de encosta através do sistema de coivara (rodízio de áreas após cultivo, cujo uso não passa de dois ou três anos, para em seguida ser recuperada através do pousio, enquanto se utilizam novas áreas). O trabalho na lavoura é, via de regra, familiar e os índios plantam inclusive espécimes de valor comercial, como o soja, o trigo, o milho e aveia, mas principalmente no sentido de garantir o suprimento alimentar para as estações mais frias, fazendo farinhas de milho, trigo e mandioca, e o alimento dos animais que criam na beira de suas casas. Produzem mel de abelha em pequenas quantidades, mas esta atividade pode tornar-se, juntamente com o artesanato, numa das principais fontes de renda da comunidade, devido ao fato de a região apresentar tal potencialidade e a mesma inserir-se no contexto da cultura tradicional indígena.

Sugere-se repensar a prática do plantio do eucalipto e a recuperação das áreas de chato onde hoje despontam enormes lavouras de soja através do reflorestamento e dos SAF's, o que além de inserir-se no contexto cultural da comunidade, pode também reafirmá-lo, tendo em vista a recuperação de ambientes florestais por eles utilizados para coleta, caça e comunidade, o qual poderá se dar com o apoio de entidades como a Emater-RS, que produz o conhecimento necessário para o êxito econômico do processo, cabendo ainda mencionar que, apesar de tal termo se tratar de uma nova nomenclatura,

corresponde a um conjunto de práticas e o uso de interações ecológicas já conhecidas dos índios, como o manejo ecológico de solos e pragas.

A região da Barra Seca é também extremamente adequada à produção em SAF's mas também para reflorestamento puro e simples com espécimes nativas. O relevo dobrado e presença de vegetação original em diversos pontos favorecem ainda a caça e a melhor qualidade das águas ainda permite alguma pesca. Sugere-se o não uso nas áreas verificadas de insumos e fertilizantes químicos, posto que o passivo ambiental compromete não somente a qualidade de vida mas também os aspectos culturais da cultura Kaingang. E a mecanização deve também ser pensada, diante dos inúmeros casos de acidentes observados entre os próprios colonos, ocasionando lesões corporais, como perda de dedos, muito freqüente, pernas, braços, etc., que podem inviabilizar a força de trabalho dos indígenas.

Uma outra possibilidade de fortalecimento da economia Kaingang pode se dar através da consecução de recursos devido ao grande potencial de absorção de carbono que as áreas indígenas e pleiteadas possuem, de acordo com o Protocolo de Kioto (1998), ratificado pela maioria dos países do mundo.

Outro ponto que não pode deixar de ser mencionado diz respeito às condições de saúde, tanto da comunidade acampada quanto do Toldo Votouro, onde focos de dengue foram verificados, o que pode se resolver principalmente através de programas de orientação. Problemas respiratórios e de pele foram verificados com boa freqüência, demonstrando a necessidade de ações afirmativas no sentido de garantir itens básicos, como água de boa qualidade, um sistema adequado de esgotamento sanitário, evitando a possibilidade de contaminação dos lençóis freáticos e dos cursos d'água, e a vacinação de crianças, medida que pode, só ela, reduzir efetivamente a mortalidade infantil e, apoiando programas junto aos jovens, resgatar e reproduzir o conhecimento tradicional, não somente garantindo a continuidade e reprodução cultural do povo Kaingang, e nem unicamente em benefício de seu próprio povo, mas também e principalmente para os povos do mundo, a quem muito podem ensinar, como bem o sabem gaúchos, catarinenses e demais povos não indígenas do planalto meridional, que deles apropriaram influências na habitação, na alimentação, nos temas da saúde e outros, por isso mesmo, merecidamente considerado este etno-conhecimento patrimônio da humanidade.

Com relação à hidrografia, reitera-se aqui a inadequação do leito dos rios como limite da Terra Indígena, ainda que os próprios índios pensem a área pleiteada tomando-os como limite. Tal problemática deve-se ao fato de que futuros projetos de manejo da área

podem vir a esbarrar numa prática salutar numa margem, e numa prática degradável na outra. Os limites de bacias correspondem, portanto, aos pontos ideais para serem tomados como limites.

Por fim, acredito que tais sugestões podem, minimamente, contribuir para a melhoria da qualidade de vida do povo Kaingang, garantindo assim a sua reprodução física e cultural dentro dos moldes de sua tradição, em conformidade com o disposto no artigo 231 da Constituição de 1988 e as demais leis referentes às populações indígenas.”

IV.4. Pontos relevantes à preservação e recuperação de recursos econômicos e de valor cultural

Proc. nº 221/03
Fls. 13
Rubrica [assinatura]

O mapa da página seguinte visa permitir uma visão espacial-geográfica da distribuição de locais de relevância histórico-simbólica, cultural e econômica para a população kaingang da região da Terra Indígena Votouro/Kandóia.

Nele se registram alguns lugares históricos, como:

- o lugar em que, segundo Teschauer, o jesuíta Solanellas batizou o centenário Cacique Votouro, que deu nome a toda a região;
- o lugar da morada do Cacique Votouro do século XX;
- a morada do Cacique Kandóia;
- o lugar, no extremo noroeste, em que se localizava o lendário *Fág Ror Mág* (o “grande pinheiro redondo”);
- outras moradas de conhecidos índios kaingang que, em razão das pressões da colonização, foram abandonadas ou transferidas.

Além disso, assinalam-se:

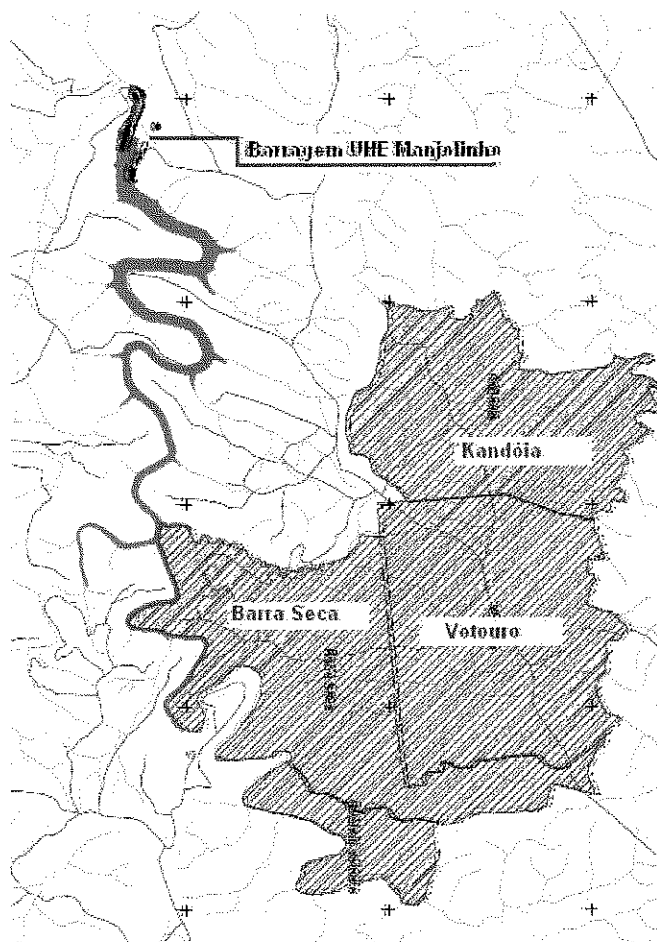
- lugares propícios à extração ou coleta de taquaras, e à coleta de pinhão;
- lugares de barreiro e ceva para caça de animais;
- locais onde os Kaingang mantinham e renovavam seus grandes *paris*;
- locais propícios à pesca com timbó (técnica conhecida por ‘envenenamento’)
- outros tantos locais próprios para pescaria pelos quais os Kaingang transitavam, enquanto não era impedidos pelos ocupantes ‘proprietários’.

Proc. Nº 221/2003
Fls. 097
Rubrica [assinatura]

Proc. Nº 221/2003
 Fls. 645
 Rubrica [assinatura]

IV.5. A UHE Manjolinho e a T.I. Votouro/ Kandóia

A Usina Hidrelétrica de Manjolinho que estava em estudos de implantação durante os trabalhos de campo desenvolvidos pelo GT, recebeu Licença de Instalação emitida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul (Fepam), em Março de 2007, permitindo a construção dessa hidrelétrica no rio Passo Fundo, entre os municípios de Nonoai e Faxinalzinho.³⁹ Essa usina terá capacidade geradora de 67 MW, contra investimentos de R\$ 220 milhões, parcialmente financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A energia a ser gerada pelo empreendimento é suficiente para abastecer o equivalente a uma cidade com 140 mil habitantes. A UHE Manjolinho trará impactos indiretos sobre as áreas reivindicadas pelos Kaingang de Votouro/Kandóia (ver mapa).



Proc. Nº 221/2003
 Fls. 645
 Rubrica [assinatura]

Na bacia do Passo Fundo já está implantada a UHE mais antiga da Região Hidrográfica do rio Uruguai, a UHE Passo Fundo, em operação desde 1971, com

³⁹ Ver matéria: Grupo Engevix vai construir nova hidrelétrica - 10/05/2007 Fonte : Gazeta Mercantil.

reservatório de acumulação plurianual de 1.600 hm³ e potência de 226 MW. *“A UHE Monjolinho possuirá uma altura total de 72 m e está sendo construída numa região de vale, com o leito do rio encaixado no mesmo. O volume de inundação aumentará, tanto em profundidade como em largura, a calha natural do rio Passo Fundo”* (Giannini et al., p.108).

Além desta UHE Manjolinho também estão sendo implantadas na bacia, próximas à área de estudo, um conjunto de 3 PCHs: Albano Machado, Rio dos Índios, e das Andorinhas. A implantação de tais empreendimentos, processo que vem se acelerando na região e na bacia do rio Uruguai como um todo, tem sido geradora de conflitos ambientais com setores sociedade civil organizada e com a população atingida pelas obras. A sociedade civil vem discutindo o impacto de tais obras tanto do ponto de vista social quanto ambiental e como resposta têm sido realizados os processos de licenciamento ambiental que procuram minimizar e, conforme o caso, compensar esses impactos.⁴⁰ A FUNAI não foi ouvida no Processo de Licenciamento da UHE Manjolinho, em tempo hábil, como seria esperado. Havendo por isso um prejuízo para as comunidades indígenas afetadas que não foram ouvidas durante a implantação das obras. A FUNAI e as comunidades estão negociando, já com as comportas fechadas, as medidas de compensação pelos impactos direto e indireto para as comunidades indígenas da Região.

PROC. Nº 221/2003
Fls. 650
Rubrica [assinatura]

4.1. As terras indígenas impactadas

A área de interesse compreende a porção da Terra Indígena Nonoai pertencente à bacia do rio Passo Fundo, a totalidade das Terras Indígenas Votouro e Guarani Votouro, bem como as áreas reservadas em processo de demarcação: aquela situada junto à margem direita do rio Passo Fundo (Barra Seca) e a outra, localizada ao norte da TI Votouro, denominada Kandóia (ver mapas página anterior e próxima).

Uma preocupação principal com o impacto da UHE Monjolinho nos recursos hídricos para a população indígena está, então, relacionada à pesca, porque os Kaingang costumam praticar a pesca de armadilha chamada **pãri**, abreviado para o termo **pari** ou **paris**, nas corredeiras dos médios e grandes rios. Os kaingang não dão grande importância aos peixes de açude, tanto por serem de qualidade inferior aos dos rios, quanto por não

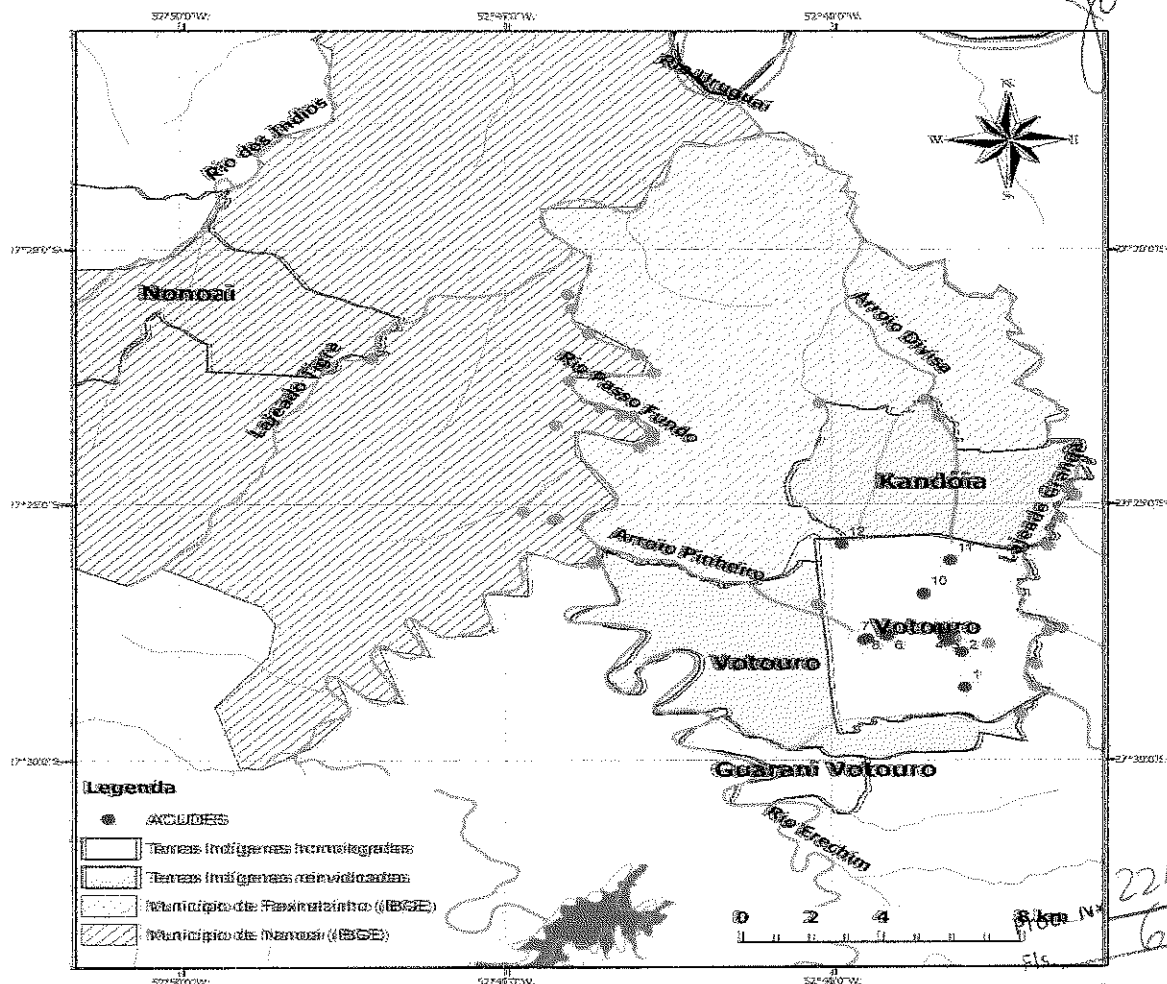
⁴⁰ Em função dos conflitos relacionados à UHE Barra Grande, no rio Pelotas, teve início o estudo de “Avaliação Ambiental Integrada dos aproveitamentos hidroelétricos da bacia do rio Uruguai” desenvolvido pela EPE, porém não aprovado pelo MMA/IBAMA, que está realizando uma nova versão do estudo, em convênio com a Universidade Federal de Santa Maria, aplicando-se a mesma metodologia empregada pela FEPAM nas bacias dos rios Apuaê, Inhandava, Ijuí, Butuí e Icamauã.

PROC. Nº 221/2003
Fls. 650
Rubrica [assinatura]

agregarem o aspecto social da pesca de armadilha, que reúne a parentela num acampamento que pode durar mais de um mês.

Os integrantes do grupo que realizou o *Estudo do Componente Indígena* (no âmbito do processo FUNAI 1400/2003 para o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Monjolinho) constataram que:

Apesar da presença dos açudes proporcionar às famílias indígenas um potencial para piscicultura, a pesca existente no local é destinada apenas para consumo próprio e, atualmente, não há nenhum manejo dos açudes que vise melhorias no cultivo de peixes. Nessa comunidade, como a pesca não depende dos cursos d'água existentes, não há impacto direto da construção da UHE Monjolinho nos recursos hídricos destinados à pesca. Os peixes existentes nos açudes não provêm dos rios, arroios ou córregos da região, mas são distribuídos por técnicos da FUNAI com frequência indeterminada. (Giannini et al. 2009, p. 94).



Mapa de situação das terras afetadas pela UHE Monjolinho.
Pontos verdes são corredeiras nos rios. Pontos vermelhos açudes.

Os açudes foram introduzidos pela Emater em todas as comunidades rurais do Rio Grande do Sul e também nas comunidades indígenas, pensando na oferta possível de

proteína para a alimentação.⁴¹ A disseminação de açudes parte de uma visão simplista baseado no conceito de abundância de água no sul do Brasil. Isso está deixando de ser verdadeiro, vide as secas nos últimos anos no RS, é os açudes são altamente impactante ao meio ambiente por drenar banhados e represar as vertentes. As nascentes são fundamentais para os Kaingang tanto do para a sobrevivência física como cultural, todas as curas e purificações, vários tipos de práticas de medicina indígenas estão relacionadas as nascentes e olhos d'água corrente.

Observe-se o levantamento de uso do solo das áreas Barra Seca e Kandóia, constante do *Estudo do Componente Indígena* acima citado (p. 57-58). Trata-se de perfis e vocações distintas e complementares, situando-se, na Gleba A – Votouro Velho (Kandóia) as áreas mais apropriadas (e efetivamente empregadas) à agricultura, e na Gleba B – Barra Seca, áreas mais apropriadas à preservação e, mais propriamente, recuperação florestal.

Tabela 7. Uso e cobertura do solo na área em demarcação Barra Seca.

Classe	ha*	%
Agricultura	31,1	0,9
Agricultura (solo exposto)	61,0	1,9
Corpo d'água	15,3	0,5
Vegetação herbácea	165,0	5,0
Vegetação herbácea/arbustiva	1.390,0	42,4
Vegetação arbórea secundária	193,5	5,9
Vegetação arbórea climática/secundária avançada	1.420,3	43,4
TOTAL	3.276,2	100,0

* as áreas apresentadas nas tabelas foram obtidas a partir do sistema de informações geográficas (SIG), podendo haver discrepâncias com relação às áreas que constam dos documentos oficiais da FUNAI.

Tabela 9. Uso e cobertura do solo na área em demarcação Kandóia.

Classe	ha	%
Agricultura	1114,7	41,2
Agricultura (solo exposto)	173,2	6,4
Corpo d'água	11,2	0,4
Vegetação herbácea	6,4	0,2
Vegetação herbácea/arbustiva	875,6	32,4
Vegetação arbórea secundária	165,7	6,1
Vegetação arbórea climática/secundária avançada	358,4	13,2
TOTAL	2.705,2	100,0

Proc. Nº
Fls.
Rubrica

Segundo o Relatório do grupo responsável pelo Estudo de Complementação do Licenciamento Ambiental – Componente Indígena, da UHE Monjolinho,

⁴¹ Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. A Regional Erechim, da Emater-RS, abrange 50 municípios, incluídos os que têm parte das terras indígenas de Votouro.

Os índios falam da perda de referências sócio-espaciais e culturais por conta do alagamento de áreas tradicionais e da perda das conexões através de trilhas entre as TIs. (Giannini et al. 2009, p. 156)

O impacto real, no entanto, segundo o mesmo documento, limita-se à porção marginal do Rio Erechim na Gleba B – Barra Seca, a única que

será diretamente afetada. O curso do rio Erechim e o arroio faxinalzinho terão uma elevação no volume de água na calha dos rios, atingindo uma faixa de mata ciliar. No caso específico da margem do faxinalzinho o desmatamento já foi realizado. No caso do rio Erechim o desmatamento não será realizado, pois causaria um impacto maior, devido à declividade acentuada nas margens do rio. Não haverá alagamento propriamente dito e sim uma elevação da água no canal, mas os índios irão perder uma parcela de mata ciliar, mantida até hoje pela dificuldade de acesso para atividades desenvolvidas pelos pequenos agricultores da região. (Giannini et al., p. 157)

Na conclusão dos autores do Relatório,

A área que eles reivindicam e que irão perder é a área que será ocupada pela elevação da água na calha do rio. O alagamento mais a área de sobreposição da APP, por menor que seja, poderá dar aos índios, o direito a uma compensação, traduzida em programas de longo prazo. Direito a compensação pelo fato de concederem a terceiros a ocupação, pelo tempo concedido, isto é, enquanto houver ocupação por terceiros. (Giannini et al., p. 158)

Proc. nº 221/03
Fls. 150
Rubrica [assinatura]

V - QUINTA PARTE: Reprodução Física e Cultural

Proc. Nº 221/2003
Fls. 659
Rubrica [assinatura]

a) dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;

b) descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de uso rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc. explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto;

c) identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo indígena, explicitando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim;

Proc. Nº 221/2003
6551
Proc. nº 221/03
Fls. 151
Rubrica [assinatura]

V. Reprodução Física e Cultural

As considerações sobre aspectos da reprodução física e cultural serão tratadas a partir da análise de dados sobre a população e sobre a situação atual, a qual inclui informações sobre saúde, educação e organização política. Os aspectos relacionados à história e cosmologia do grupo serão apontados tomando como referências as informações já apresentadas na *parte II* do presente relatório. Sobre esta temática serão discutidas as diferentes perspectivas destas duas comunidades indígenas com relação a suas definições de território tradicional.

V.1. População no Acampamento Kandóia

1.a) População

O Acampamento Kandóia conta, atualmente, com 43 famílias e 168 pessoas. Em seu início contava com 59 famílias, totalizando 262 pessoas. De acordo com os dados registrados pela agente indígena de saúde, a população do Acampamento Kandóia apresenta distribuição etária semelhante aquela de outras terras indígenas kaingang, ou seja, cerca de 40% da população é constituída por indivíduos com menos de 5 anos de idade. No Acampamento Kandóia são, precisamente, 98 crianças com menos de cinco anos. Os idosos, em contrapartida, são em número muito reduzido (atualmente totalizam oito indivíduos). Ainda segundo os dados da agente indígena de saúde, as mulheres do Acampamento têm, em média, 6 filhos, sendo que a primeira gestação ocorre por volta dos 15 anos de idade e o tempo entre os nascimentos é de pouco mais de um ano. Este dado é semelhante a outros contextos indígenas no sul do Brasil e demonstra uma vigorosa recuperação demográfica desta população.

1.b) Situação atual

Embora as considerações sobre a população no Acampamento Kandóia apresentem índices de vertiginoso crescimento populacional, é preciso considerar que as condições de saúde no local são precárias. Atualmente o Acampamento Kandóia é formado por 45 barracos e duas casas. Os barracos são cobertos com lona e estruturados com pedaços de

madeira improvisados. Apenas as duas casas e dois barracos possuem energia elétrica e apenas as duas casas possuem água encanada. Como a área do Acampamento é muito reduzida (6 ha), e tendo em vista que não há sistema de saneamento, as condições de higiene são precárias. No início do acampamento um único córrego que atravessa o Acampamento era utilizado por todos para múltiplos fins: captação de água, banho, limpeza de roupas, etc... Este córrego, porém, está poluído, afirmam os indígenas. Diz um indígena entrevistado no Acampamento:

“os rios que passam no meio do acampamento estão intoxicados. Tem colono que despeja restos de gado abatido, galão de veneno, cachorro morto no rio. É lá que nós tomamos banho. Tá difícil. Nós estamos pedindo providências, mas até agora nada. É situação de emergência.”

Em 2009 as condições de saúde melhoraram com a chegada de água tratada colocada pela FUNASA e assistência de saúde. Com relação ao lixo, os resíduos sólidos estão sendo coletados pela prefeitura de Faxinalzinho.

Desde o início do Acampamento houve quatro mortes entre os acampados: duas crianças, uma idosa e um jovem. As duas primeiras mortes, ocorridas ainda em 2003, resultaram na criação de um cemitério no interior do Acampamento. Segundo informou o cacique do Acampamento, os indígenas foram impedidos de sepultar as duas crianças que haviam falecido tanto no cemitério dos não indígenas, na localidade Votouro Velho, quanto no cemitério dos indígenas, na TI Votouro. Por ocasião do falecimento da idosa os indígenas optaram por não sepultá-la no Acampamento, pois o sepultamento de um idoso em cemitério recente é, para os Kaingang, prenúncio de uma sequência de mortes entre os idosos da comunidade. Neste caso, eles realizaram o sepultamento no cemitério da TI Votouro. Contam os acampados que este sepultamento foi realizado durante a noite, para evitar possível confronto com os Kaingang daquela comunidade.

Os casos de falecimento apresentados acima são, na perspectiva indígena, uma exceção no quadro geral de saúde. De certa forma, é motivo de orgulho para todos que, mesmo em condições tão adversas, as condições gerais de saúde sejam razoáveis. Com efeito, segundo os dados da agente indígena de saúde as doenças que acometem a comunidade não diferem de outros contextos, isto é: problemas de contaminação pela água (já foram registrados 12 casos de intoxicação) e problemas respiratórios nos períodos mais frios do ano.

Nos primeiros meses do Acampamento, em 2002, as crianças em idade escolar não tiveram acesso à escola. A situação de conflito entre os acampados, os indígenas da TI Votouro e os não indígenas do município de Faxinalzinho impediu que as crianças fossem matriculadas nas escolas da região. Esta situação foi contornada com a contratação de dois professores indígenas pela escola instalada na localidade Votouro Velho, onde hoje as crianças indígenas estudam ao lado das crianças não indígenas.

A organização política no Acampamento Kandóia segue a estrutura das demais comunidades indígenas kaingang. Isto é, a vida política da comunidade está organizada em torno da figura do cacique, do vice-cacique e da liderança indígena. A liderança indígena é atualmente composta pelas seguintes posições: 6 conselheiros, coronel, capitão, tenente, major, sargento, cabo e 4 policiais. Como dito acima, esta distribuição de autoridades políticas é comum aos Kaingang, porém, no caso do Acampamento Kandóia, as funções políticas estão voltadas, prioritariamente, para os encaminhamentos referentes ao processo de reivindicação territorial. Efetivamente, o controle social, principal característica da organização política kaingang, é atuação secundária da atual liderança.

V.2. População na T.I. Votouro

A tabela a seguir dá uma visão do crescimento populacional na T.I. Votouro ao longo do último século:

ANO	POPULAÇ	Fonte
1920	137	Secr. Obras Públicas RS
1945	220	SPI
1976	385	FUNAI
1994	783	Marcon (1994)
2009	1.370 *	FUNASA

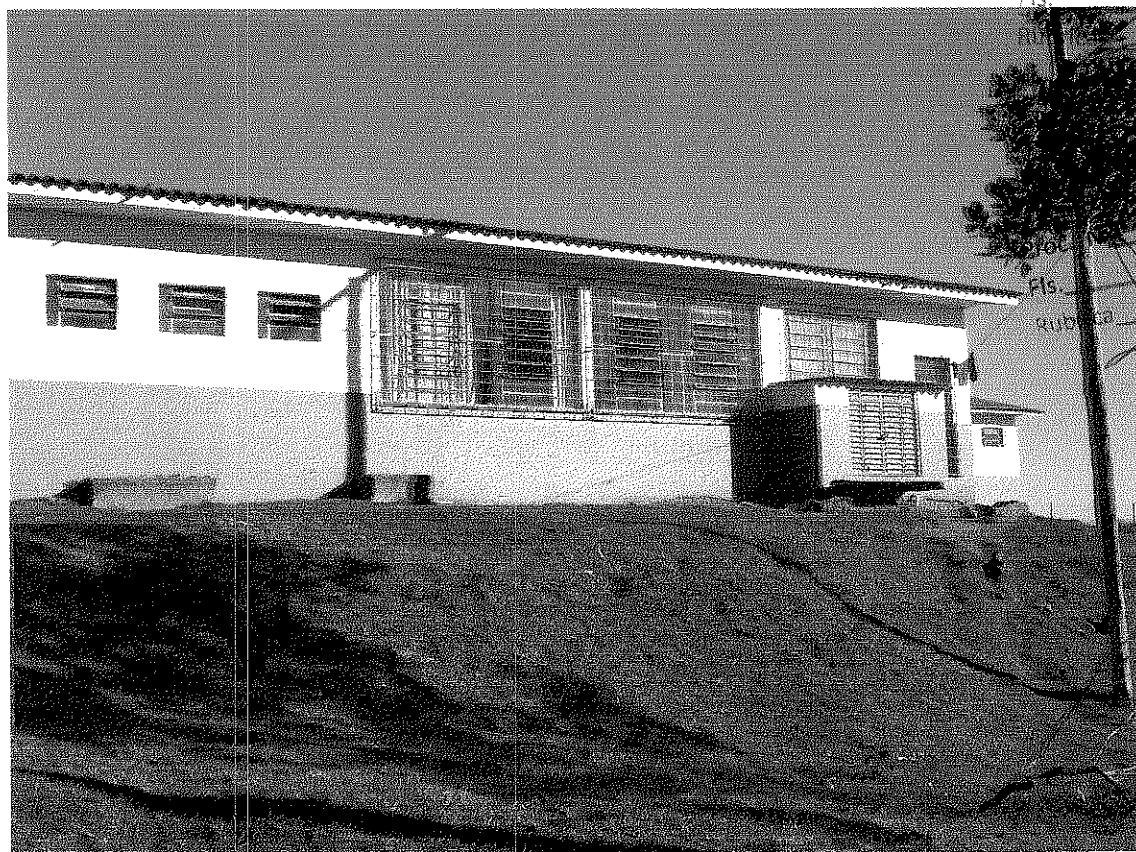
(*) nesta tabela, somam-se as populações da T.I Votouro com Acampamento Kandóia, único modo de comparar com os dados de anos anteriores

O crescimento populacional kaingang no Votouro, na última década e meia (1994 a 2009) se fez à taxa média de 3,8% ao ano. Essa taxa é ligeiramente menor que os 4% ao ano, em média, que marcaram o crescimento populacional da mesma comunidade nas duas décadas anteriores (1976 a 1994).

A população na TI Votouro (exclusivamente, sem incluir os integrantes do Acampamento Kandóia) é, atualmente, de 195 famílias, totalizando 1.200 indivíduos. A distribuição etária desta população, segundo os dados da Fundação Nacional de Saúde, segue o padrão registrado em outras terras indígenas kaingang, isto é, cerca de 40% da população é formada por indivíduos com menos de cinco anos. Neste, como em outros contextos indígenas no sul do Brasil, é possível projetar um expressivo crescimento populacional.

Diferentemente dos dados sobre a população, a caracterização da situação atual na TI Votouro apresenta marcadas distinções com relação àquela encontrada no Acampamento Kandóia. Efetivamente, sendo a TI Votouro uma terra indígena demarcada as condições de vida da população são mais estáveis. Como já mencionado a área total da T.I. Votouro é de 3.361 hectares, tendo a maior parte desta área sido desmatada em décadas passadas. Atualmente há pequenas porções de matas próximas aos córregos e áreas com declividade muito acentuada, portanto, impróprias para o plantio. A distribuição das casas pelo interior desta T.I. está dividida em seis aldeias ou setores, como dizem: aldeia da Sede, Campina, Palmeira, Maria da Silva, Faxinalzinho e Barra Seca. Muitas casas encontram-se atualmente em estado precário de conservação. Segundo o chefe do posto indígena o déficit habitacional é um dos maiores problemas da comunidade atualmente.

A aldeia da Sede concentra a maior parte da população. É nesta localidade que estão as igrejas (Católica, Só o Senhor é Deus, Assembléia de Deus e Igreja do Evangelho Mundial), duas das três escolas da T.I., o posto de saúde e o escritório (posto da FUNAI). A aldeia da Sede pode ser considerada como o centro geográfico e sócio-político da T.I. Votouro – seguindo pela estrada que corta a T.I., esta aldeia está a 5Km de distância do núcleo urbano do município de Faxinalzinho e a 5Km da Vila Palmeira, município de Benjamin Constant do Sul.



Escola da sede – pré escola à 9ª série. Foto: Juracilda Veiga.

A maioria das casas tem luz. O abastecimento de água ainda é um problema para a comunidade. Muitas casas não estão ligadas à rede de água. Muitos entrevistados demonstraram preocupação com a péssima qualidade da água. A poluição das águas está diretamente relacionada ao uso não orientado de agrotóxicos.

A organização política da T.I. Votouro apresenta a seguinte estrutura: o cacique, o vice-cacique, o coronel, o major, o capitão, o sargento, o cabo, 8 policiais e 20 conselheiros. Os instrumentos que a liderança dispõe para implementar suas decisões são amplamente conhecidos pela comunidade, suas formas mais comuns são: o aconselhamento e a prisão. Segundo vários entrevistados, a maioria das prisões ocorre por causa de bebida alcoólica e de briga de casal. O aconselhamento é uma forma mais branda de tratamento com infratores e também é uma forma de ratificar pacificamente o poder decisório da liderança – como no caso, já mencionado, de confirmação da escolha de um local para residência de um novo casal. Como medida extrema a liderança pode forçar a transferência de um infrator para outra terra indígena. A decisão sobre as transferências está relacionada aos casos em que uma determinada agressão suscita espírito de vingança por parte dos

familiares da vítima. Casos extremos, como assassinato ente índios, podem ser tratado desta forma.

Segundo o cacique, os membros da Liderança na T.I. Votouro se reúnem a cada trinta dias, momento em que tratam de assuntos gerais da comunidade. A cada sessenta dias é realizada uma reunião com a comunidade, da qual participam, aproximadamente 150 pessoas, homens e mulheres com idade superior a 18 anos. Nestas reuniões são tornadas públicas as decisões mais importantes da agenda política local.

Proc. N^o 221/2000
Fls. 060
Rubrica

Proc. n^o 221/09
Fls. 56
Rubrica

V.3. Referências à cosmologia e história

Segundo Schaden (1988 ; 107-8), *“o mito tribal dos Kaingang é ao mesmo tempo o seu mito heróico. Dentre as partes que o compõe destacam-se os episódios do dilúvio, da formação de acidentes geográficos, da criação dos animais e da instituição de cantos e danças.”* Os protagonistas do mito são os ancestrais dos atuais Kaingang.

Na versão daquele mito, apresentada por Nimuendajú, consta que irmãos Kamê e Kanhru fizeram todas as plantas e animais, os quais seriam reconhecidos pelas marcas e aspectos físicos associados ao respectivo criador:

A tradição dos Kaingang conta que os primeiros desta nação saíram do chão, por isso eles têm a cor de terra. Saíram em dois grupos, chefiados por dois irmãos de nome Kañeru e Kamé, sendo que aquele saiu primeiro. Cada um já trouxe um número de gente de ambos os sexos. Dizem que Kañeru e a sua gente toda eram de corpo fino, peludo, pés pequenos, ligeiros tanto nos seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativas. Kamé e os seus companheiros, ao contrário, eram de corpo grosso, pés grandes, e vagarosos nos seus movimentos e resoluções. Como foram estes dois irmãos que fizeram todas as plantas e animais, e que povoaram a terra com seus descendentes, não há nada neste mundo fora da terra, dos céus, da água, e do fogo, que não pertença ou ao clã Kañeru ou ao de Kamé. Todos ainda manifestam a sua descendência ou pelo seu temperamento ou pelos traços físicos pela pinta. O Kaingang reconhece estas pintas tanto no couro dos animais como nas penas dos passarinhos, como também na casca, nas folhas, ou na madeira das plantas. (Nimuendajú, 1993:58-9).

O mito fundante da cosmologia Kaingáng atribui aos irmãos Kamê e Kanhru a origem de todo o universo, cada um tendo se apropriado dos seres que criou, a partir daí pertencentes a cada um, através de seu clã. Os índios ligados aos dois clãs se respeitam e completam mutuamente, apesar da rivalidade existente entre os clãs. Através dos

casamentos entre os clãs, os Kaingáng mantém viva a tradição e as explicações de mundo daí derivadas, que repercutem na religiosidade, na alimentação e na medicina do grupo, ainda que estas encontrem-se fragilizadas. Deste modo, a relação com a exterioridade se dá sempre em observância ao respeito ao clã, e se manifesta em ações cotidianas, como o respeito do caçador para com a caça dos animais de seu clã ou na guia espiritual que possibilita o dom da cura aos *Kujá*. Existem seres com os quais ambos os clãs se identificam, como a onça (ou jaguar), principal animal que oferece guia espiritual aos *Kujá*. Neste caso, as variedades de cada onça são sinalizadas para o animal que pertence ou faz referência a um clã: a onça pintada é Kamé, a listrada é Kaneru; mato preto Kamé, mato branco Kaneru; araucária Kamé, cedro Kaneru. (Oliveira, 1996, Veiga, 2006). A pinta e a lista constituem os grafismos que diferenciam um grupo de outro em suas pinturas corporais.

Conforme relata Oliveira (1996), na região do Alto rio Uruguai, “segundo depoimento de antigos, os Kaingáng fixavam seus toldos (aldeamentos) em locais próximos de águas, preferencialmente lagos ou lajeados de rios, próximo de mato, de capões abrigados de vento” (Oliveira, 1996: 20, parênteses do original). Dos hábitos Kaingáng, muitos deles denotam esta preocupação com a direção onde nasce ou onde “se esconde” o sol. A coleta de partes de árvores para chás e remédios, por exemplo, deve sempre ser feita na direção do sol nascente. Já o enterro dos entes observa uma direção para cada clã: Kamé para o Oeste e Kanhrú para o leste. Da mesma forma, os antigos mencionam a importância de banhar-se em água corrente antes do sol nascer para o advento de uma vida longa (Veiga, 2006). Muitas destas características foram ou têm sido abandonadas. No entanto é nas famílias que se pode perceber a conservação de elementos essenciais da cultura Kaingang como a nomeação com nome kaingang nas crianças que nascem e a manutenção das regras de casamento: considerado correto o casamento onde há aliança entre as metades, casando os Kamé com os Kanhrú, não haver casamento com pessoas da mesma marca. Essas práticas se efetuam ainda na terra indígena Votouro/Kandóia sendo mencionadas nos depoimentos anteriores referindo-se a necessidade por exemplo de se importar uma mulher Kanhrukré de Nonoai para se casar com o cacique João domingos Kandóia que era da metade Kamé.

V.3.a Patrilinearidade e nomeação

Os Kaingang atribuem o pertencimento de uma pessoa a metade de seu pai. Assim todo filho ou filha de homem Kanhrú será Kanhrú e filho de homem Kamé será Kamé.

Idealmente cada pessoa terá um nome próprio relacionado a metade a qual pertence, mas em casos de doença pode trocar de nome tomando o nome um nome do acervo de nomes da metade oposta. Ele continuará pertencendo a metade de seu pai, mas por trazer o nome da outra metade compartilha também os atributos desta, sendo pintado com as duas pinturas e sendo considerado rã rengre, de duas marcas. Num passado não muito distante os Kaingang possuíam além das metades: Kanhru (relacionada a lua, as pinturas com pontos) Kamẽ (relacionada ao sol, as pinturas com riscos), mais uma sessão relacionada a cada metade. Pertencendo Metade dos que se pintam com motivos redondos, os Kanhru e Votor e, os que se pintam com motivos compridos os Kamẽ e os Wonhétky. No interior de cada metade algumas pessoas são escolhidas para pertencerem a categoria dos servidores ou pẽj (pẽin). Essas pessoas são responsáveis por todas as prestações de serviços relacionadas a morte e ao luto. Os pẽj da metade oposta é que cuidarão do morto (banhar, vestir, carregar, abrir a sepultura e enterrar) , também cuidaram do retiro do viúvo ou da viúva que deve guardar um periodo de 8 a 20 dias longe de seus familiares. No passado o pẽj construía no mato um pequeno abrigo onde o viúvo ou viúva ficava deitado, compartilhando nesse sentido ritual, da passagem pela morte de seu cônjuge. Ao final desse período no qual era servido por um pẽj este o conduzia a um arroio cortava os seus cabelos, suas unhas, dava-lhe um banho ritual para livrá-lo de qualquer resquício do morto e ele era então reintegrado a comunidade através de uma refeição comunitária, a final da qual podia então tocar nas pessoas, pegar os netos no colo e voltar para casa. Essas prática familiares continuam a existir na comunidade de Votouro/Kandóia mas por serem de caráter privado muitas vezes passam despercebido do pesquisador.

A função cerimonial dos pẽj está relacionada ao nome recebido. Quando a criança nasce fraca, ou é tomada por uma doença grave, a ela se atribui um nome pẽj, que a torna invulnerável ao espírito dos mortos aos quais invariavelmente estão associadas às doenças. Na sociedade kaingang o nome equivale a uma carteira de identidade. Ele registra a metade a que a pessoa pertence, e se ocupa uma função cerimonial. O nome está entre os bens mais preciosos. Ele só pode ser reutilizado depois do ritual do kiki, quando o indivíduo que o usava passa para a categoria de ancestral, rompendo definitivamente com os laços que o prendia a comunidade terrena. Atualmente com a impossibilidade da realização do Kiki na maioria das comunidades Kaingang, por falta de rezadores, se utiliza o tempo para mitigar os perigos da proximidade com os espíritos dos mortos. Normalmente os nomes reutilizados pertencem à geração do bisavô da criança. Através da retomada e utilização dos nomes antigos a sociedade Kaingang se recria continuamente como uma sociedade igual à

primeira criada pelos ancestrais, a primeira que houve sobre a terra. Apenas após o contato e a utilização dos nomes cristãos os kaingang adotaram sobrenomes.

V.3.b Residência do casal após o matrimônio

Proc. Nº 221/2003
Fls. 663
tribuna

Proc. nº 221/03
Fls. 159
Rubrica

O padrão de residência era normalmente uxorilocal, dentro da nossa visão ocidental, o marido ao se casar ia morar no local de residência da esposa. Na visão Kaingang ele se desloca para casa dos aliados de seu pai. Ia morar com os sogros a quem devia servir. Atualmente embora apresentem-se nominalmente como famílias nucleares, ainda há casais que vivem na mesma casa ou segmentos residenciais do sogro do rapaz.

Os Kaingang tradicionalmente construíam grandes casas onde vivia uma família extensa composta de pelo menos três gerações que vão de avós a netos.

V.3.c Terminologia de parentesco

Na sociedade Kaingang não havia termo exclusivo para genitor e genitora dada a equivalência terminológica entre o pai e os irmãos deste e entre a mãe e as irmãs desta, os Kaingang passaram a adotar o termo *imãeti* e *ipaiti* como equivalente das nossas noções de genitor e a genitora. Reservando o termo *ijóg* para irmão do pai e o termo *nã* ou *nhã* para irmã da mãe.

O termo tio e tia passou em muitas áreas a denominar sogro e sogra (como termo vocativo) por ser equivalente aos termos *mbâ* (irmã do pai e também sogra) e *kakrô* (irmão da mãe e também sogro) entendendo que ao irmão da mãe e a irmã do pai nos referimos por tios⁴².” (Veiga 1998)

V.3.d alimentação Kaingang

A alimentação dos antigos Kaingáng era constituída principalmente de caças, peixes, milho, do pinhão, da erva-mate, tubérculos, raízes e diversos outros produtos coletados nas matas e ligados à cultura tradicional do grupo, como a bergamota e o cipó-banana *Ko*. De outros cipós, extraem corantes e sumos diversos (como o cipó São João / *mrûr*), fibras e a própria matéria prima para seus artesanatos, bem como as ervas curativas.

⁴² Para um conhecimento mais aprofundado das relações de parentesco e suas terminologias, ver Veiga 1994 (114 e 125) e Veiga 2006.

Proc. nº 02463
Fls. 760
Rubrica *[assinatura]*

Lideranças do acampamento Kandóia mostram a produção de milho antigo – Nhór Kunguru

Os Kaingang possuíam uma agricultura que completava sua dieta baseada na caça (anta, coati, queixada e outros animais de menor porte), pesca e coleta (de pinhões, frutas silvestres e mel de várias abelhas indígenas: mirim, lixiguana, xug, guaraipo, etc.).

Como alimento cotidiano os Kaingang usam feijão preto e o arroz. É também comum o uso de fubá torrado para se comer com feijão. O fubá vem a substituir a uma farinha muito saborosa, de fabrico tradicional dos Kaingang, que se chama pixé. Como subproduto desse processo retiram a canjica que é comida sempre cozida sem sal para acompanhar o consumo de carne ou feijão. Além disso, coletam ainda várias folhas usadas como verduras cozidas e preparadas como nossos refogados de couve ou espinafres são: o kumi, folha da mandioca brava, o fuá = conhecido como maria-preta, ngrâ = caraguatá, pyrfé = folhas novas da ortiga grande e ainda os almerões do mato. É importante dizer que no contexto atual há um empobrecimento da qualidade dos alimentos decorrentes da desestruturação econômica e da degradação do meio ambiente. Antigos hábitos alimentares vão sendo perdidos: carnes de caça, peixe, uma profusão de frutas que cresciam nos matos e também os milhos tradicionais e outras sementes nativas que praticamente desapareceram pela introdução do milho híbrido, cuja semente não é renovável além de, por qualquer descuido se misturar (castiçar) com as sementes nativas. Havendo a perda de bens e

tecnologias que eles dominavam caem no empobrecimento e na dependência, pela impossibilidade de adquirir produtos do mesmo valor nutritivo, que agora só podem ser adquiridos por compra: como a carne, o peixe, as frutas e mesmo as sementes para as plantações. Nessas condições acaba sendo comum o acesso apenas a produtos de qualidade inferior como os galletos e o arroz.

Os Kaingang possuem um mito de criação da agricultura registrado por Telêmaco Borba: um velho Kaingang de nome Nhara = milho (dialetos Kaingang do Paraná), apiedando-se de seus parentes que, em épocas de escassez, passavam fome, mandou que seus parentes o imolassem. Depois da recusa inicial, finalmente atenderam sua vontade, convencidos por ele, dessa necessidade. Morto e enterrado, de seu corpo brotaram as sementes cultivadas e preservadas pelos Kaingang o milho, o feijão e a moranga. (Cf BORBA 1908:23)

Alguns grupos Kaingang ainda conservam suas sementes originais não híbridas que plantam em pequenas quantidades para o consumo familiar (ver foto em anexo). Esses milhos, das mais variadas cores e peculiaridades, constituem uma das maiores riquezas dos Kaingang. Na área do Ventarra (próxima a Votouro) listaram-me as seguintes espécies nativas:

nhór kané mbâg	= milho taquara
nhór kané titéi	= milho cunha
nhór kunguhu	= milho branco
nhóru	= milho pipoca
e pého kanhér	= moranga pequena

221/2003
Proc. Nº
Fls.
Rubrica

Normalmente é comum roças feitas em capoeirão derrubado a foice seguido de queimada, a chamada roça de coivara. Nas terras de roças mais antigas é comum o uso de arados puxados por bois. Para a plantação de milho e feijão utilizam máquinas manuais. Como os Kaingang não conheciam metal, derrubavam as roças nos taquaraes e nelas plantavam seus produtos principais milho, feijão e abóbora, explorando três níveis: plantas rasteiras: abóboras, plantas de médio porte feijão e plantas altas o milho. Para plantar os Kaingang utilizavam-se de um pau pontudo chamado **chacho** que lhes servia de cavadeira. No acampamento Kandóia nos apresentaram o milho *caiano*, ou palha roxa que segundo eles é remédio para varicela. (Veiga 2009 – caderno de campo)

Caça e pesca são duas atividades que aos poucos, tem perdido importância na alimentação dos Kaingáng das comunidades visitadas, diante do “sumiço dos peixes”,

resultado de mais de quatro décadas de atividades agrícolas no entorno. Aspecto importante da produção e consumo dos kaingang é o pinhão e a erva mate nativos de suas terras.

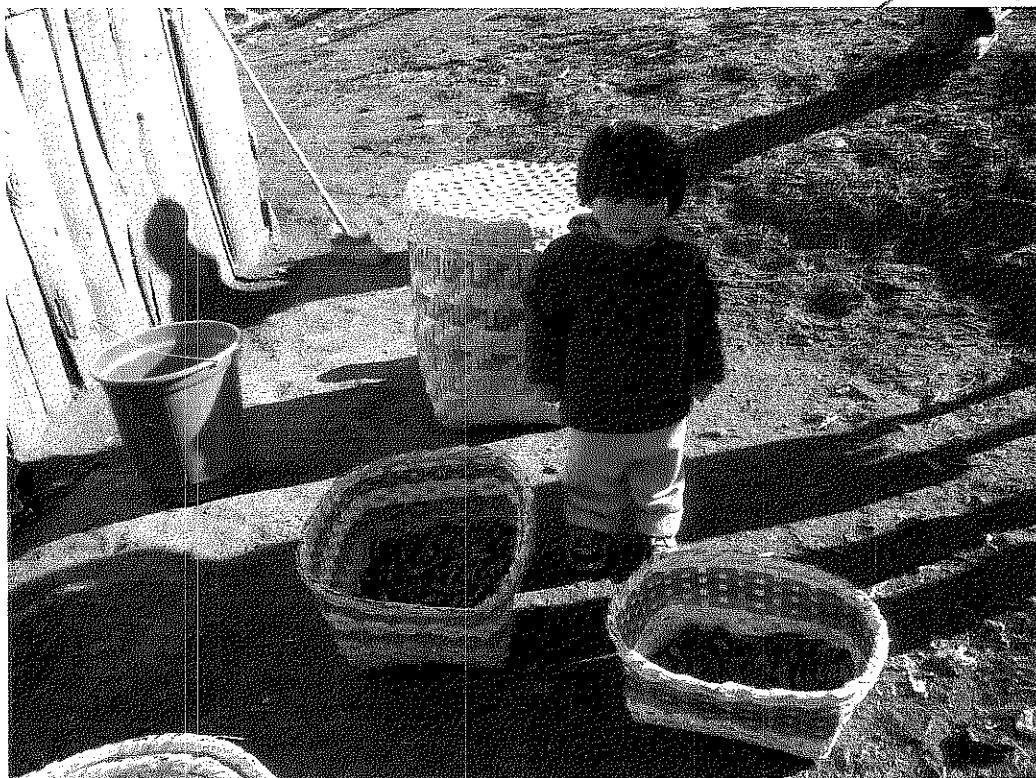
Em 2009 os pinheirais de Votouro Velho foram generosos com uma boa produção de seus frutos, permitindo um melhor nível de alimentação dos acampados.

Com o pinhão os Kaingang fazem farinha de pinhão, podem também conservá-los em cestos dentro dos poços dos rios para comê-lo azedo chamam a esse pinhão de òkór. Mas uma forma rápida e muito saborosa é o pinhão sapecado como se pode ver nessa seqüência de fotos do início de Julho de 2009.

Em “Notícia descritiva da Região Missioneira”, Evaristo Afonso de Castro dá a seguinte descrição sobre a conservação dos pinhões:

Para conseguirem a maturidade dos milhos e outros frutos, usavam os caciques da previdência, afim dos índios não consumirem enquanto verdes, de mandá-los com suas famílias, saírem no tempo apropriado, à caça e à colheita de frutos silvestres e de mel, bem como no tempo da maturidade dos pinhões, frutos dos pinheiros que duram do mês de Março a Junho, saírem a colhe-los, fazendo grandes provisões deles por muitos meses, conservando-os por meio de um processo engenhoso, que é o seguinte:preparam jacás de taquara do tamanho apropriado para conduzir nas costas, depois de cheio com pinhões,os deitam de molho na água corrente por alguns dias, depois do que o estendem ao sol para secar bem., feito isso conduzem os jacás para os seus ranchos carregando-o nas costas, preso à testa por uma alça de embira, e lá os estendem sobre geraus de taquara armados por cima do fogão, onde recebem fumaça; deste modo conservam-se os frutos do pinheiro por muitos meses, sem se alterarem , e com eles preparam excelente farinha, substancial e saborosa.

Os pinhões começam a cair dos pinheiros, debulhando-se das pinhas depois da primeira geada, e para os índios fazerem a escolha (sic) das pinhas antes dos pinhões caírem, sobem aos mais altos pinheiros, levando uma taquara consigo atada aos pés com uma manieia de cipó, a qual faz resistência sobre o tronco da árvore. Os grande butiazais de Santa Rosa e outros lugares também fornece-lhes um meio de alimentação abundante, aproveitando do butiá, não só o polpo, como o coquinho, que é saboroso, e muito oleoso, e bem assim como o miolo da palmeira. que fornece excelente palmito que comem assado. (apud Laytano 1957:204)



Nº 221/2003
667
CA

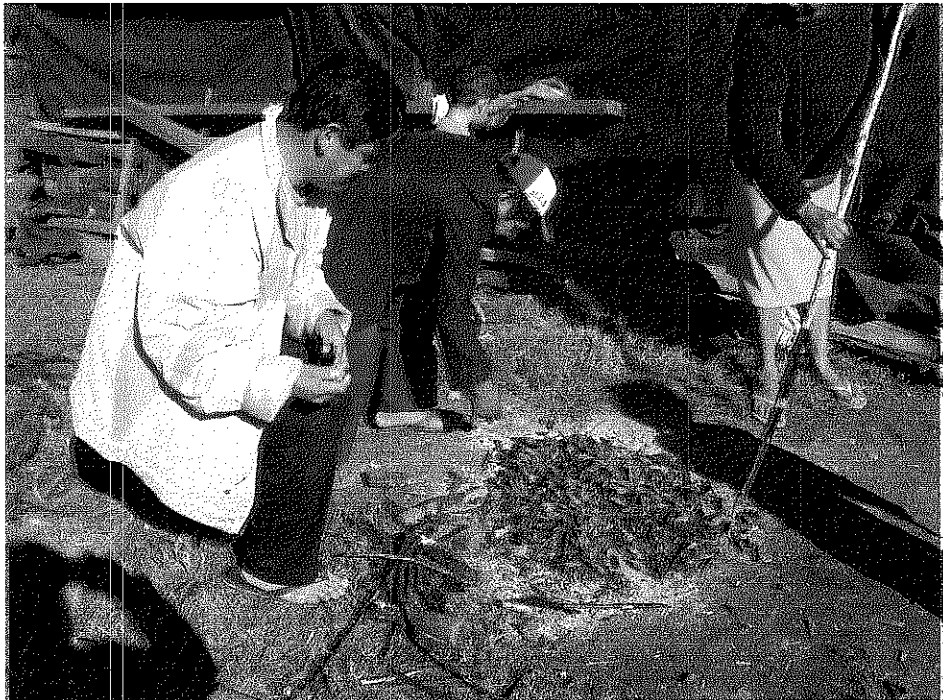
Os pinhões apanhados em cestos são levados para o fogo rápido feito com grimpa (galhos secos) de pinheiro. Foto: Juracilda Veiga, 2009.



Os pinhões são colocados diretamente sobre as grimpas acesas. Fotos. J. Veiga 2009



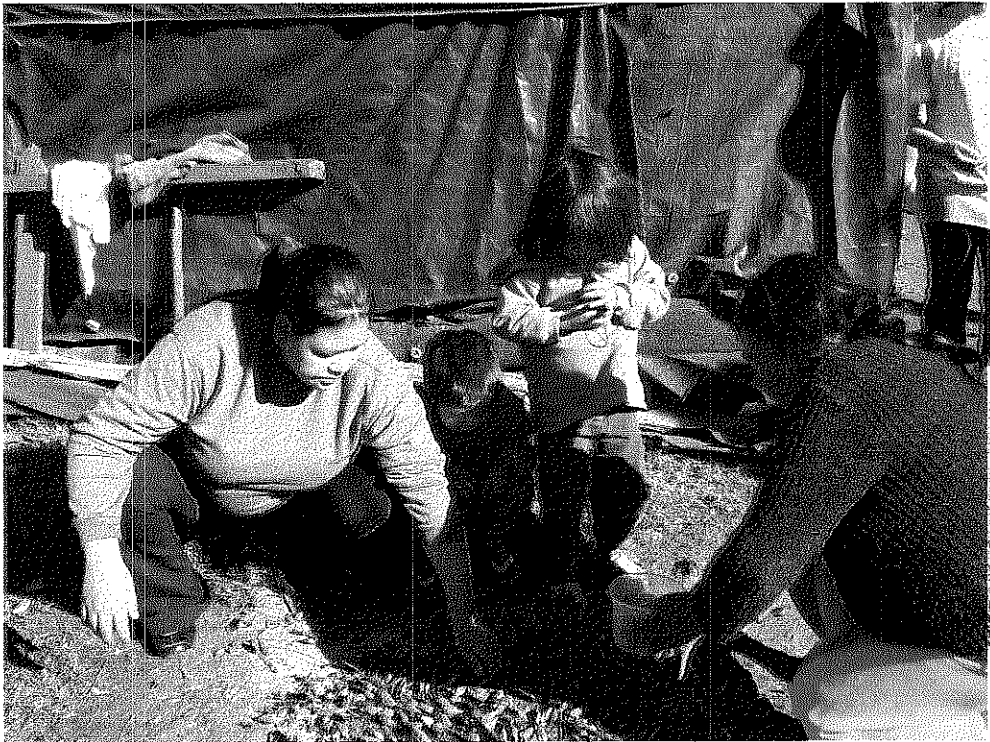
Com um bastão mexem o foto até que ele se extinga. Fotos: Juracilda Veiga, 2009.



Proc. nº 22103
Fls. 165
Rubrica [assinatura]

Proc. Nº 221/2003
Fls. 071
Rubrica [assinatura]

[assinatura]



Recolhem-se os pinhões, que são macetados para saírem da casca. Fotos: J.Veiga

EM BRANCO



Os pinhões estão prontos para serem saboreados

As pinhas devem ser colhidas a partir de 15 de Abril. Há uma espécie de pinheiro tardio, cujas pinhas estão maduras no mês de Junho e Julho. Esse pinheiro é chamado de *pinheiro macaco*, ou *Fág Kajêr*. Dependendo da terra, ele já começa a produzir pinha com 12 anos.

V.4. Restrição territorial, conflito de práticas e assimilações da cultura não-indígena

O contato e as conseqüentes frentes de ocupação do território que se intensificaram a partir do século XIX e impuseram aos Kaingáng o recuo de suas áreas tradicionais restringindo-os às áreas atualmente ocupadas. Este recuo trouxe mudanças culturais e obrigou os Kaingáng a agregar novos valores à *cosmovisão* do grupo, repercutindo na percepção e no uso do território. Este fato impõe a releitura de saberes antigos, inclusive os relacionados à natureza, devido à nova realidade: a restrição territorial e a degradação dos recursos ambientais. Com a restrição territorial, as terras indígenas passam a atravessar conflitos internos que resultam de diferentes projetos para uso do solo, resultado da assimilação por parte dos indígenas da ideologia produtiva que vem do entorno das comunidades. Esses conflitos que tem levado muitas famílias à migração constante entre as terras indígenas, em busca de espaço para desenvolver suas atividades tradicionais, e coletar alimentos e material de artesanato como cipós e fibras.

A produção no entorno das áreas indígenas, corresponde principalmente a cultivos temporários de soja, trigo, milho e feijão (safra e safrinha), em detrimento de

Proc. nº 221/2003
Fls. 106
Rubrica [assinatura]

Proc. Nº 221/2003
Fls. 672
Rubrica [assinatura]

EM BRANCO

lavouras permanentes típicas da região, como o pinhão, a erva-mate. Estas últimas, por serem nativas, são menos lesivas ao ambiente e constituem importantes opções econômicas para os indígenas e para as populações mestiças da região. A mudança nas práticas sócio-espaciais (e conseqüentemente na paisagem) foi aprofundada principalmente após o processo de imigração, quando o espaço passa a ser concebido pelo seu valor-de-troca, e o processo de acumulação que se realiza com o ciclo da safra. O reflexo sócio-espacial desta prática impôs ainda uma mudança de paradigmas no sistema de valores Kaingáng:

Proc. nº 221/2003

Fls. 67

Rubrica

ao alterar a relação com o território, modifica-se o modo de lidar com a natureza aí presente, [logo] ocorreram mudanças progressivas no modo de vida da população – uma vez que houve perdas de elementos que tradicionalmente eram essenciais para os Kaingáng. Escasseou-se a mata nativa e, com ela, a alimentação (caça, pesca e coleta); os materiais necessários para confecção de casas, armas e especiarias (remédios e tintas, por exemplo), com isso, a organização social e os elementos cosmológicos sofreram progressivas alterações. (Oliveira: p. 22).

Estas condições sugerem, portanto, o antagonismo das práticas espaciais indígenas e dos colonos na região, em detrimento do disposto constitucional (Artigo 231 § 1º)⁴³, pois o impacto destas últimas afetam as tradições indígenas e as obriga à atualização de sua cosmologia e/ou à adoção de novos valores e práticas.

Considerada a realidade territorial dos Kaingáng, chega-se à conclusão de que não apenas seus aspectos culturais, mas também sua prática espacial, reflexo da primeira, encontra-se bastante fragilizada pelas condições ambientais impostas, onde lavouras mecanizadas sobrepujaram áreas de mata e grande parte dos ambientes. As matas encontram-se restritas às ilhas de florestas, situadas principalmente em áreas protegidas, sejam nos parques e áreas de proteção ambiental, sejam as próprias áreas indígenas.

Na *parte II* do presente relatório foram apresentadas as principais referências a locais de ocupação reconhecidas como tradicionais pelos Kaingang da região. Como foi demonstrado, a concepção nativa de terra indígena tradicional inclui zonas inseridas em um grande território ao sul do rio Uruguai e leste do rio Passo Fundo. Especificamente, foram detalhadas informações sobre os seguintes locais: Votouro Velho, Ngá xã (Calha), Põri

⁴³ § 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (Brasil, 1988. Grifo nosso.)

[En - 20]

Mbãg (Passo Velho), Passo dos Fortes, Ore Xã (Barro Preto) e Peikãr Xin (Barra Seca). As relações que os Kaingang mantêm com estes locais resultam da combinação de dois tipos de memória, uma genérica e outra específica. Assim, a importância destes locais para a reprodução física e cultural destes índios deve ser considerada a partir da compreensão do significado atribuído a cada um destes locais no atual processo de reivindicação territorial.

Como já foi demonstrado, o conjunto destas referências está articulado a um mesmo processo histórico, que tem na figura do cacique Votouro seu marco inicial. Trata-se, portanto, de um mesmo território, onde uma mesma comunidade desenvolveu uma experiência histórica comum.

Destaca-se na relação território-cosmologia, no caso dos Kaingang de Votouro Kandóia, a importância da mata virgem:

mesmo hoje, nas terras demarcadas, existem locais que não são utilizados para a produção. Ali a gente deixa o mato virgem para caçar, para buscar remédio. Para os kuiã (curadores) só é possível trabalhar no mato. Eles só aprendem e ensinam naqueles lugares que ninguém passa. São nestes lugares que eles curam. O Fág Kava, por exemplo, é um pinheiral perto de Faxinal Grande, mas também é um lugar espiritual, onde os Kuiã protegem os espíritos das crianças doentes.

A afirmação acima, do professor Dorvalino Cardoso, permite compreender que, para os Kaingang, não há excesso ou exagero em sua reivindicação territorial. Do ponto de vista estritamente cosmológico, extensões de terras virgens são compreendidas como locais de experiências *espirituais* como eles próprios dizem. No caso das terras reivindicadas, há um complicador que os próprios Kaingang identificam, a saber: a quase totalidade das terras está, atualmente, desmatada, sendo utilizada para a produção agrícola mecanizada. No entanto, os Kaingang afirmam que é do seu interesse quando recuperarem as terras ancestrais fazerem um trabalho no sentido de reflorestar as áreas degradadas e ajudar a natureza a se refazer. A região de Faxinalzinho onde fica o acampamento Kandóia era justamente área de pinheirais, antigamente terras pouco valorizadas por serem muito ácidas e necessitarem de correção para produzirem.

No princípio da colonização na década de 1940 o que importava era justamente a venda dos pinheiros que deve ter feito a riqueza de muitas pessoas da região, deixando aos Kaingang as terras nos locais mais íngremes. No momento a situação se inverte com a

EM BRANCO

possibilidade técnica da correção dos solo as terras planas de Faxinalzinho com o uso de maquinário e correção são caras e cobiçadas para o plantio de soja e trigo, enquanto a região de Benjamin Constant do Sul de relevo acidentado, se presta às roças de produtos de subsistência como milho e feijão e os regionais preferem que elas fiquem na posse dos índios.

As impressões sobre o significado da mata virgem, e mesmo a compreensão genérica sobre o grande território ancestral que engloba as terras ao sul do rio Uruguai e leste do rio Passo Fundo, são compartilhadas pelos Kaingang do Acampamento Kandóia e da TI Votouro. Entretanto, a perspectiva destes dois grupos indígenas difere no que diz respeito ao interesse sobre pontos específicos do território. Há, efetivamente, um interesse dos Kaingang do Acampamento Kandóia nas terras localizadas entre a localidade Votouro Velho entre os Rios Lajeado Grande e o Arroio da Divisa, enquanto de outra parte, há um interesse declarado dos Kaingang da TI Votouro nas terras localizadas entre a atual TI e o rio Erechim e Guabiroba – a região da Barra Seca.

Esta divisão de interesses sobre um território que apresenta uma historicidade comum é matéria de difícil análise. Trata-se, como vemos, de um embate político, permeado de discursos muitas vezes contraditórios, haja vista que todos os Kaingang da região, sejam eles do Acampamento ou da TI Votouro, identificam a tradicionalidade da ocupação indígena em toda a região em questão. E tanto entre os indígenas acampados quanto entre os indígenas da TI Votouro há o reconhecimento que a disputa de lideranças políticas não deve interferir no processo de reconhecimento de seus direitos territoriais.

Proc. Nº 221/2003
Fls. 675
Rubrica

EM 10000

Proc. nº 221/2003
Fls. 140
Rubrica [assinatura]



Proc. Nº 221/2003
Fls. 676
Rubrica [assinatura]

**Remanescente da mata original entremeadas de pinheiros
na região do Votouro Velho. Foto: Juracilda Veiga**

É possível concluir do acima exposto, que, se por um lado os Kaingang não discordam quanto ao passado, por outro eles discordam quanto ao futuro. Assim, percebe-se que o direcionamento do interesse dos Kaingang da TI Votouro para a recuperação da região da Barra Seca, bem como o interesse dos acampados na recuperação das regiões do Votouro Velho e do Barro Preto, são estratégias para evitar a sobreposição de lideranças políticas.

Em Dezembro de 2006, houve um acordo entre as lideranças de Kandóia e da Terra Indígena Votouro no sentido de encaminhar a reivindicação conjunta como recuperação territorial da Terra Indígena Votouro (ver anexo). Ambas as lideranças entendem que o importante para todas é assegurar um território que garanta a reprodução física e cultural do povo Kaingang do Votouro/Kandóia como uma unidade e uma totalidade. Cada nicho do território serve a necessidades específicas no caso das terras dobradas para produtos importantes como o milho e o feijão e, nas terras de antigos pinheirais além da recuperação do pinheiro e erva-mate, antes nativos, como reflorestamento dessas espécies como culturas permanentes e parte do território se pode utilizar também para a produção para o mercado, no caso, de soja e trigo.

EM BRANCO

VI - SEXTA PARTE: Levantamento Fundiário

Proc. nº 221/03
Fls. 171
Rubrica [assinatura]
Proc. Nº 221/2003
Fls. 077
Rubrica [assinatura]

- a) *identificação e censo de eventuais ocupantes não índios;*
- b) *descrição da(s) área (s) por ele(s) ocupadas(s), com a respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupações e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s);*
- c) *informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem;*
- d) *informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor.*

[assinatura]

EM BRANCO

Proc. Nº 221/2003
Fls. 670
Rubrica _____

Proc. Nº 221/2003
Fls. 670
Rubrica _____

VI. Levantamento Fundiário

O Levantamento Fundiário dos ocupantes não-índios incidentes nos limites propostos para a área em estudo da Terra Indígena Votouro/ Kandóia, Gleba A – Votouro Velho, localizada no município de Faxinalzinho, e Gleba B – Barra Seca, localizada no município de Benjamin Constant do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, foi realizado pelo Grupo de Trabalho composto pelos seguintes servidores da FUNAI AER Passo Fundo:

- Paulo Augusto Ramos Sendeski –Téc. Agricultura e Pecuária, Chefe SPIMA
- Arnoldo Pedro Pinto – Téc. Agricultura e Pecuária, Chefe PIN Rio da Várzea
- Jaci Domingos Sbardelotto - Técnico em Agricultura e Pecuária
- Roberto Perin – Técnico em Agricultura e Pecuária – Chefe PIN Carreteiro
- Jucelino Milkiewicz – Técnico em Agricultura e Pecuária

O referido GT produziu o documento “*Relatório de campo sobre o diagnóstico fundiário de ocupantes não-índios na área em estudo da terra indígena Votouro/–Kandóia*”, FUNAI – CGAF (19.01.2009).

VI.1. Histórico do Trabalho de Levantamento Fundiário

Com a expedição da Portaria n. 082/PRES de 23 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União em 19/02/2008, iniciou-se o trabalho de campo em 10/03/2008 a partir de alguns agricultores que estavam dispostos a permitir a realização do levantamento fundiário no município de Faxinalzinho/RS, na área denominada **GLEBA A - VOTOURO VELHO**. Apenas 10 cadastros foram realizados no período. A Associação dos Agricultores atingidos impetrou Medida Cautelar, sendo os trabalhos suspensos em virtude dessa medida. Nesse período foram solicitados às Prefeituras Municipais mapas ou plantas dos lotes, uma vez que os agricultores haviam decidido não facilitar a entrada dos Técnicos da FUNAI em suas propriedades. Além da má vontade dos agricultores, o período das chuvas atrapalhou muito o trabalho de campo. Em 22 de abril de 2008, através do Memo. Nº04/GT/2008, foi solicitada a prorrogação da Portaria nº082/PRES/2008, tendo em vista o baixo rendimento dos trabalhos em virtude das freqüentes interrupções e o clima de tensão existente sobre a área, o que ocorreu em 05 de maio de 2008, com a expedição da Portaria nº 476/PRES/2008.

EM BRANCO

Em julho de 2008, conforme consta do Memorando nº 09/GT-KANDÓIA/2008 de 07 de julho de 2008, membros do Grupo de Trabalho sofreram uma emboscada no interior da Terra Indígena em estudo, com fortes ameaças por parte dos agricultores presentes àquele episódio, o que veio a retardar ainda mais a continuidade dos trabalhos. Os trabalhos só prosseguiram após a adoção de medida judicial tomada pela Procuradoria da FUNAI na AER-Passo Fundo, visando o ingresso nas propriedades para realização do Laudo Cadastral. A autorização veio por Alvará expedido pela Justiça Federal de Erechim/RS em 25 de agosto de 2008, determinando a realização dos trabalhos pelos Técnicos de FUNAI com o apoio da Polícia Federal, o que permitiu que os trabalhos fossem concluídos.

Em 08 de outubro de 2008, através do Memorando nº479/SPIMA/AER/PFD/RS, foram enviados à CGID, **162 Laudos Cadastrais** realizados até aquela data, dos agricultores incidentes nos limites propostos para a Terra Indígena Votouro- Kandóia, **Gleba A – Votouro Velho**, localizada no município de Faxinalzinho/RS, conforme Relação de Ocupantes não-índios anexa, com uma área identificada de **aproximadamente 3.194 hectares**.

No levantamento de campo foram identificados entre os Pontos 01 e 10, nas linhas secas e pequenas sangas, que o mapa proposto cortava alguns lotes inviabilizando a propriedade. Por sugestão do GT Fundiário esses problemas foram corrigidos obedecendo-se os travessões das linhas da colonização.

No dia 13 de outubro de 2008, após negociação com a Associação dos Agricultores atingidos, desta vez, aqueles localizados no município de Benjamin Constant do Sul/RS (outra associação), onde se localiza a outra parte da área em estudo de Votouro – Kandóia, denominada **GLEBA B – BARRA SECA**, foi dado início ao cadastramento dos agricultores incidentes nos limites propostos. Nessa área, com raras exceções, não houve hostilidade por parte dos atingidos, em quase todas as propriedades visitadas os membros do GT foram bem recebidos e em quase todas foram apresentados os documentos pessoais e do imóvel, além de prestarem boa parte das informações contidas no Levantamento Cartorial. Alguma dificuldade foi enfrentada na elaboração dos Laudos de alguns dos proprietários de maior expressão, ou seja, aqueles que possuem grandes áreas e um grande poder econômico na região, que sempre se esquivavam e protelavam o encontro com o GT, além de não prestarem muitas informações.

A Barra Seca, inicialmente com área proposta de aproximadamente 3.273 hectares, possui um relevo bastante acidentado, predominando pequenas propriedades que praticam a agricultura familiar de subsistência e outras áreas de maior porte, pertencente a investidores

EM BRANCO

que não residem nos imóveis, a maior parte em outras cidades e estados, que adquiriram áreas maiores para reflorestamento com Eucaliptos e Pinus, com o incentivo da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant do Sul/RS. Foram realizados nessa área 142 Laudos Cadastrais, **com uma área identificada de aproximadamente 3.386,9 hectares**. Nos trabalhos de campo também foram identificados lotes que foram cortados pelos limites propostos pelo GT de Identificação e Delimitação, especialmente aqueles localizados na linha seca entre os lotes 10 e 25 (Entre os pontos 3 e 14), bem como aqueles localizados às margens do Lajeado Jararaca (Entre os pontos 14 e 16). Nesses locais foram acatadas a sugestão do GT Fundiário e proposta a modificação do mapa que será realizada no momento de realizar o levantamento fundiário definitivo.

Proc. Nº 221/2003 Proc. nº 221/03
 Fls. 6900 Fls. 6900
 Rubrica [assinatura] Rubrica [assinatura]

VI.2. Identificação e censo dos ocupantes não índios

2.a) OCUPANTES NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT DO SUL

Adão Soares de Melo (Linha Rio Pinheiro); Adelar Camargo (Barra Seca); Adelino Zonin (Linha Rio Pinheiro); Ademir Luiz Volan (L. Barra Seca D'agostini); Ademir Luiz Volan (L. Barra Seca D'agostini); Adércio Conceição Moresque/Zeni Teodoro (Linha Barra Seca); Adi Jose Fossatto (Linha Guabiroba); Adilson de Mello (Linha Barra Seca); Alcides Borgheloto (Linha Barra Seca); Alcides Tochetto (Vila Palmeira/Guabiroba); Alderi Hofmann (L. Barra Seca Campagnolo); Alderico Rodenco (L. Barra Seca Campagnolo); Alsemir Martiningue (Linha Rio Pinheiro); Alvaro Rech Neto (L. Barra Seca Campagnolo); Alvino Ferreira (L. Barra Seca Campagnolo); Alzir Antonio Alberti (L. Barra Seca D'agostini); Amauri Piassa (Linha Barra Seca); Andrino Silveira Falcão (Linha Rio Pinheiro); Antelmo Martiningue (Linha Rio Pinheiro); Antonio Bao (Linha Barra Seca); Antonio Camargo (L. Barra Seca Campagnolo); Antonio Nunes (Linha Guabiroba); Antonio Rayt (Linha Rio Pinheiro); Antonio Solducha (Vila Palmeira); Antonio Vieira (L. Barra Seca D'agostini); Antonio Vieira dos Santos (L. Barra Seca Campagnolo); Arlindo Ferreira (Barra Seca); Arlindo Magrini); Arnildo de Mello (L. Barra Seca Campagnolo); Artemio Magrini (L. Barra Seca Campagnolo); Belonir Batistella (Linha Guabiroba); Benjamin Lovatto (Linha Guabiroba); Brunislau Holdis Barra Seca Pinheiro); Bruno Schumann (Linha Rio Pinheiro); herdeiros ou sucessores de Casemiro Scpinhik (Linha Guabiroba); Cedenir Vieira (Luir José da Silva) (L. Barra Seca Campagnolo); Celestino Maieski; Celmar Luiz Solducha (Vila Palmeira); herdeiros ou sucessores de Cezar Hochmann (Vila Palmeira); herdeiros ou sucessores de Christiano Vieira dos Santos (L. Barra Seca Campagnolo); Claudio Giaraton (L. Barra Seca D'agostini); Claudiomiro Magrini (Linha Guabiroba); Claudir José Soares de Bastos (L. Barra Seca Campagnolo); Cleber Lovatto (Linha Guabiroba); Danilo Besson (Vila Palmeira); Darci da Silva (Linha Barra Seca); Darci Ferreira (L. Barra Seca Campagnolo); Dorvalino Cleocir Casagrande (Barra Seca); Ervin Hofmann (L. Barra Seca Campagnolo); Felipe Battistella (Linha Guabiroba); Ferdinando Turra (Barra Seca); herdeiros ou sucessores de Fermino Tonatto (Vila Palmeira); Florindo Martiningue (Linha Rio Pinheiro); herdeiros ou sucessores de Florindo Poly de Ramos (Vila Palmeira); Fluxo Eletrônica Ind. Ltda (Barra Seca); Genesio Borghelotto (Linha Barra Seca); Genuir Morandin (Vila Guabiroba); Germino M. Volan (L. Barra Seca D'agostini); Gernázio Dias Maciel (Vila Palmeira); Gilberto Antonio

EM BRANCO

Lovatto (Linha Guabiroba); Gilmar Bao (Linha Barra Seca); Gilmar Clair Wisniewski (Linha Rio Pinheiro); Gilson Baggio (Linha Rio Pinheiro); Henrique Solducha (Linha Guabiroba); Hercio Agranionick (Barra Seca - S. Guarani); Idivir Tochetto (Linha Guabiroba); Isabel Falcão Vitale (Linha Rio Pinheiro); Itacir Piassa (Linha Barra Seca); Jair Machado (Linha Barra Seca); João da Silva (Linha Rio Pinheiro); herdeiros ou sucessores de João de Souza Leal (Barra Seca); João Luiz Rubas (L. Barra Seca D'agostini); João Luiz Rubas (L. Barra Seca D'agostini); João Maria Costa (Linha Guabiroba); João Maria da Silva (Linha Rio Pinheiro); João Neri da Silva (Linha Barra Seca); João Sérgio Rodenko (L. Barra Seca Campagnolo); Jorge Tescagak (L. Barra Seca D'agostini); José Noel Mussi Lara (Secção Guarani); Jovenal Falcão (Linha Rio Pinheiro); Juliano Magrini (L. Barra Seca D'agostini); Ledovino Moreira Serrano e outros (L. Barra Seca D'agostini); Leocir Márcio Dapper (L. Barra Seca Campagnolo); Libera Três Solducha (Linha Guabiroba); Lindomar Paulo Nunes (Linha Guabiroba); Lorenço Inácio Hipólito (Linha Barra Seca); Luciano Scpinhik (Linha Guabiroba); Luiz D'agostini (L. Barra Seca D'agostini); Luiz Vieira (Linha Barra Seca); Maicon João Rampanelli (Vila Palmeira); Maike Lovatto (Linha Guabiroba); Maurício Leão Agranionick (Barra Seca); Mitra Diocesana de Erechim (L. Barra Seca Campagnolo; L. Barra Seca D'agostini); Monel Monjolinho Energética S/A (Barra Seca); Natalino Zanini (Barra Seca); Neli de Albuquerque (L. Barra Seca Campagnolo); Nelson Ferreira (L. Barra Seca Campagnolo); Nelson Stieven (Vila Palmeira); Neri Biazzi (Vila Palmeira); Neylor Rogério Volan (L. Barra Seca D'agostini); Nilso Batistella (Linha Guabiroba); Nilso Vieira (Linha Barra Seca); Nilson Stieven (Vila Palmeira); herdeiros ou sucessores de Octacílio Torres (Linha Guabiroba); Orlando Ferreira (Vila Palmeira); Otomar A. Rieder Junior (Linha Barra Seca); Paulo Mendes dos Santos (Linha Barra Seca); Paulo Roberto Reichert (Barra Seca); Pedro Mendes dos Santos (Linha Barra Seca); Pedro Solducha (Linha Guabiroba); Rodolfo Guilherme Schumann/ Floriano Oliv. (Linha Rio Pinheiro); Roswaldo Rafael Volan (L. Barra Seca D'agostini); Sabina Wisniewski (Linha Rio Pinheiro); Sadi Solducha (Linha Guabiroba); herdeiros ou sucessores de Santos Zanini (Linha Guabiroba); Sergio Antonio Costa ; Sergio Antonio e Luiz Carlos Cavalli (Barra Seca); Silvana Maria Ferreira (L. Barra Seca Campagnolo); Silvio Hermínio Volan (L. Barra Seca D'agostini); Terezio Camargo (L. Barra Seca Campagnolo); Tractebel Energia S.A (Barra Seca - S. Guarani); Valcir Costa (Linha Guabiroba); Valdecir Tochetto (Vila Guabiroba); Valdir Luis Alberti (L. Barra Seca D'agostini); Valdir Luis Magrini (L. Barra Seca Campagnolo); Valdir Rampanelli (Vila Palmeira); Valdir Segat (Linha Barra Seca); Valdir Vieira (Linha Barra Seca); Valdomiro Ignácio Hipólito (Linha Barra Seca); Valério Radai (Vila Palmeira); Vicente Vitelmo Freitas (Barra Seca - S. Guarani); Vilso Gonçalves da Rocha e Irmão (Vila Palmeira); Vilson Jandir Magrini (L. Barra Seca Campagnolo); Vilson Jandir Magrini (L. Barra Seca D'agostini); Vilson Milkiewicz (L. Barra Seca D'agostini); Vilson Tochetto (Linha Guabiroba); Vitório Ramos (Vila Palmeira); Volmir Piassa (Linha Barra Seca); Wagner Rech (L. Barra Seca Campagnolo); Wagner Rech e Luiz Wagner Ito; Wagner Rech Junior (L. Barra Seca Campagnolo); Zelindo Célio Magrini (L. Barra Seca Campagnolo).

2.b) OCUPANTES NO MUNICÍPIO DE FAXINALZINHO

Abel Companhiaol (Votouro Velho); Abrelino Batista de Souza (Coxilhão); Adacir José Bianchi (Vila Votouro); Adelar Luiz Zamadei (Linha Votouro); Adelio Antonio Zortea (Coxilhão); Ademar Carlos Fuzinato (Secção Votouro); Ademar Saugo (Faxinalzinho); Ademir Angelo Bianchi (Vila Votouro); Ademir Deggerone (Coxilhão); Ademir Tochetto (Coxilhão); Adilson Natalin Bianchi (Vila Votouro); Adilson Natalin Bianchi (Votouro); Adolfo Gilberto Fuzinato (Secção Votouro); Alaoni Antonio Pavoski

EM BRANCO

(Linha Campagnolo); Alcemar Batista de Souza (Coxilhão); Alcides Fossato (Votouro II); Aldo Ayres Torres (Vila Votouro); Aldo Zamadei (Coxilhão Pompéia); Alice de Moura Garcez (Vila Votouro); Alice Guimarães Cazzuni; Altair Bergamin (Vila Votouro); Aluvis Mendes (Coxilhão); Alzira de Moura Torres (Vila Votouro); Amilton de Moura Torres (Vila Votouro); Amilton de Moura Torres (Vila Votouro); Anacleto Chiodelli (Vila Votouro); Angelo Campagnolo (Vila Votouro); Anildo Pereira da Silva (Linha Votouro); Antonio Bergamin (Linha Pompéia); Antonio de Oliveira (Vila Votouro); Antonio Everaldo Mendes (Coxilhão); Antonio Ferreira (Coxilhão); Antonio Jandir da Luz (Vila Votouro); Antonio Maximino Rossi (Coxilhão); Antonio Tonatto (Vila Votouro); Antonio Zamadei (Linha Votouro); Ari Antonio Chiodelli (Linha Campagnolo); Arlei Roque Zortea (Coxilhão); Arquimedes Campagnolo (Vila Votouro); Ary Paulo Diel (Coxilhão); Ary Pereira Souza (Linha das Tafonas); Atalibio Diel (Secção Votouro); Augusto Osvaldo Otto (Linha Votouro); Avelino Bergamin (Coxilhão Pompéia); Capela Nossa Senhora Aparecida (Coxilhão); Carlos Rempel (Vila Votouro); Cesar Antonio Massi (Coxilhão); Cesar Luiz Tozatti (Vila Votouro); Claudino Francisco Bortolin (Vila Votouro); Claudir Rossi (Coxilhão); Clementino Conti (Coxilhão); Cristiano Gonçalves de Araujo (Coxilhão); Danilo Durante (Coxilhão); David Zanin (Vila Votouro); Deosdete Boneti (Linha Pompéia); Diego Antonio Marcon (Vila Votouro); Domingos e Julieta Richetti (Vila Votouro); Dorvalino Abrão Agnoletto (Vila Votouro); Edmar Passaglia (Vila Votouro); Eliseu Dominski (Coxilhão); Eloi Rosa da Costa (Secção Votouro); Eloir Araujo de Souza (Coxilhão); Elsom José Pelin (Votouro); Elvira Rossetto (Coxilhão); Emilio Cibulski (Coxilhão); Ernesto Zortea (Coxilhão); Evaldo Rosa da Costa (Secção Votouro); Evandro Luis Fuzinatto Tonatto (Votouro Velho); Francisco Assis Rodrigues da Costa (Linha Votouro); Francisco Moreto (Coxilhão); Francisco Saugo (Coxilhão); Genésio Pinheiro Gonçalves (Vila Votouro II); Guilherme Ferreira (Votouro Velho); Hercules Campagnolo (Vila Votouro); Idemar Guerra/ Antonio Guerra (Coxilhão); Ido Marcon (Vila Votouro); Idomar Pereira Souza (Linha das Tafonas); Ilaina Cruz da Maia (Vila Votouro); Iraci Lolato Riquetti (Linha Votouro); Ireno Rucks (Linha Coxilhão); Irineu Bertani (Vila Votouro); Ivan Antonio e Airton A. Oltramari (Vila Votouro); Ivania e Alair Degerone (Coxilhão); Ivo Dominski (Coxilhão); Izilio Antonio Campagnolo (Linha Campagnolo); Jaci Pereira de Souza (Vila Votouro); James Ayres Torres (Vila Votouro); herdeiros ou sucessores de João Campagnolo; João Fossato (Coxilhão Pompéia); João Luis Brandalize (Vila Votouro); João Luiz Zortea (Linha Pompéia); João Pinho Mendes (Coxilhão); João Spinhik (Votouro); Joaquim Rezende Cazzuni (Secção Votouro); Jorgina Oliveira da Silva (Vila Votouro); José Benjamin Campagnolo; José Jocimar Mendes (Coxilhão); José Osmar de Oliveira (Vila Votouro); Jucelino José Zamadei (Linha Votouro); Júlia Maria de Oliveira (Vila Votouro); Lídia Fátima Companhol (Votouro Velho); Lorenzo Fusinatto (Secção Votouro); Luis Alberto Companhol (Votouro Velho); Luis Aldo Ribeiro (Vila Votouro); Luis Carlos Maragno (Coxilhão); Luiz Bonatto e Genuino Bonatto; Marcos Antonio Bertani (Vila Coroado); Maria Nicolini e Ilidio Vilmar Nicolini (Linha Votouro); Maria Nicolini e Ilidio Vilmar Nicolini (Vila Votouro); Marilene Massi [Marilete] (Coxilhão); Mário Cibulski (Coxilhão); Mario Domingos Zortea (Secção Votouro); Marli de Fátima Alves (Linha Votouro); Martim Pinheiro Gonçalves (Votouro); Matilde Tartari Fuzinatto (Votouro Velho); Miguel de Oliveira (Vila Votouro); Milton Conci (Vila Votouro); Mitra Diocesana de Erechim (Vila Votouro); Natalino Fossato (Coxilhão); Nelcio Corazza (Votouro); Nelson Ayres Torres (Vila Votouro); Nelson Faé (Coxilhão); Nelson Tonato (Votouro Velho); Neri Antonio Balsanero (Coxilhão); Olirio Sperotto (Vila Votouro); Olívia Tonatto (Vila Votouro); Orlando Mendes (Coxilhão - Aparecida); Osmar Degerone (Coxilhão); Paulina Massi (Coxilhão); herdeiros ou sucessores de Paulino Luiz Zortea (Coxilhão); Paulo Prates de Moraes (Coxilhão); Pedro Antonio Menin (Faxinalzinho); Pedro Bergamin (Vila Votouro); Pedro Ferreira (Votouro Velho); Pedro

EM BRANCO

Liotto (Linha das Tafonas); Pedro Lopes de Medeiros (Vila Votouro); Redovino Bianchi (Votouro); Rosa Correia (Coxilhão); Rosalina Cibulski Bonetti (Coxilhão); Rosalina Oliveira do Prado (Vila Votouro); Rosalino Guerra de Araujo (Secção Votouro); Rosalvo Dapper (Faxinalzinho); Santo Ribeiro (Vila Votouro); Sebastião Ribeiro (Vila Votouro); Severino Deggeroni (Secção Votouro); Silvestre Ayres Torres (Vila Votouro); Silvino Liotto; Tecla Mandri Bertani (Vila Coroadó); Teodoro Leontino Iora (Coxilhão Aparecida); Teresinha de Oliveira (Vila Votouro); Valdemir Richetti (Vila Votouro II); Valdir de mello Pereira (Linha Votouro); Valentin Maragno (Votouro II); Vanderlei Petzen (Coxilhão); Velocindo Degeroni (Coxilhão Pompéia); Vilma Torres ou Setembrino Retmann (Vila Votouro); Vilmar de Oliveira Torres (Vila Votouro); Vilson Luiz Agnholetto (Secção Votouro); Vitorio Correia de Bastos (Secção Votouro); Vitorio Durante (Vila Votouro II); Wanda Cibulski (Coxilhão); Wilson João Guareski (Vila Votouro Velho).

VI.3. Descrição das áreas ocupadas e benfeitorias

O GT de Diagnóstico Fundiário percorreu a região realizando o levantamento da situação Fundiária da área designada, obtendo 304 Laudos Cadastrais de ocupações de não-indios, possivelmente inseridos dentro dos limites propostos para a Terra Indígena Votouro-Kandóia, sendo 162 Laudos Cadastrais de ocupantes da GLEBA A – VOTOURO VELHO, localizada no município de Faxinalzinho/RS, e 142 Laudos Cadastrais de ocupantes da GLEBA B – BARRA SECA, localizada no município de Benjamin Constant do Sul/RS.

Das 304 ocupações relacionadas no levantamento a situação da distribuição da terra está assim configurada:

- 8,91 % dos ocupantes efetivamente não tem terra ocupada em seu nome .
- 71% dos ocupantes detém apenas 41% de toda a área ocupada.
- 13% dos ocupantes detém quase 21% de toda a área ocupada.
- E os 7% maiores ocupantes somam, juntos, 38% de toda a área ocupada.

Portanto 20% dos ocupantes detém 51% da terra.

VI.4. Quanto à localização das ocupações no interior da área proposta

Das ocupações existentes sobre a terra indígena, 141 ficam no município de Benjamin Constant do Sul (RS) e 161 ocupações ficam no município de Faxinalzinho (RS) totalizando 311 ocupações. A parte que fica no município de Faxinalzinho onde situa-se o acampamento Kandóia encontra-se a maior parte das ocupações sem titulação e uma das titulações expedidas consta como sendo parte da terra indígena Votouro [ver documento Registro de Imóveis de São Valentim em nome de Nelson Ayres Torres] . A criação do Município de Faxinalzinho tentou justamente “regularizar” as terras indígenas que estão em mãos de particulares, tendo a Prefeitura expedido alguns títulos à guisa de regularização,

Proc. nº 228/03
Fls. 77
Rubrica [assinatura]

Proc. Nº 221/2003
Fls. 683
Rubrica [assinatura]

EM BRANCO

enquanto outros constam como terrenos públicos do município. É a área mais rica por serem terras mecanizadas, mas justamente onde se localizavam os pinhais importantes para a sobrevivência física kaingang.

O número expressivo de 37 títulos no município de Benjamin Constant do Sul e de 4 títulos no município de Faxinalzinho tem origem no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e foram concedidos a partir de 1975, o que significa que eram terras indígenas, assim respeitadas pelo Estado, até aquela data, uma vez que nessa época no Rio Grande do Sul não havia mais terras públicas disponíveis. Justamente essas áreas eram não tituladas por serem originalmente terras indígenas. No município de Faxinalzinho pelo menos 20 ocupantes apresentaram apenas Contrato público de Compra e Venda, mesmo alguns com 30 anos ou mais de ocupação, o que parece indicar a impossibilidade de lavrar a devida Escritura por ter por origem em terra indígena. A propósito, uma das escrituras apresentadas por ocupante não-índio, em Faxinalzinho, registra o documento dando como origem: *"parte da Terra indígena Votouro"* (cf. escritura em anexo).

Por fim, há 5 títulos fornecidos pelo "Banco da Terra", um programa atual de transferência de terras do Governo Luiz Inácio da Silva.

Proc. Nº 221/2003
Fls. 687
Rubrica _____

Proc. Nº 221/03
Fls. 778
Rubrica _____

EM BRANCO

Proc. Nº 221/2009Fls. 685

Rubrica _____

Proc. Nº 221/2009Fls. 119

Rubrica _____

VII - SÉTIMA PARTE: Conclusão e delimitação

Como demonstrado ao longo deste relatório, a presença tradicional dos Kaingang na região em estudo foi marcada pela atuação referencial de dois caciques que se sucederam, a saber: Votouro e Kandóia. Trata-se, portanto, de uma e apenas uma história e de um e apenas um território tradicional, que em tempos diferentes teve Votouro e Kandóia como caciques. Desta forma, a proposta de delimitação ora apresentada visa à proteção deste território tradicional. Para tanto, os limites propostos foram definidos a partir das referências territoriais identificadas pelos Kaingang e detalhadas no capítulo II deste relatório, bem como o memorial descritivo realizado pelo Engenheiro Agrimensor Sergio Campos, apresentado a seguir.

Considerando as argumentações desenvolvidas ao longo deste relatório, considerando o contexto de debate em torno da definição de limites territoriais, representados pelos limites expostos no mapa elaborado pelo Eng. Agrimensor Sergio Campos; e, ainda, considerando que todos os envolvidos neste processo foram informados sobre os procedimentos necessários à delimitação de territórios tradicionais indígenas, a coordenação deste GT define a seguinte proposta de limites para a **Terra Indígena Votouro-Kandóia**:

- Município de Faxinalzinho: **Gleba A - Votouro Velho** totalizando 2704 hectares. A demarcação desta área visa à proteção da região de Votouro Velho, Barro Preto e Kukrej ou Campina, indo até o Lajeado Grande. Esta área é identificada como área de residência, socialização e cultivo tradicional.
- Município de Benjamin Constant do Sul: **Gleba B – Barra Seca** totalizando 3273 hectares. A demarcação desta área visa à proteção da região da *Barra Seca*, incluindo a confluência do Lajeado Gabiroba com rio Erechim e do Erechim com o rio Passo Fundo, seguindo pelo rio Faxinalzinho, bem como a extensão de terras que separam a TI Votouro e a TI Toldo Guarani, seguindo do Rio Guabiroba pela Sanga Jararaca. Conforme demonstrado no relatório, esta região é reconhecida como local tradicional de caça, pesca, coleta, moradia e trânsito.